



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HILMARIA XAVIER SILVA

MEMÓRIAS DO CHORUME: AS SENSIBILIDADES URBANAS E O
LIXÃO DE CAMPINA GRANDE (1992 – 2012)

Recife
2018

HILMARIA XAVIER SILVA

MEMÓRIAS DO CHORUME: AS SENSIBILIDADES URBANAS E O
LIXÃO DE CAMPINA GRANDE (1992 – 2012)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção
do título de Doutora em História.

Linha de pesquisa: Cultura e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes
Rezende

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586m Silva, Hilmária Xavier.
Memórias do chorume : as sensibilidades urbanas e o lixão de Campina Grande (1992-2012) / Hilmária Xavier Silva. – 2018.
159 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2018.
Inclui Referências e anexos.

1. História. 2. Aterro sanitário. 3. Gestão ambiental. 4. Lixo – Aspectos ambientais. 5. Lixo – Política pública. 6. Lixão. I. Rezende, Antônio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-107)

HILMARIA XAVIER SILVA

MEMÓRIAS DO CHORUME: AS SENSIBILIDADES URBANAS E O LIXÃO DE
CAMPINA GRANDE (1992 – 2012)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em: 26 / 02 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Antônio Paulo de Moraes Rezende (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira (1º Examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dr. Daniel de Souza (1º Examinador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó (2º Examinador externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Severino Cabral Filho (3º Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Aos meus
Hilda, Martim, Hilmartom, Hilmário, Bartira, Calanta, Poesia e Audemar,
“Pedaço de mim, metade adorada de mim”

AGRADECIMENTOS

Há pouco mais de quatro anos atrás, eu escrevi em um pedaço de papel com lápis vermelho: UFPE, e coleí este papel acima da tela do meu computador, em letras garrafais e em cor vermelha, para que aquilo sempre chamasse minha atenção. Na ocasião, eu estudava para a seleção de doutorado dessa instituição e preparava meu projeto de pesquisa, que, com alguns ajustes, culminou neste trabalho que o leitor tem em mãos.

Na época eu estava a ler o livro *Ruídos do Efêmero*, de Antônio Paulo Rezende, que me deu a grata satisfação de ser meu orientador neste doutoramento. O livro de Antônio Paulo, naquele momento, me clareou as ideias e me apontou caminhos e possibilidades a seguir, digo isto não só em termos de academia, mas de possibilidades a seguir na vida. Em resumo, naquele momento, como ainda hoje, aquela leitura me encorajou.

Num dos trechos, na página 92, Antônio Paulo escreveu: *“sabendo que não cabem pontos finais quando se acredita que a vida se faz soltando pássaros, esticando o tamanho dos sonhos, apagando os desenhos das assombrações”*. Era aquilo que eu precisa ler, e, sobretudo, era aquilo que eu precisava lembrar. Então copiei esse trecho num outro pedaço de papel e coleí também na tela do computador, ao lado do papel escrito UFPE em vermelho, para que toda vez em que eu sentasse para estudar e escrever, eu lembrasse o que eu de fato tinha que fazer: soltar meus pássaros e esticar meus sonhos.

Tanto fiz que hoje estou aqui, relembando toda trajetória e agradecendo publicamente à pessoas que foram essenciais para que a conclusão deste doutorado fosse possível. Minha gratidão à:

Meus pais, Martim e Hilda, por terem me preparado para a vida, acreditando em mim, e me dando todo amor e suporte que precisei para chegar até aqui. Espero ainda poder lhes dar muito orgulho como forma de retribuição. Não seria uma “doutora formada de anel no dedo” se não fossem por seus esforços.

Meus irmãos Hilmartom e Hilmário, meus alicerces, meus exemplos e espelhos, por todo apoio que tive e tenho de vocês. Acredito que o significado de irmãos se desenha muito bem em nós. Às minhas cunhadas Edileide e Jennifer, pela amizade e pela ajuda nos momentos mais necessários.

Às minhas sobrinhas Bartira, Calanta e Poesia, cuja existência alegra a vida, cuja presença alegra os dias, e para quem eu quero deixar memórias divertidas quando o tempo passar e eu não estiver mais aqui.

Ao meu marido Audemar Ribeiro, que entrou em minha vida quando eu já estava no doutorado, sou grata pelo companheirismo, cumplicidade e paciência nesses pouco mais de três anos de convívio, tornando os dias mais leves.

Ao meu orientador Antônio Paulo Rezende, por me apontar caminhos no campo da história costurados por afetos, pela humildade em partilhar comigo suas experiências acadêmicas, por respeitar meu tempo de maturação de leitura e de escrita. Antônio Paulo é de uma gentileza e de uma delicadeza muito particular, o que fez com que eu me sentisse acolhida sob sua orientação, e não ofuscada por seu brilhantismo. Ele fez com que os quatro anos de curso me fossem leves, e não dolorosos. Se me perguntassem que historiadora quero ser “quando crescer”, responderia que quero ser feito Antônio Paulo.

Aos professores Flávio Weinsten, Daniel de Souza, Severino Cabral e Alarcon Agra do Ó, com todo meu respeito e admiração, por terem gentilmente aceitado compor a banca de avaliação deste trabalho e estabelecer o diálogo com o texto.

Aos meus professores desde a graduação na Universidade Federal de Campina Grande, e a quem posso chamar de amigos, Antônio Clarindo, Alarcon Agra e Celso Gestermeier. Esses três professores acreditaram que aquela aluna verde que eles conheceram há pelo menos quinze anos atrás pudesse ir mais longe. E eu fui. E ainda quero ir. E quero tê-los por perto. Minha gratidão, professores. Devo muito do que aprendi a vocês.

Aos que compõem o PPGH - UFPE, especialmente as secretárias Sandra Regina e Patrícia Campello, que desenvolveram suas atividades de forma diligente e competente, sempre facilitando qualquer necessidade dos alunos.

À Capes, pelo apoio à pesquisa.

Aos amigos da linha de pesquisa Cultura e Memória, Paulo Henrique, Laércio Teodoro, Luiza Rios e Daniel Ely. Enfrentamos todas as etapas de seleção até sermos aprovados juntos, dividindo alegrias e angústias, mas, sobretudo, bom humor nas disciplinas em que cursamos. Foram os melhores colegas de turma que eu poderia ter, torço pelo sucesso de cada um.

Aos amigos Pollyana Loreto, Shirleyde Santos, Ana Cecília, Lígia Reis, Livia Caroline, Cristina Conserva, Rozeane Albuquerque, Kelly Catão, Alionália Sharlon, Elizabeth Regina, Adhabliand Freitas, Elton John e Paulo Henrique Melopelo incentivo das mais variadas formas.

Em especial às mulheres e ao homem que entrevistei, cujos relatos orais de memória fazem o capítulo mais sensível desta tese: Deuzimar Mendes da Silva, Maria de Fátima França, Maria de Lourdes Bezerra, Maria de Lourdes da Silva, Maria do Socorro Barbosa, Maria José de França, Marinalva França da Silva, Valdete Aires da Silva, Valdinete Aires da Silva, Geralda

Ferreira Fidelis, Lucicleide Henrique do Nascimento, Josefa marques de Lima (Deda) e José Iraildo de Lima Silva.

Todas essas pessoas me ajudaram com meus pássaros. Aquele papel escrito à mão com a frase preciosa? Ainda está lá.

Algumas vezes, pensei aterrorizado que havia profissões que não traziam nenhuma alegria, profissões sem prazer, cansaços sem alívio, sofrimentos sem compensação. Estava enganado. Eis um homem encarregado de recolher o lixo de um dia da capital. Tudo que a cidade grande rejeitou, tudo que ela perdeu, tudo que ela desdenhou, tudo que ela quebrou, ele cataloga e coleciona. Vive compulsando os arquivos da esbórnica, o cafuné dos rebotalhos. Faz uma triagem, uma escolha inteligente; recolhe, o tal avarento, um tesouro, o lixo que, remastigado pela divindade da Indústria, será transformado em objetos de utilidade ou de prazer. Ei-lo à claridade sombria dos lampiões atormentados pelo vento da noite, subindo uma daquelas ruas sinuosas que abrigam a gente laboriosa. [...] O dia foi quente.

Charles Baudelaire, O poema do haxixe, 1994, Editora newton Compton.

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos
Quando achava alguma coisa
Não examinava nem cheirava
Engolia com voracidade
O bicho não era um cão
Não era um gato
Não era um rato
O bicho, meu Deus, era um homem

Manuel Bandeira, O Bicho, In Belo belo, 1948.

RESUMO

A pesquisa que ora se apresenta objetiva pensar como o lixão de Campina Grande, especialmente entre os anos de 1992 e 2012, fez parte da composição das sensibilidades urbanas e foi composto por memórias, revelando-se um espaço de (des)afetos, trabalhos, vivências; como eram concebidas as questões concernentes ao lixo e à limpeza pública, bem como refletir sobre os discursos e registros de autoridades públicas e de homens comuns sobre Campina Grande no que concerne ao aformoseamento, enfeio e limpeza da cidade a partir do lixo e do lixão; pensar em que contexto e em como o lixão passou a ser problema urbano em Campina Grande, afinal, O lixo, a sujeira, a poluição e o mau cheiro sempre estiveram relacionados às sensibilidades urbanas? A partir de que momento começamos a perceber e nos incomodar com a limpeza urbana? Assim, por nosso interesse em estudar as questões relativas às sensibilidades urbanas a partir do lixo em nossa cidade, colocamo-nos frente a frente com as fragilidades e cristalizações da memória, com os esquecimentos forçados pela necessidade de seleção e descarte do que fazemos de nossa cultura material, neste caso, a produção do lixo. Portanto, lidarmos com a noção de subjetividade, que tornou-se inerente ao trabalho do historiador, quando elegemos as fontes possíveis e criamos hipóteses e fazemos conjecturas para as mesmas. Temos assim a história como um dos lugares de produção da memória. Como constituinte de nossas fontes temos os Semanários Oficiais da Prefeitura Municipal de Campina Grande; os exemplares do Jornal da Paraíba de 1992 a 2012; os documentos da Secretaria de Planejamento do Município e da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; documentos oficiais como o Código de Posturas da cidade, o Plano Diretor, a Lei Orgânica do Município. Além das obras historiográficas elencadas na revisão bibliográfica e nas referências adiante. Este trabalho preocupa-se em pensar a história ambiental urbana em Campina Grande a partir das sensibilidades, cultura e memória acerca da instalação e desabilitação do lixão da cidade, percebendo como se deu a participação dos diversos atores sociais envolvidos nesses processos. Pretendemos entender quais memórias ainda estão vivas nos atores sociais que vivenciaram e participaram de todas as etapas desses processos, de todas as lutas, reclamações, reivindicações e acordos.

Palavras-chave: Lixão. Campina Grande. Aterro sanitário.

RESUMEN

La investigación que ora se presenta objetiva pensar como el basural de Campina Grande, especialmente entre los años 1992 y 2012, formó parte de la composición de las sensibilidades urbanas y fue compuesto por memorias, revelándose un espacio de (des) afectos, trabajos, vivencias; como se concibieron las cuestiones relativas a la basura ya la limpieza pública, así como reflexionar sobre los discursos y registros de autoridades públicas y de hombres comunes sobre Campina Grande en lo que concierne al avasallamiento, enriquecimiento y limpieza de la ciudad a partir de la basura y del basural; ¿pensar en qué contexto y cómo el basural pasó a ser problema urbano en Campina Grande, después de todo, La basura, la suciedad, la contaminación y el mal olor siempre estuvieron relacionados con las sensibilidades urbanas? ¿A partir de qué momento empezamos a percibir y molestar con la limpieza urbana? Así, por nuestro interés en estudiar las cuestiones relativas a las sensibilidades urbanas a partir de la basura en nuestra ciudad, nos ponemos frente a frente con las fragilidades y cristalizaciones de la memoria, con los olvidos forzados por la necesidad de selección y descarte de lo que hacemos de nuestra cultura material, en este caso, la producción de la basura. Por lo tanto, tratar con la noción de subjetividad, que se hizo inherente al trabajo del historiador, cuando elegimos las fuentes posibles y creamos hipótesis y hacemos conjeturas para las mismas. Tenemos así la historia como uno de los lugares de producción de la memoria. Como constituyente de nuestras fuentes tenemos los Semanarios Oficiales del Ayuntamiento Municipal de Campina Grande; los ejemplares del Jornal da Paraíba de 1992 a 2012; los documentos de la Secretaría de Planificación del Municipio y de la Secretaría de Obras y Servicios Urbanos; documentos oficiales como el Código de Posturas de la ciudad, el Plan Director, la Ley Orgánica del Municipio. Además de las obras historiográficas enumeradas en la revisión bibliográfica y en las referencias a continuación. Este trabajo se preocupa en pensar la historia ambiental urbana en Campina Grande a partir de las sensibilidades, cultura y memoria acerca de la instalación y deshabilitación del basural de la ciudad, percibiendo cómo se dio la participación de los diversos actores sociales involucrados en esos procesos. Pretendemos entender qué memorias aún están vivas en los actores sociales que han vivido y han participado en todas las etapas de estos procesos, de todas las luchas, reclamaciones, reivindicaciones y acuerdos.

Palabras claves: Basura. Campina Grande. Relleno sanitario.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Dos porquês	12
1.2	Da escolha do caminho	14
1.3	Das provocações teóricas e metodológicas	18
1.4	Das sensibilidades.....	29
1.5	Das ligações intrínsecas com a história ambiental	31
2	A PRODUÇÃO DO CHÃO E A GÊNESE DO LIXÃO: UMA HISTÓRIA DO OBJETO E SUAS SIGNIFICÂNCIAS	35
3	RELAÇÕES LIXEIRAS: A MEMÓRIA DOS SUJEITOS E SUAS SIGNIFICÂNCIAS	68
3.1	Interpessoalidades e (des)afetos	71
3.2	Mundos do trabalho.....	78
3.3	Lixo e saúde pública.....	92
3.4	Alternativas apontadas: possibilidades de tratamento do lixo	97
4	RETERRITORIALIZAÇÃO DO LIXO: UMA BIORREMEDIAÇÃO	104
4.1	Das resistências.....	115
4.2	O depois: a história re-ciclada	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
	APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS	135
	ANEXO A - CARTILHA.....	140
	ANEXO B - DOCUMENTOS	152

1 INTRODUÇÃO

“Só quem é capaz de ver nos nadas, nas insignificâncias, nas lesmas, nos cacos de vidro, no grilo morto, o lampejo da poesia, é capaz de rasgar o véu das alucinações que nos turvam o olhar do cotidiano e enxergam no lixo o que de fato ali está: a matéria viva”.

Washington Novaes

1.1 Dos porquês

A pesquisa que ora se apresenta originou-se de uma observação aparentemente simples: toda e qualquer atividade humana implica em um descarte. Seja essa atividade intelectual ou emocional, quando o que pensamos ou concebemos no campo da memória é relocado para o campo do esquecimento, seja essa atividade fruto de um trabalho que resulta em materialidade, e esse material é descartado, jogado fora, vira lixo.

Consideramos que o conceito de “lixo” é múltiplo¹. Lixo pode ser aquilo que outrora utilizamos e não nos serve mais. Materiais sólidos sem utilidades que podem ser descartados, eliminados. Lixo pode ser produzido em pequena escala, por pessoas que moram sozinhas ou pequenas famílias que diariamente se desfazem dos restos do que consomem para sobreviver. Lixo pode ser produzido em larga escala, por feiras, mercados, indústrias. Lixo pode ser orgânico, inorgânico, reciclado, reutilizado, reaproveitado. O lixo pode tornar-se novo. Lixo pode ser sujeira, veículo de mau cheiro e contaminação de doenças e pestes em geral. Lixo pode ter outros nomes, como resíduos ou restos. Algumas pessoas vivem do lixo. Lixo pode ser fonte de alimentação, emprego e sobrevivência para muitos. O lixo é produzido por bilhões.

Há que se levar em conta que essa gama de significados e atribuições dadas ao lixo, faz dele um dos maiores problemas urbanos de nossa sociedade e objeto de preocupação de saberes e áreas diversas, a exemplo da química, da medicina, dos recursos ambientais, da administração, das ciências sociais, das engenharias de produção, entre outras. Mas como pensar o lixo através da História? Como pensar aquilo que se descarta e os problemas que isto causa à sociedade há tempos? O lixo, a sujeira, a poluição e o mau cheiro sempre estiveram relacionados às

¹Uma observação inicial que também serve como um pedido de paciência ao leitor. Ao longo dos capítulos iremos problematizar os termos/conceitos: lixo, resíduo sólido, lixão e aterro. Por hora, utilizaremos o termo lixo por entendermos mais abrangente semanticamente, em detrimento da formalidade explicativa do conceito de resíduo sólido.

sensibilidades urbanas? A partir de que momento começamos a perceber e nos incomodar com a limpeza urbana?

Entendemos que o lixo passa a ser uma preocupação pública quando sai dos quintais das casas, sob orientação do discurso médico e sanitarista², e passa a ocupar as ruas. Desta forma, o lixo passou do domínio privado para o público, envolvendo pessoas e criando novos ofícios. Tirar o lixo dos quintais e dispô-lo em terrenos públicos significou atribuir a ele a categoria de inútil, o que antes não necessariamente era. Iniciava-se toda uma significância social, cultural e política para os restos³.

As medidas de limpeza públicas das administrações municipais mudaram nas últimas décadas em cidades de médio e grande porte, à medida em que as demandas urbanas cresciam, incomodavam e pediam soluções. Problemas e conflitos de toda ordem rondam a cidade e alteram suas sensibilidades, reorganizam suas memórias: o lugar dos pobres, a desventura dos que conheceram a violência, a fome, as investidas dos planejadores da cidade, e a dos anônimos que efetivamente a produzem todos os dias, e tecnologias que não dão conta das demandas urbanas a exemplo do transporte, do acesso aos serviços de saúde, educação, moradia, segurança, trabalho e, também, limpeza pública.

A partir destas observações iniciais, apontamos nosso problema de estudo e objeto de pesquisa. Objetivamos pensar como o lixo e o lixo de Campina Grande, especialmente até o ano de 2012, compuseram as sensibilidades urbanas e foram compostos por memórias, revelando-se um espaço de (des)afetos, trabalhos, vivências; como eram concebidas as questões concernentes ao lixo e à limpeza pública. Pensar especialmente as significações e ressignificações dadas ao lixo, ao que era considerado sujo, limpo, contaminado, descartável, feio em Campina Grande; pensar como as sensibilidades urbanas referentes ao lixo, ao sujo e ao limpo eram afloradas e trabalhadas pelos moradores da cidade, tanto por aqueles cidadãos simples, ordinários, como por aqueles responsáveis pela administração pública e gerências da organização da cidade; refletir sobre os discursos e registros de autoridades públicas, de homens

²O chamado discurso sanitarista aparece no período da história do Brasil conhecido como República Velha, onde fatores como a industrialização e a expansão do capitalismo favoreceram uma série de transformações no seio da sociedade brasileira. Em linhas gerais, tais discursos, que tinham um cunho essencialmente político e ideológico, visavam reorganizar aquela sociedade, utilizado como forma de enquadramento da população na nova configuração social, onde as teorias científicas europeias formaram a base de sustentação para a higienização, disciplina e organização dos sujeitos e dos espaços de acordo com a lógica das novas relações sociais da época.

³Qualquer tentativa de precisar quando exatamente o lixo passa a ser uma preocupação pública é um movimento arriscado. No entanto, ousamos dizer que em Campina Grande, a partir do início da década de 1940, na administração do prefeito Verginaud Wanderley, tem-se uma história documentada acerca das políticas públicas de limpeza e embelezamento da cidade, numa das maiores reformas urbanas que Campina Grande conheceu.

comuns, de jornalistas e memorialistas que construíram um acervo do que constitui uma memória sobre Campina Grande no que concerne ao aformoseamento, enfeio e limpeza da cidade a partir do lixo e do lixo; pensar em que contexto e em como o lixo passou a ser problema urbano em Campina Grande. Por fim, problematizar os usos que se faziam do que era descartado, a partir da lógica do lixo enquanto fonte de sobrevivência para alguns e fonte de contaminação para outros.

Para desenvolver o tema enfrentamos alguns desafios, dentre eles, trazer para o campo da história a problemática dos chamados “resíduos sólidos”. Não podemos nos furtar de abordar aspectos mais técnicos, como as dimensões ambientais, socioeconômicas, culturais e sanitárias que giram em torno de tal temática. Consideramos que estes são alguns pilares importantes, que podem fornecer sustentação à nossa discussão central.

1.2 Da escolha do caminho

Cabe nesta problematização apontar as razões das três escolhas feitas inicialmente: o tema, o espaço e o recorte temporal.

Pensar a cidade, implica pensar espacialidades e temporalidades⁴. Deste modo, devemos ter em mente que as cidades são produzidas em determinados espaços e tempos históricos em que a dinâmica dos homens em sociedade vai modelando seus contornos. No caso de Campina Grande, a cidade no contexto histórico que vai de 1992 a 2012, não foge à regra dos problemas de outras cidades grandes e médias do país.

Nossa preocupação, e, certamente, a de inúmeros outros pesquisadores ao se debruçarem sobre os estudos sobre as cidades, é levar ao leitor o conhecimento de algumas experiências que vem sendo desenvolvidas nos mais variados centros urbanos. No nosso caso em particular, como se deu a experiência de construção e significação de um espaço específico da cidade de Campina Grande: o lixo.

Entendemos que pensar a cidade no atual momento histórico pelo qual atravessa nosso país, vai muito além de pensar apenas os interesses acadêmicos e científicos, mas atravessa o pensar da própria política brasileira, tendo em vista que mais de 80% da população de nosso país vive em áreas urbanas⁵, e que junto a isso, nossa sociedade desenvolveu uma série de

⁴Ver Teresina Gonçalves, A cidade como palco da urbanidade. In. *Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares*. Coordenação: Teresinha Maria Gonçalves, Robson dos Santos. Criciúma, SC: ED. Unesc, 2010.

⁵Ver *Brasil urbano*. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

instrumentos analíticos e jurídicos, todo um aparato legal, para pensar a gestão das cidades, do crescimento urbano e dos resíduos sólidos, como por exemplo a criação do Ministério das Cidades, do Estatuto das Cidades⁶ e da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos⁷. Sendo assim, torna-se para nós, pesquisadores, uma possibilidade, não só teórica, mas prática, entender como se dão as relações entre os homens, seja na esfera administrativa ou civil, e como essas relações moldam as cidades. Essa é a proposta de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de Cultura e Memória, a qual estamos vinculados.

Acreditamos que à medida em que levantamos questões sobre como pensar a cidade, a historicidade dos sujeitos, as práticas cotidianas dos catadores de lixo, as condições de vida, aspectos sociais dos viventes do lixão, sobre o papel ou o lugar dos populares enquanto agentes e produtores de uma cultura, estamos contribuindo com os debates que vem sendo realizados na academia que versam sobre as relações e conflitos sociais, sobre o cotidiano, sobre as reformas urbanas e as tramas políticas e econômicas que estão atreladas.

Com relação à escolha do tema, acreditamos que o historiador é um homem de seu tempo, influenciado pelos problemas do presente, por mais que aquilo pelo qual se interessa estudar esteja em um período temporal distante de si no passado. Pensar questões sobre lixo e limpeza urbana em Campina Grande é uma decorrência das observações das demandas urbanas atuais a partir do nosso olhar e inquietação enquanto cidadãos e historiadores. É pensar como o lixo, problema ambiental e urbano, foi sendo significado e ressignificado a partir de uma reflexão sensível, histórica e cultural. Tal necessidade se coloca também em função da curiosidade e interesse frente aos problemas que agitam o mundo, colocando outras pertinências à comunidade científica. Concordamos com Otávio Cruz Neto⁸ quando diz que

⁶ No dia 10 de julho de 2001 foi aprovada a Lei Federal nº. 10.257, chamada “Estatuto da Cidade”, que regulamenta o capítulo original sobre política urbana aprovado pela Constituição Federal de 1988 (arts. 182 e 183). Esta lei intenciona dar suporte jurídico mais consistente às estratégias e aos processos de planejamento urbano, e sobretudo à ação daqueles governos municipais que se tem empenhado no enfrentamento das graves questões urbanas, sociais e ambientais que tem diretamente afetado a vida de brasileiros que vivem em cidades. A proposta é garantir a legitimidade social dos processos de planejamento urbano, formulação de políticas públicas, aprovação de leis urbanísticas e gestão de cidades. Ver mais em Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: Algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil – Edésio Fernandes. In *Cidade (i)legal*. Márcio Moraes Valença, org. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

⁷ A lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 institui a Política Nacional de Resíduos sólidos, dispõe sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, assim como sobre as diretrizes “relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis”. Ver mais em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

⁸Ver CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta de criação. In. MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. Cap. 3, p. 51-66.

As inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem do universo cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer.

Com relação à escolha do recorte espacial, se explica pelo fato de Campina Grande vem sendo palco de nossos estudos desde o mestrado em História⁹, e muitos depoentes que colaboraram com aquele estudo em algum momento das entrevistas se referiam à limpeza urbana, seja no que concerne ao acesso precário ao serviço ou mesmo porque alguns dele trabalharam como catadores (formais ou não) pelas ruas e lixão da cidade.

A escolha do recorte temporal, de 1992 a 2012, para delimitar o estudo de nossa temática se dá por algumas questões, elencadas a seguir.

Em 1992, marco temporal que inicia nossa pesquisa¹⁰, a cidade tem a área das imediações do Aeroporto João Suassuna, próximo a saída de Campina Grande para a cidade de Queimadas, reservada para ser o lixão da cidade. O lixo que outrora era depositado em terrenos baldios pelos bairros, agora seria todo concentrado no Lixão depois de feitas as coletas. Entre os vários problemas com a instalação do novo lixão apontados por especialistas de vários campos, que iam desde engenheiros, ambientalistas, geógrafos à assistentes sociais, os mais graves e de ação mais impactante para a urbe foram: a erradicação da cobertura vegetal, provocando a degradação da paisagem natural; a desvalorização econômica da área; a proximidade com o Aeroporto João Suassuna, especialmente à pista de pousos e decolagens das aeronaves, motivo de preocupação devido à constante presença de urubus, o que pode causar graves acidentes. Isso sem falar nos catadores, homens e mulheres que iam retirar do lixão, daquilo que as pessoas descartaram por não mais servir, a sua fonte de sobrevivência, de alimentação e de renda.

O lixão abrangia uma área de cerca de três hectares, recebia o lixo domiciliar de todos os bairros de Campina Grande-PB, bem como o lixo hospitalar. De acordo com as informações da cooperativa de catadores de lixo, existiam em média 150 trabalhadores no lixão. O processo de

⁹ Ver SILVA, Hilmara Xavier. *A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2013. Tal dissertação de mestrado foi transformada em livro e publicada no ano de 2016 com o mesmo título pela Editora da Universidade Federal de Campina Grande – EDUFCG.

¹⁰ Apesar de 1992 ser o marcador inicial da pesquisa, fazemos no capítulo I alguns apontamentos sobre as preocupações com a limpeza urbana, asseio e embelezamento da cidade desde a década de 1940, quando das reformas urbanas inspiradas nas ocorridas no Rio de Janeiro foram efetuadas na cidade. Desde aquele momento, algumas ações aconteciam, mesmo que ainda de forma tímida.

realização do trabalho daquelas pessoas se dividia em duas fases: a cavação do lixo e a separação do material recolhido. A primeira acontecia concomitantemente com a descarga dos caminhões, a segunda constituía-se da separação do material - plásticos, latas, borrachas, vidros, dentre outros, tudo isso provocando danos à saúde humana e, conseqüentemente, à qualidade de vida da população¹¹.

No ano de 2012, que didaticamente marca a temporalidade final de nossa pesquisa, o lixão de Campina Grande foi extinto. O lixo da cidade agora passara a ser encaminhado para a cidade de Puxinanã, acerca de 18 km de Campina Grande. A proposta acordada entre as prefeituras das duas cidades era de que iria ser construído um aterro no novo lugar onde o lixo das duas cidades seria tratado da forma correta, o que não ocorreu como o planejado. As associações dos catadores e alguns ambientalistas diziam que a política de tratamento do lixo estava fora do padrão de segurança e proteção ao ambiente. Além dos reclames de que, com a mudança do lixo para a cidade vizinha, aqueles que sobreviviam dele, que o utilizavam como fonte de renda e alimentação, ficaram impossibilitados de continuar subsistindo daquela forma.

Pelas indicações expostas até agora em nossa problematização, algumas questões ainda nos inquietam, e pretendemos saná-las durante o desenrolar do texto. Como pensar historicamente os usos do trato com o lixo e as concepções de sujo e descartável na cidade de Campina Grande durante os 20 anos de vigência do lixão e que destacamos temporalmente como interesse de nossa pesquisa? Quais as mudanças e permanências na cultura de nossa sociedade? O que entrava em desuso e o que era considerado lixo? Havia diferenças sociais que poderiam ser percebidas a partir do lixo produzido entre os diversos setores da sociedade (o lixo do pobre, do rico, das casas, das fábricas, da feira, dos hospitais)? Como pensar a formação e, posteriormente, a transferência do lixão de nossa cidade? Como pensar as condições de trabalho dos garis e dos catadores no lixão, e em que momento a atividade de catar lixo deixou de ser informal e passou a ser algo institucionalizado através de cooperativa? Como aquelas condições de trabalhar e sobreviver do lixo foram alteradas a partir da mudança do lixão para a cidade vizinha? Como as sensibilidades urbanas foram afloradas através do lixo, do sujo e do limpo em Campina Grande? Quais memórias de uma cultura material em nossa cidade foram

¹¹Ver “A Vida no Lixo e o Lixo na Vida”: Os fatores e riscos existentes no trabalho dos catadores precoce de lixo na cidade de Campina Grande- PB. Disponível em http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_2787.html

mantidas e quais foram descartadas junto com o lixo que não servia e com o lixão que se extinguiu?

Neste trabalho, objetivamos responder esses questionamentos, minimizando as inquietações que a atividade de historiador nos coloca. Estamos acostumados a olhar a metrópole de baixo para cima. Nesta pesquisa pretendemos visualizar a cidade olhando pro chão, pros cantos, pros amontoados, ver e sentir o cheiro do que a muitos desagrada e repudia. Algo é certo: para muitos, a cidade fede.

Ousamos fazer o movimento de pensar como trabalhadores pobres – quer seja os garis, os diaristas ou os catadores de lixo cooperados ou não – marcavam o cotidiano da cidade com seus itinerários relacionados à coleta do lixo, funcionando como uma espécie de aparelhagem humana para o asseio e limpeza das ruas.

Entendemos que a problemática do lixo vem despertando um interesse crescente na sociedade brasileira, especialmente nos últimos 30 anos, tanto sob a ótica ambiental quanto sob a econômica, política, social, de saúde pública e também cultural, quando uma série de conceitos e ações – como educação ambiental, indústria de reciclagem, lixo eletrônico – estão no cerne das discussões atuais. Entendemos que tudo isso está imbricado numa questão maior, embora mais sutil: a relação da sociedade com suas sobras, sejam elas materiais ou humanas. Memórias, significados, mutações, sentimentos e sentidos. A História está repleta deles.

1.3 Das provocações teóricas e metodológicas

Já foi indicado que a escolha do tema foi suscitada e estimulada pela dinâmica dos acontecimentos contemporâneos. É o momento de fazermos uma reflexão mais pausada sobre o que chamamos de história do tempo presente, ou história recente, tendo em vista que a temporalidade que marca nossa pesquisa, do recente 1992 até 2012, se enquadraria no que François Bédarida chamou de “a nova oficina de Clio”¹².

François Dosse afirmou que “a história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração”¹³. Ela se preocupa com como o presente é construído no tempo. Essas preocupações e o aumento do número de produção de pesquisas concernentes à história do

¹²O Francês François Bédarida foi o primeiro diretor do Instituto de História do Tempo Presente, fundado em 1978 na França, laboratório de pesquisa que compunha o Centro Nacional de Pesquisa Científica daquele país.

¹³Ver: DOSSE, François. *História do Tempo Presente e Historiografia*. In. Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun 2012.

tempo presente foram mais evidentes a partir do início da década de 1990 até o início da década de 2000, quando a ampliação do lugar da memória no debate da (e com a) História se tornou necessário. Acompanhado a esta demanda, também tivemos o uso dos relatos orais de memória como fonte e corpus documental bastante utilizado.

A propósito deste corpus documental, Dosse nos diz que

Não podemos afirmar que a história do tempo presente carece de arquivos, pelo contrário, eles são superabundantes (os testemunhos, as imagens, as entrevistas, a imprensa, a literatura científica não acessada pelo grande público e os arquivos privados). Entretanto, a história do tempo presente não é sinônimo de história oral tal como é considerada muitas vezes pela Escola de Chicago. Não se trata de sacralizar a oralidade depois de ter sacralizado as fontes escritas em um movimento de pêndulo excessivo. Os historiadores do tempo presente recusam reduzir a operação historiográfica a uma simples extensa e expressão da memória¹⁴.

Assim, não há simplicidade ou credulidade excessiva para quem trabalha ou aborda o estudo histórico do tempo presente. Existe sim a necessidade de uma prática consciente e respeitosa quanto à operação historiografia descrita outrora por Michel de Certeau¹⁵. Existe também a necessidade de uma sensibilidade quanto à metodologia da pesquisa, pois muitas vezes, principalmente se pensarmos os relatos orais de memória enquanto fonte ou documento, estamos fazendo uma abordagem de um tempo íntimo, visto que, como disse Rousso

O historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua. A partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa com todos os outros indivíduos¹⁶.

Assim, por nosso interesse em estudar as questões relativas às sensibilidades urbanas a partir do lixo em nossa cidade, acessamos uma memória coletiva que também é nossa, e nos colocamos frente ao desafio que a memória nos coloca: colocamo-nos frente a frente com as fragilidades e cristalizações da memória, com os esquecimentos forçados pela necessidade de

¹⁴Ver: DOSSE, François. *História do Tempo Presente e Historiografia*. In: Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun 2012.

¹⁵Ver CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel, 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

¹⁶Ver: Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o Historiador Henry Rousso. Concedida à Fábio Macedo e Silvia Maria Fávero Arend. In: Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201 – 216, jan/jun 2009. Neste artigo, o professor, Rousso aponta alguns outros autores que, em sua opinião, tornaram-se referência teórica para os estudos do tempo presente. São eles: Maurice Halbwachs, Paul Ricoer, Hannah Arendt e Michel Foucault.

seleção e descarte do que fazemos de nossa cultura material, neste caso, a produção do lixo. Portanto, consideramos que as relações entre história e memória (coletiva ou individual) consistem em um dos fundamentos próprios do discurso historiográfico e da instituição da história como espaço de saber, abrindo assim um espaço no campo para, como o disse Paul Ricoeur¹⁷, lidarmos com a noção de subjetividade, que tornou-se inerente ao trabalho do historiador, quando elegemos as fontes possíveis e criamos hipóteses e fazemos conjecturas para as mesmas. Temos assim a história como um dos lugares de produção da memória coletiva, o que Pierre Nora atribuiu a “Lugares da Memória”¹⁸, entendemos também como uma força social aquilo que Marilena Chauí¹⁹ chamou de um trabalho ou um princípio ativo, ou aquilo que Koselleck²⁰ chamou de manancial de reflexões sobre o pretérito.

Nós, por nossa vez, entendemos que a memória (assim como o esquecimento, que seria o avesso da memória, a negação, a não aceitação, o silenciamento ou o descarte desta), é uma ação no tempo. Uma ação representativa de um indivíduo ou de um grupo que tem a intenção de refletir, assumir, legitimar, denunciar ou ainda justificar seu lugar na sociedade e no tempo ao qual pertencem. A leitura de Guarinello²¹ nos faz entender ainda que a memória também é uma ação sensível, está intimamente ligada ao conceito de sensibilidade quando diz que

A memória pode ser assim a afirmação do próprio tempo, de sua eficácia transformadora. Um meio para reconhecermos a transitoriedade de todos os presentes, a permanente mudança dos momentos vividos em futuro que serão distintos do agora. Nesse sentido, a memória é uma reflexão sobre a mudança, como dimensão inerente ao tempo das sociedades humanas, uma tomada de consciência sobre a produção da diferença, uma negação do mesmo pelo reconhecimento de sua inevitável transformação em outro. Ela traz em si a possibilidade de vermos o presente, não como uma realidade fixa e imutável, como algo eterno, mas como um produto humano, como um momento de passagem, uma ponte através da qual o passado constrói o futuro. E é para o futuro que se volta, assim, essa memória ativa, afirmando o poder e a força da ação humana sobre sua própria história, desnaturalizando o tempo humano.

Assim, entendemos que as memórias dos homens e mulheres, populares que tiravam do lixo e do lixo os meios necessários para sobreviverem, daqueles populares da cidade cujas

¹⁷Ver RICOEUR, Paul. *Histoire et vérité*. Paris, Seuil, 1955, p.24 – 25.

¹⁸Ver NORA, Pierre (org.) *Les lieux de La mémoire*. Paris. Gallimard. 1984.

¹⁹Ver CHAUI, Marilena. “Apresentação”. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, 2ª Ed. São Paulo, 1987.

²⁰Ver KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

²¹Norberto Luiz Guarinello é professor da USP, tal citação foi retirada de sua conferência para o I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais, em São João Del Rei, em maio de 1993.

sensibilidades urbanas também eram tocadas pela sujeira dos descartes, e ainda das autoridades formadas pela elite campinense que ditavam as normas de organização, asseio e embelezamento da cidade, podem ser acessadas através dos relatos orais de memória daquela população. Relatos de memórias que forjam uma nova versão da história sobre a urbe e seus sobreviventes e que são parte do conjunto de fontes que acessamos para a escrita deste trabalho, os quais chamamos de “arquivos da palavra dita”.

Os relatos orais de memória dos depoentes foram colhidos através de entrevistas, que foram feitas no sentido de buscar entender como se registra na memória²² a dinâmica dos sujeitos cuja subsistência era ligada à existência do lixão, as articulações políticas que eles faziam para melhorar as condições de vida de seu grupo, as relações de poder que se estabeleciam no local, como foi para os catadores de lixo, e mesmo para o planejamento urbano, o processo de mudança do lixão da cidade em Campina Grande para o aterro sanitário em Puxinanã. Entendemos que a partir desses relatos orais de memória é possível conhecer a visão que os populares tinham/tem de sua vida e da cidade ao redor, numa versão geralmente diferente daquela produzida pela mídia, pela elite ou pelos documentos oficiais, ainda que em diálogo permanente com elas.

A partir do problema colocado, enfatizamos o interesse em analisar práticas culturais e sociais que colocam as possibilidades de vivenciar e experimentar o espaço urbano pelos populares, reorganizando aquele espaço, atentando para as práticas e estratégias que dão significado próprio ao seu viver em periferia e que burlam a ordem estabelecida ou desejada pela classe mais abastada. A história oral nos permite esse movimento, como aponta Paul Thompson,

É uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vendo-os não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história *para dentro* da comunidade e extrai a história *de dentro* da comunidade²³ (grifos nossos)

As pessoas que entrevistamos trouxeram à tona histórias vividas em um tempo e um espaço específico, além de relatos sobre estratégias de lutas e de resistências pela sobrevivência em um lugar aparentemente inóspito, notadamente insalubre e de difícil acesso. Segundo

²² Nossas leituras sobre memória foram sobre os escritos de autores como Antônio Torres Montenegro, Regina Beatriz Guimarães Neto, Paul Thompson, Ecléa Bosi, Verena Alberti, dentre outros. Muito embora nem todos tenham sido citados ao longo do texto, esses autores nos serviram como indicações teóricas e metodológicas para se trabalhar a memória.

²³ THOMPSON, Paul, *A voz do passado*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 44.

Michel de Certeau²⁴, esses homens, a partir de suas experiências “seriam praticantes ordinários da cidade, caminhantes, pedestres que jogam com espaços que não se veem: tem dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso”. Como nos diz Regina Beatriz Guimarães Neto,

Trata-se de uma representação da cidade e do território praticado que associa elementos da cartografia convencional com os dados das experiências apoiadas em signos culturais múltiplos, destinados a oferecer uma outra compreensão, para além dos discursos dos planejadores e administradores urbanos que defendem uma racionalidade técnica²⁵

Assim, valorizamos a experiência dos atores sociais, as táticas e estratégias que se configuravam, as experiências individuais ou coletivas sobre o contexto social no qual aqueles atores estavam inseridos. Atentamos para como as memórias representam as experiências e os espaços praticados.

Na perspectiva de que fazemos uma história viva, num processo histórico que se faz nascer a cada dia, os indivíduos que narram suas histórias atribuem sentidos às experiências individuais e coletivas, representam e explicam o mundo em que vivem. Deste modo as narrativas pessoais ganham uma dimensão social, e nós historiadores podemos ter a consciência de que os nossos caminhos de análises estão sempre em construção.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, as outras fontes que encontramos nos dão os indícios para as respostas das questões que levantamos. São fontes que estão dispostas em arquivos e, juntas, podem formar uma memória sobre as sensibilidades urbanas de Campina Grande no tocante ao lixo, ao sujo e ao limpo entre os anos de 1992 a 2012.

Como constituinte dessas fontes temos os Semanários Oficiais da Prefeitura Municipal de Campina Grande, que podem ser acessados no Arquivo Público Municipal, os exemplares do Jornal da Paraíba²⁶; os documentos da Secretaria de Planejamento do Município e da

²⁴ Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

²⁵ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: *História: cultura e sentimento, outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

²⁶ Priorizamos fazer a pesquisa por este jornal especificamente em função do mesmo se encontrar totalmente digitalizado e disponível na internet e cobrir todo o recorte cronológico desta pesquisa, além de ser um dos jornais de maior alcance à população. No decorrer da pesquisa, o que encontramos nos jornais nos deram valiosas pistas para se chegar a outros documentos, cuja apreciação foi importante para o trabalho, e entender como as relações entre populares e poderes públicos eram forjadas.

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos²⁷. Além das obras historiográficas e de memorialistas campinenses elencadas na revisão historiográfica e nas referências adiante.

A abordagem das fontes foi no sentido de perceber possibilidades de acessar as tramas, os planos dos gestores e as burlas dos populares, as experimentações dos corpos disciplinarizadores e indisciplinados na cidade, e a forma como esses corpos se relacionam com o lixo.

Para melhor explorar as fontes, fizemos algumas perguntas às mesmas, como por exemplo, de que contexto histórico-social ela é originada, quem a produziu e a partir de quais interesses, o que ou a quem atinge aquilo que a fonte representa. Em outras palavras, criar novas pertinências para as fontes. Estar atento, como diria Ginzburg, para “o não dito”, e de modo indiciário, descobrir o que nos guardam as entrelinhas. Usar de criatividade e de inventividade ao lidar com os documentos para que os mesmos possam responder às nossas demandas, que são colocadas sempre de modo particular e interessado, de maneira a revelar sempre novidades.

Ampliado nosso corpus documental, dando apoio às fontes, seguiremos inicialmente uma metodologia de pesquisa baseada nos recortes feitos a partir das pesquisas nas bibliografias especializadas. Uma revisão historiográfica feita foi essencial para o reconhecimento do campo, para os nossos deslocamentos dentro do campo e para a afirmação de um lugar próprio, dando início assim à escrita de um trabalho coerente por ter feito uma pesquisa igualmente coerente, visando contribuir com a historiografia e com o campo científico.

Entendemos que a dimensão narrativa de nosso trabalho é formada por ações individuais e coletivas, reveladora da experiência vivida em diferentes momentos, e que vai muito além do simples ato de descrever, como algo mecânico, mas amplia o que antes parecia inexpressivo, o que antes não se procurava ouvir, o que antes podia ser considerado irrelevantemente comum, mas que aponta a história ainda não dita do cotidiano urbano. No caso de nossa pesquisa, o que pode ser considerado pelo senso comum como algo irrelevantemente comum ou natural – o lixo, o sujo, o limpo – são questões que incidem diretamente sobre os viventes da cidade – homens, animais, plantas.

Ressaltamos aqui, a importância da revisão historiográfica, que nos permite o reconhecimento do campo no qual vamos trabalhar e produzir. Esse reconhecimento do campo nos é familiar nas leituras de Certeau e Bourdieu, quanto ao ofício do historiador e quanto aos usos sociais da ciência. Pensar sobre os referenciais teóricos e metodológico considerados

²⁷Os documentos utilizados datam do período entre 1992 a 2012, exceto pelos semanários oficiais, cuja pesquisa contemplou parte do período das reformas urbanas da cidade de Campina Grande a partir da década de 1950, na administração do prefeito Severino Bezerra Cabral.

viáveis permite que o pesquisador estabeleça os recortes que deseja fazer dentro do campo, criando assim seus deslocamentos. Permite, portanto, nosso reconhecimento perante nossos pares, visto que o que nós escrevemos diz aos nossos pares quem nós somos no nosso campo.

Para nós, no processo de leitura e construção de um pensamento para o trabalho, será de suma importância o trabalho que alguns historiadores já desenvolveram acerca das questões levantadas neste projeto: o que chamamos de sensibilidades urbanas - a saber o lixo, a sujeira, os processos de higienização das cidades - ou ainda da cidade no que se refere ao desejo de modernidade/modernização e aos símbolos modernos; as reformas urbanas; à questões diversas sobre a história de Campina Grande como um todo; à questões sobre memória, história cultural e o ofício do historiador. Para que possamos indicar de forma mais didática e pormenorizada possível os autores, obras ou conceitos com os quais dialogamos, vou apontar um por um a partir das questões elencada anteriormente.

Para refletir sobre o que chamamos de sensibilidades urbanas (o lixo, a sujeira, os odores, os processos de higienização das cidades, as preocupações com a estética e a saúde pública), a historiografia francesa, a partir de Alain Corbin nos dá eficazes instrumentos. Em seu livro “Saberes e Odores”²⁸, mesmo pensando no contexto francês em fins dos séculos XVIII e XIX, ele, como ninguém, narrou a história das percepções olfativas com destacado sucesso, chamando a atenção para as diferenças de classe existentes em sua sociedade a partir da sujeira ou higiene que desenvolviam.

Ainda numa perspectiva francesa para se pensar o que chamamos de “cultura material”, Daniel Roche, em seu “História das Coisas Banais”²⁹, nos ajuda a compreender nossa relação com as “coisas”, nossa mediação com os objetos e com o mundo. É pensar em como ao longo do tempo algo ou práticas que pareceriam naturais, como o uso ou descarte de objetos, se revela em práticas culturais, necessidades e desejos representados em objetos classificados como úteis ou desnecessários.

Sobre a produção acadêmica nacional acerca do lixo e lixo, observamos uma diversificada produção sobre a questão dos resíduos. Alguns periódicos tem focado suas pesquisas científicas nos problemas cotidianos relacionados ao lixo³⁰. A mídia e seus meios de

²⁸CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²⁹ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

³⁰Ver por exemplo as revistas: Resíduos – Revista técnica; Bio – Revista Brasileira de Saneamento e Meio Ambiente; Revista Limpeza Pública; Revista Saneamento Ambiental; Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical; Revista de Engenharia sanitária; Cadernos de saúde Pública; dentre outros.

comunicação³¹ também trazem ao público os registros desses problemas, enfatizando especialmente o trabalho feito por organizações não governamentais que mobilizam a sociedade no sentido de envolvê-la no debate e na articulação de ações coletivas.

Evidenciam-se os trabalhos de Denise de Moura Juncá³², especialmente quando analisa as trajetórias dos sujeitos no lixo; os trabalhos de M. Abreu³³, intitulado “Do Lixo à Cidadania: estratégias para a ação”, sobre estratégias e manobras legais que devem ser aplicadas às políticas públicas referentes ao lixo; Em seu “Os empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade”, Conceição³⁴ faz uma reflexão acerca do trabalho das cooperativas de reciclagem de lixo, e suas implicações para o mercado e mundos de trabalho. Suellen Silva Pereira e Josandra Araújo de Melo³⁵ analisam os aspectos socioeconômicos envolvidos no processo de gestão dos resíduos sólidos em Campina Grande/PB.

Nas últimas décadas observamos que a produção historiográfica que tem a cidade como centro de suas inquietações vem sendo crescente. Também podemos perceber as diversas influências teóricas que nortearam os estudiosos de cidades. Revisando parte de historiografia que foi dedicada às cidades, num primeiro momento observamos que a historiografia tradicional fazia uma vasta análise das cidades e suas características essencialmente políticas e econômicas, enfocando os feitos dos ilustres senhores que contribuíram para a manutenção do status de “grande” cidade. Num segundo momento, principalmente nas produções feitas a partir de leituras da História Cultural e História Social, percebemos que as cidades eram observadas a partir de múltiplos olhares, inclusive os que questionavam o seu lugar de cidade moderna ou modernizada, e que apontavam o lugar do homem no processo de construção histórica de sua cultura e de sua sociedade.

³¹Ver produções como o documentário O Desafio do Lixo, produzido por Washington Novaes, exibido pela Rede Brasil; Lixo Extraordinário, dirigido por Lucy Walker, indicado ao Oscar de melhor documentário em 2011; Estamira, produzido por José Padilha. Sobre propagandas que apresentavam campanhas educacionais sobre limpeza urbana, temos o registro da década de 1970, quando o governo militar através da campanha “Povo desenvolvido é povo limpo”, sob a arte do publicitário Ruy Perrotti criou o personagem anti herói Sujismundo, que foi veiculada na televisão e no cinema, orientando as pessoas a terem cuidado com a limpeza pessoal e do espaço, contribuindo para que as cidades fossem não só civilizadas, mas também desenvolvidas.

³²JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. *Mais que sobras e sobrantes: trajetórias dos sujeitos no lixo*. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.

³³ABREU, M.F. *Do Lixo à Cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Caixa Econômica Federal e UNICEF, 2001.

³⁴CONCEIÇÃO, M.M. *Os empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2005.

³⁵PEREIRA, Suellen Silva e MELO, Josandra Araújo Barreto de. *Gestão dos resíduos sólidos urbanos em Campina Grande/PB e seus reflexos socioeconômicos*. In.: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 4, p. 193-217, set-dez/2008, Taubaté, SP, Brasil.

Para caracterizar os campos teóricos e delimitarmos nosso lugar, faremos um breve comentário sobre algumas das produções acerca da cidade de Campina Grande, ou mesmo cidades paraibanas de modo geral, que julgamos mais relevantes pelo alcance que tiveram no debate acadêmico, pelo seu caráter teórico-metodológico e por aproximar-se, em certa medida, muito embora não cronologicamente, porém tematicamente, de nosso objeto de estudo³⁶.

Numa perspectiva teórica tradicional e factual, as pessoas que mais contribuíram para os estudos da nossa cidade foram Epaminondas Câmara, em *Alicerces de Campina Grande*³⁷ e *Datas Campinenses*³⁸; Elpídio de Almeida, com sua *História de Campina Grande*³⁹ e Josué Sylvestre, em *Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo*⁴⁰. Essas obras tinham por característica a ênfase dos feitos heróicos da elite campinense de seu tempo.

Consideradas obras voltadas para os estudos sócioeconômicos, ou mesmo para o que se chamou de materialismo histórico, temos as obras *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria*⁴¹, de Josefa Gomes de Almeida, e *Morte e Vida das Oligarquias*⁴² de Eliete Queiroz Gurjão. Nelas, as autoras fazem duras críticas ao capitalismo por entenderem que o sistema é o responsável pela manutenção da miséria e exploração dos trabalhadores rurais e urbanos. Essa concepção teórica talvez tenha sido a que mais problematizou e criticou as ambiguidades e contradições do processo de modernização e progresso das cidades, também a que mais influenciou historiadores durante a década de 1980.

Já em fins dos anos 1980 e início da década de 1990, observamos trabalhos acadêmicos que estudam cidades paraibanas a partir de uma perspectiva teórico-metodológica diferente da vigente até então. Como exemplos do que se convencionou chamar de novas tendências historiográficas, temos o trabalho de Ariosvaldo da Silva Diniz, *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas*⁴³, onde o autor faz uma

³⁶ As obras que falam sobre as cidades, suas culturas e sua relação com a modernidade de forma mais geral não vamos explicitá-las aqui, mas serão indicadas nas referências bibliográficas. Optamos por discutir aqui as obras que falam sobre Campina Grande em detrimento das metrópoles mais conhecidas nacionalmente justamente para que nosso leitor tome conhecimento da produção existente sobre nossa cidade. Nossos escritos ainda são pouco conhecidos em outras regiões do país e gostaríamos de ampliar a visibilidade dada a nossa historiografia.

³⁷ CÂMARA, Epaminondas, *Alicerces de Campina Grande*. Oficina Gráfica da Livraria Moderna, 1943.

³⁸ CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947.

³⁹ ALMEIDA, Elpídio, *História de Campina Grande*. 2ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1979.

⁴⁰ SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

⁴¹ SILVA, Josefa Gomes de Almeida, *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria*. Mestrado em História, UFPE, 1985.

⁴² GURJÃO, Eliete Queiroz, *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994.

⁴³ DINIZ, Ariosvaldo da Silva, *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930*. Mestrado em Ciências sociais, João Pessoa, UFPB, 1988.

análise do mercado de trabalho e industrialização na Paraíba, aproximando os conceitos de Thompson, historiador social inglês, aos conceitos de Foucault, filósofo pós-estruturalista francês.

Ainda na perspectiva de utilizar os conceitos de Foucault e do pós-estruturalismo como norte de seu trabalho, e fazer também uma leitura de gênero, temos as autoras Silêde Leila Oliveira Cavalcanti com *Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa*⁴⁴, e Keila Queiroz e Silva em *Sem lenço e Sem Documento: Mulheres de 60, filhas de um novo tempo?*⁴⁵. A primeira trata da cidade enquanto um corpo feminino e suas transformações. A segunda trata questões de modernidade e pós-modernidade, tendo como objeto algumas mulheres campinenses e suas práticas em sociedade.

Escritos na perspectiva da história social e história cultural temos os trabalhos: *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*, de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa⁴⁶, em que recupera as múltiplas formas dos moradores viverem na cidade, suas relações com o espaço urbano e com o trabalho que aqueles populares desenvolviam. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*, de Gervácio Batista Aranha⁴⁷, na qual o autor vem problematizar a noção de modernidade e dos seus símbolos, onde o moderno se reconhece no passado, questionando as situações da contemporaneidade.

Trazendo para o leitor outras pertinências sobre urbanização e modernização em Campina Grande, utilizando como fontes imagens fotográficas produzidas localmente, temos o livro *A cidade revelada: Campina Grande em imagens e história*⁴⁸, do professor Severino Cabral Filho.

Temos ainda a produção de Antônio Clarindo B de Souza que, em *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)*⁴⁹, trata dos

⁴⁴ CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira, *Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa* In *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

⁴⁵ SILVA, Keila Queiroz, *Sem lenço e Sem Documento: Mulheres de 60, filhas de um novo tempo?* In *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

⁴⁶ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*, Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

⁴⁷ ARANHA, Gervácio Batista, *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

⁴⁸ CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História*. Campina Grande, UFCG, 2009. 204 p.

⁴⁹ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)*. Tese de doutorado, UFPE, 2002.

divertimentos e tensões sociais entre os populares e de como eles burlavam as normas de comportamento colocadas pela elite campinense.

Alarcon Agra do Ó, em *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959)*⁵⁰, pensa a cidade de Campina Grande e suas necessidades de organização a partir dos projetos e planos de governo dos candidatos à prefeitura da cidade naquele ano de 1959, num movimento que nos faz conhecer que cidade tínhamos e que cidade desejavam a população e os políticos de Campina.

Cito esses trabalhos como exemplo da rica produção que já se tem, dentre tantos outros publicados, sobre cidades. Como disse no início deste texto, para reconhecer o campo de atuação teórica o autor tem que fazer esse exercício de revisão bibliográfica. Dentre as obras acima citadas, de algumas nos aproximamos mais, de outras, bem menos. Sem pretender hierarquizar os lugares teóricos das obras apresentadas, a nossa identificação é maior com as que tem influências da história cultural, no entanto, mesmo aquelas cujo norte teórico diverge do nosso caminho, servirão de contraponto e de referência para a aproximação e distanciamento dos nossos colegas, marcando nosso lugar na pesquisa que desenvolvemos e indicando que a temática com a qual trabalhamos nesta pesquisa não foi ainda desenvolvida pelos nossos pares da forma como se pretende e se apresenta neste trabalho.

Para pensar as questões relativas à memória, dialogamos com Ecléa Bosi, Paul Thompson, Antônio Torres Montenegro, Regina Beatriz Guimarães Neto. Questões relativas à modernidade dialogamos com Antônio Paulo Rezende. Nos atrai o uso dos conceitos de “homem ordinário”, “usos e costumes”, e “modos de fazer” elaborados por Michel de Certeau, assim como o conceito de “práticas e representações” elaborado por Roger Chartier. Dialogamos também com Carlo Ginzburg sobre questões relacionadas ao ofício do historiador⁵¹. Creio que esses conceitos explicam boa parte das questões e demandas levantadas pelo nosso olhar de historiador/pesquisador.

⁵⁰ AGRA DO Ó, Alarcon, *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

⁵¹ Ver BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*-13.a edição. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória* -2.a edição. 2. ed. São Paulo: Atelie, 2004. THOMPSON, Paul, *A voz do passado*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2007. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita*. In: *História: cultura e sentimento, outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini&Caniato; EdUFMT, 2006. REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*; tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre*

Enfim, essa reflexão historiográfica não se encerra aqui, na verdade a partir de cada nova leitura ela se expande e se renova. Por ora, acreditamos que essas são as pertinências iniciais para a compreensão do trabalho.

1.4 Das sensibilidades

A cidade e as memórias sobre a cidade são espaços privilegiados das sensibilidades. Ser cidadão, reconhecer-se pertencente ao urbano, identificar-se com uma cidade, representou ao longo da história sensibilidades sempre renovadas pelas características próprias à urbe e pela ação dos homens e do tempo. As sensibilidades tem seu onde, seu ser e seu estar, sempre transitórios e mutáveis, na cidade e nas memórias sobre ela.

Os homens ordinários⁵² fizeram e fazem das cidades um lugar de aconchego, de recolhimento, de sentimentos diversos, de saudade, de reconhecimento, de estranhamento. Tomando de empréstimo as palavras de Mayol, as cidades não são “propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias”⁵³.

A cidade enquanto espaço de sensibilidade não se dá apenas pelo seu potencial utilitário ou técnico, mas sim pelo cruzamento entre acolhimento e estranheza, entre o que foi dado e o que é possível, entre o atingível e o inatingível. Tudo isto dado a ler pela fala dos seus habitantes, que fazem da cidade um espaço de invenção, cujas dimensões reais se misturam às simbólicas. Dimensão palpável e material misturada à dimensão sensorial, poética e invisível, como a de cidade de Italo Calvino⁵⁴. Como disse Fleck⁵⁵

A dimensão do mundo sensível não se rege por leis, regras ou razões, mas pelos sentimentos e pelas emoções que se traduzem externamente e que se materializam em registros que permitem a apreensão dos seus significáveis, logo possíveis de serem resgatados pelo historiador.

práticas e representações. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990. GINZBURG, C. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

⁵² Ver FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. pp. 89-128

⁵³ MAYOL, Pierre. O Bairro. In.: A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

⁵⁴ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990

⁵⁵ FLECK, Eliane Cristin Deckmann. *Cartografia da sensibilidade*. In. ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. História e Sensibilidade. Brasília Paralelo 15, 2006.

Deste modo, recordamos Certeau⁵⁶ quando diz da grande capacidade que pessoas comuns tem de “inventarem” seu cotidiano com as “artes de fazer”, formas astutas de criar resistências à códigos sociais e de apropriar-se de espaços. Assim, o gesto do homem comum e do historiador em narrar suas experiências na cidade, narrar aquilo que lhe foi conhecido, refaz, reconstrói, restaura o território onde se desdobrou as “artes de fazer” daqueles homens, cujas vidas efetivamente escreveram a história da cidade à medida em que a cidade contribuía à feitura de suas histórias. Assim se formam e se desenvolvem as sensibilidades urbanas.

Pesavento, em seu “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”⁵⁷, dizia que a partir da década de 1990 a história cultural realçou os estudos sobre a urbanidade. Falava da cidade enquanto um espaço constituído por três dimensões: A dimensão da materiabilidade, da sociabilidade e da sensibilidade, experimentadas e representadas pelos atores sociais que constroem na cidade o seu *ethos*. Ousamos usar a tese de Pesavento para analisar nosso objeto de estudo, o lixão da cidade de Campina Grande e as pessoas que sobreviviam dele. Ousamos analisar o lixão enquanto um espaço de materialidade, de sociabilidade, de sensibilidade, e acrescentamos ainda de biodiversidade⁵⁸.

O “lixão” se apresenta como um espaço de materialidade à medida em que é uma ação humana sobre a natureza, foi algo formado pelo homem que alterou a malha urbana da cidade e tem implicações econômicas e sociais para a vida de alguns moradores, especialmente daqueles que retiram do lixo o seu trabalho e seu sustento de vida.

Apresenta-se também como um espaço de sociabilidades, pensando também a partir da visão dos mundos de trabalho. Existia (no processo de acessar as pilhas de lixo, catar os materiais recicláveis para dali vender à alguma cooperativa ou empresa de reciclagem até separar o que poderia ser consumido sem tratamento diretamente por sua família) toda uma normatização das práticas de coleta. Normatização inclusive física, pois não podiam aproximar-se muito do caminhão na hora em que estava sendo feita a descarga do lixo para evitar acidentes, além de que certos materiais eram mais cobiçados que outros, e muitas vezes até a localização do catador na pilha causava conflitos entre eles. Atentamos para o fato de que as relações podiam ser conflituosas, mas observamos espaços de afetividade e solidariedade entre os catadores.

⁵⁶ Ver CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Volume 1: Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 19ª edição.

⁵⁷Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, PP 11 - 23

⁵⁸ Apresentaremos por hora o que entendemos por materialidade, sociabilidade e sensibilidade no espaço do lixão. O entendimento sobre a biodiversidade abordaremos com mais detalhes no próximo tópico, quando trataremos das relações entre história e história ambiental.

O lixão também é tido por nós como um espaço de sensibilidade. Daí defendemos a tese de sensibilidades urbanas através do lixo. A forma como elegemos materiais a serem consumidos e depois descartados é cultural. Os significados de consumir, descartar e reaproveitar foram sendo revistos e reelaborados ao longo do tempo. A reelaboração daqueles significados e a atribuição de valores ao lixo e às pessoas que dele sobrevivem é uma construção cultural intimamente ligada ao viver urbano. A partir de então, tantos os populares quanto a ciência produzem imagens e discursos sobre o lixo. Além do mais, revelam-se percepções de emoções e sentimentos a partir do lixo, a partir do sensorial tátil e olfativo que são intimamente ligadas ao viver urbano.

Assim, o lixão da nossa cidade se coloca enquanto um lugar de sensibilidades, de afetos, de utopias, de desejos, de repulsas, de esperanças, de desengano. Sentimentos estes naturais ao que habitar uma cidade propicia. Segundo Pesavento⁵⁹

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados do espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória.

Para nós, a cidade, enquanto lugar portador de outros tantos, possui um lugar menor apontado por nós em nosso trabalho: o lixão. Lixo e lixão foram significados pelos populares, pelos planejadores da cidade e pelos cientistas em termos nem sempre concordantes entre si. Esses termos são construções históricas e culturais de sentidos marcadas pelas experiências dos viventes. Assim, intencionamos dar a ler as sensibilidades transcorridas ao longo dos anos que mudaram a paisagem, o ambiente e as formas de consumir e descartar dos homens bem como seus movimentos de aceitação e repulsa quanto ao lixo, indicando outras maneiras de enxergar o espaço urbano, seus habitantes e suas práticas sociais.

1.5 Das ligações intrínsecas com a história ambiental

A história ambiental enquanto um campo de saber e pesquisa institucionalizado e em desenvolvimento nas academias remonta à década de 1970, mais especificamente a partir da

⁵⁹ Ver PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, p. 14-15.

criação da American Society for Environmental History⁶⁰. Desde o início de sua institucionalização, a história ambiental fora vista como um indicador de uma nova possibilidade de aproximar as fronteiras com a pesquisa e ensino de história. Segundo Roderick Nash⁶¹, a história ambiental respondia aos “clamores por responsabilidade ambiental” que já se faziam muito intensas desde aquela década na sociedade americana. Assim, os historiadores estariam escutando e atendendo a “voz das ruas”.

É inegável que o que aquele historiador chamou de “voz das ruas” era (e ainda é) certamente a abertura para um debate público muito importante com relação ao meio ambiente que podemos considerar como um dos mais importantes fenômenos sociológicos da nossa sociedade, à medida em que, ao longo do tempo, ultrapassou os limites da academia para influenciar o estabelecimento de comportamentos e ações individuais e coletivas não só voltadas para o âmbito educacional, mas também para um meio midiático que chama atenção para a cultura, além de políticas públicas voltadas especialmente para tais demandas.

Segundo Pádua⁶², apenas o âmbito político “não é suficiente para explicar a emergência de um enfoque ambiental” na pesquisa em história. Os desafios aos historiadores também são culturais, em função das mudanças epistemológicas que se consolidaram a partir do século XX com relação à ideia de que a ação humana pode causar a degradação do mundo ambiental e à ideia de que a natureza também é história ou dotada de história, “como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo”. Por isto, em nosso trabalho, não se furta em pensar a história ambiental como uma história que também é cultural. É uma postura, consideramos, ética.

Estamos de acordo com a postura que defende que o homem, com sua cultura, não está acima das condições naturais, não é exterior ou superior a ela, mas é parte dela. A sofisticação que atingimos em nossa sociedade nos dias atuais não nos faz superiores ou alheios ao ambiente. Como foi dito por Crosby⁶³, “o ser humano histórico está tão inescapavelmente imerso na cultura e na linguagem quanto na ecossfera terrestre”. Em nosso trabalho sobre as sensibilidades urbanas e o lixo de Campina Grande pensamos as dimensões naturais e culturais que juntas fomentam as práticas coletivas dos homens.

⁶⁰ A American Society for Environmental History foi criada em 1977, e o primeiro curso universitário de renome e de grande alcance fora ministrado em 1972 pelo historiador cultural Roderick Nash na Universidade da Califórnia.

⁶¹ NASH, Roderick. American Environmental History: a new teaching frontier. *Pacific Historical Review*, n. 41, p. 362-372, 1972.

⁶² PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

⁶³ Tradução livre. Ver CROSBY, Alfred. The past and present of environmental history. *American Historical Review*, v. 100, n.4, p.77-89, 1995.

Diferentemente do que uma compreensão mais descuidada acerca história ambiental poderia fazer, não há redução de análise histórica, mas sim a ampliação dela, alargando os domínios da historiografia e se manifestando nos âmbitos da história econômica, política, social, cultural, tornando a análise histórica e/ou historiográfica mais apurada.

Sobre como foram elaboradas as bases teóricas da história ambiental, temos os níveis colocados por Worster⁶⁴. O primeiro nível diria respeito à “natureza propriamente dita”, como se relacionam os ecossistemas e tendo o organismo humano como parte desta formação. O segundo nível trataria sobre a organização social e econômica das sociedades e sua relação com os espaços geográficos. O terceiro nível teria uma preocupação maior com aspectos da experiência humana, experiências não apenas sociais e econômicas, mas cognitivas, mentais e sensoriais, com relação ao restante do mundo natural. Segundo Worster,

As manifestações culturais não ocorrem isoladas o mundo vivo, valendo-se frequentemente de elementos da biodiversidade e da experiência física no planeta ou, melhor dizendo, dos lugares específicos do planeta, na constituição da linguagem e das categorias de entendimento.

A partir desta citação de Worster, temos duas pequenas observações a fazer. A primeira é que nos trabalhos que tratam ou se preocupam com a história ambiental os três níveis podem aparecer isoladamente, ou, como é mais comum, imbricados, sendo que um dos três pode ser ressaltado em maior ou menor escala com relação aos outros. A segunda observação é que em nosso trabalho, os três níveis apontados por Worster se mesclam, e provocamos o leitor a identificá-los ao longo do texto. Isto posto, podemos dizer que fazemos um trabalho de história ambiental urbana, à medida em que incorporamos à análise histórica a interação conflitante, dependente e sensível entre homem e natureza em seus lugares de memória no processo de desenvolvimento de nossa cidade.

Justificamos que fazemos uma história ambiental urbana pois não dissociamos aqui o aspecto ambiental dos estudos urbanos, visto que, como nos disse Keyes⁶⁵, “a construção de cidades requer uma extensiva modificação de ecossistemas e criação de novas paisagens” e que “o trabalho nas cidades gera novos tipos de relações entre natureza e as pessoas”. Somos contemplados com a fala de Regina Horta Duarte⁶⁶ quando nos diz que

⁶⁴Ver WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

⁶⁵Ver KEYES, J. J., A Place of its Own: Urban Environmental History. *Journal of Urban History*, v.26, n.3, p.380-390, mar. 2000.

⁶⁶DUARTE, Regina Horta. À sombra dos fícus: Cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*. Campinas. v. X, n. 2. P. 25-44, jul-dez. 2007.

Os estudos sobre as relações entre as sociedades e a natureza não devem se limitar a áreas de preservação, florestas ou campos facilmente reconhecíveis como ambientes naturais. Os homens citadinos convivem com rios, com o lixo que produzem, com uma fauna urbana e também com as árvores das praças, dos parques e das ruas pelas quais transitam cotidianamente.

No curso de tais demandas, na década de 1990, iniciou-se com mais densidade os estudos de História Ambiental Urbana⁶⁷. Segundo Tarr⁶⁸, a história ambiental urbana se apoia em três pilares explicativos: por ser um campo de pesquisa fértil que possibilita novas introspecções sobre a cidade e suas relações com a natureza; pela sua interdisciplinaridade, e pela relevância dos problemas contemporâneos, especialmente no tangível ao uso do solo, das águas, das áreas abandonadas, e, ponto de nosso interesse, do lixo produzido pelos habitantes.

Deste modo, entendemos que a relação entre o meio físico e a cultura material humana nas cidades, é dialética. O que nos possibilita compreender a intervenção do homem no meio natural, bem como o modo como o meio natural foi determinante para o surgimento e desenvolvimento dos centros urbanos. Consideramos ainda a necessidade de se pensar outros elementos teórico-metodológicos para analisar as formas de interação entre espaço físico construído e sítio natural, trazendo o debate ecológico para a dimensão histórica.

Este trabalho preocupa-se em pensar a história ambiental urbana em Campina Grande a partir das sensibilidades, cultura e memória acerca da instalação e desabilitação do “lixão” da cidade, percebendo como se deu a participação dos diversos atores sociais envolvidos nesses processos. Há uma memória ainda viva nos atores sociais que vivenciaram e participaram de todas as etapas desses processos, de todas as lutas, reclamações, reivindicações e acordos. Essa memória, pretendemos apresentar da forma como foi construída nos capítulos que seguem, onde fizemos o exercício de aproximar a materialidade do presente à imaterialidade do passado, trabalho próprio do historiador, que constrói em sua narrativa um passado possível para os acontecimentos, a partir das escolhas teóricas e metodológicas que trilha em seu caminho.

⁶⁷Na Europa e América do Norte destacamos a publicação de uma edição especial do Journal of Urban History sob o título de The Environment and the City, organizada por Christine M. Rosen e Joel Tarr. No Brasil, os debates se deram especialmente após a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

⁶⁸Ver TARR, J. Urban History and Environmental History in the United States: complementary and overlapping fields. In: BERNHARDT, C. (ed.) *Environmental problems in European cities of the 19th and 20th*. Berlin: Muenster, 2001, p. 25-39.

2 A PRODUÇÃO DO CHÃO E A GÊNESE DO LIXÃO: UMA HISTÓRIA DO OBJETO E SUAS SIGNIFICÂNCIAS.

“Escritor andarilho singular, flâneur dos subterrâneos, Augusto não se ocupa de contemplar as perfumadas vitrines ou os belos shoppings centers e outras grandiosas edificações, mas em ler e escrever a cidade rés-do-chão e tudo que se move para baixo dele: buracos na calçada, latas de lixo, bueiros, poças d’água, antigos prédios em ruína, habitados por ratos, frágeis caixas de papelão que servem como moradia e, principalmente, pessoas. Em sua diuturna flânerie, ele reflete sobre a escritura da cidade e do seu texto-cidade.”

(Adriana Ferreira de Melo e Diana Maria dos Santos⁶⁹)

Tratar o lixo como um elemento da cultura ainda é algo pouco observado, iniciativa que carece, digamos, de disposição e atenção, já que “cultura” é um conceito tão abrangente e que o “lixo” vem sendo estudado por especialistas em seu sentido mais técnico enquanto problema a ser resolvido por engenheiros, sanitaristas e/ou urbanistas, esquecendo-se de sua dimensão simbólica ligado diretamente às sensibilidades urbanas.

Enquanto historiadores, pensamos que a ideia de lixo é algo construído historicamente, pois entendemos que mesmo que todo círculo produza resíduos, a estes nem sempre são dados os mesmos valores ou significações, bem como não se observam ao longo do tempo entre todas as sociedades os mesmos sentimentos ao que muitos consideram lixo – aquilo inútil, sujo, fétido, contaminável, ou, como pensado recentemente, reaproveitável, reciclável, valioso. As sensibilidades com relação ao lixo são diversas, a depender de quem fala ou de quem se relaciona com ele.

Neste capítulo, faremos uma análise de como se deram as tramas políticas acerca da manutenção do lixão de Campina Grande e das medidas políticas e sociais que visavam resolver, ou pelo menos minimizar, os problemas relativos à limpeza urbana, reciclagem e aos trabalhadores do lixão.

A partir de tais questões, sinalizamos que falar sobre o lixo significa reconhecer e aceitar suas múltiplas dimensões, o que nos traz a necessidade de um enfoque muitas vezes interdisciplinar, trazendo à tona desdobramentos no âmbito das práticas sociais e culturais. Segundo José Carlos Rodrigues⁷⁰, existem no lixo “duas histórias entrelaçadas e inseparáveis:

⁶⁹MELO, Adriana Ferreira de e SANTOS, Diana Maria dos. Cidade e escritura: cartografias do transitório. In.: HISSA, Cássio Eduardo Vianna (org.). Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008. As autoras, em seu texto, fazem referência ao personagem do livro A Arte de Andar Nas Ruas do Rio de Janeiro, de Rubem Fonseca.

⁷⁰ Ver RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão: o lixo como um invento social*. Rio de Janeiro: Nau. 1995.

a do significado e a do objeto material”. Assim, pensamos o lixo como fazendo parte de um sistema, que é inclusive político, social, econômico e natural, ao passo em que contém sua dimensão simbólica e sensível, aproveitando daquilo que se rejeita “como sendo morto, as pulsações do que ainda vive como cultura e como revelador de um modo de vida” de uma determinada sociedade. Ainda segundo o citado autor:

Este lixo, na sociedade industrial, é cada vez menos feito de resíduos orgânicos, que se degradam pela própria ação natural. Este lixo é algo que os homens não conseguiram digerir e que lançam ao mundo para que este também não consiga digerir em prazo humanamente confortável. Uma coisa parecida com angústia de fim de mundo começa a penetrar em boa parte dos discursos dos ecologistas: a angústia de morte é um componente fundamental da nova sensibilidade ecológica.

Trabalhamos com a ideia de que o lixo tem uma história, que pode variar entre uma cultura e outra. Peter Burke⁷¹ nos diz que podemos ter indícios da mudança de uma cultura observando os objetos que são considerados lixo e da forma de descarte através dos tempos. Por exemplo, a cultura chinesa mais tradicional não indica jogar fora os papéis escritos, visto que a escrita é considerada valiosa, para isso recomenda queimar num ritual apropriado para tal feito. Utensílios domésticos usados na década de 1930 na Grã Bretanha que eram jogados fora, foram resgatados posteriormente e considerados “reliquias antigas”⁷².

Ainda segundo Peter Burke, a história do lixo também pode ser pensada a partir do exame dos procedimentos para descartá-lo. O usual, até o final do século XIX era jogar o lixo nas ruas, visto que até aquele período não havia o estabelecimento de um aparato legal para regulamentar tal tarefa. Em muitas cidades da Europa era comum os moradores esvaziarem seus baldes com dejetos nas ruas, muitas vezes tendo que gritar para chamar a atenção de um passante que poderia estar desatento para não ser atingido pela sujeira fétida. Só com o crescimento das cidades e o aumento da densidade populacional passaram a existir regulamentos para as pessoas que faziam o “trabalho sujo”. Regulamentos estes que orientavam que a atividade de descarte ou qualquer trabalho insalubre fosse realizado longe do centro da cidade marginalizando pessoas e práticas.

Na cultura industrial vemos prevalecer a funcionalidade e a classificação de determinados objetos, que deveriam ser separados de acordo com ordem de (des)importância. Na sociedade

⁷¹BURKE, Peter. *Uma história social do lixo*. Folha de São Paulo, 9 dez. 2001. Mais, p.15.

⁷²Ver JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. *Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo*. Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.

industrial, o lixo é um problema da civilização, é a outra face da moeda da produção. José Carlos Rodrigues⁷³ diz que “a civilização industrial é por excelência a civilização dos dejetos que ela detesta e, por conseguinte, da angústia do lixo”. Acrescentamos que quanto mais industrialmente desenvolvida uma sociedade for, mais lixo ela produz.

Como entendemos que a ideia de lixo é algo construído historicamente, entendemos que os conceitos atribuídos a ele também o são. A palavra lixo⁷⁴ vem do latim *lix*, que significa cinzas, ou *lixare*, que significa polir, desbastar. Segundo estas definições primárias, o lixo a sujeira, os restos ou o supérfluo que a lixa arrancava dos materiais. No dicionário⁷⁵ ela é definida como qualquer matéria que repugna por estar suja ou que se joga fora por não ter utilidade, ou resíduo resultante de atividade doméstica, comercial, industrial, eletrônica, etc, ou ainda o local ou recipiente onde se acumulam aquelas matérias.

Numa linguagem mais técnica, segundo a norma da ABNT, NBR 10.004:2004, os resíduos sólidos são aqueles que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Também são incluídos nesta definição os lodos provenientes dos sistemas de tratamento de água, gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como em determinados líquidos cujas particularidades os tornam inviáveis de serem lançados na rede pública de esgotos. Os resíduos sólidos apresentam uma grande diversidade e complexidade, sendo que suas características físicas, químicas e biológicas variam de acordo com a fonte ou atividade geradora. Podendo ser classificados de acordo com os riscos potenciais de contaminação ao ambiente ou de acordo com sua natureza ou origem.

Assim, ao falar de lixo, estaríamos falando daquilo que perdeu sua função e tornou-se indesejado. O lixo seria um rejeito imprestável que deveria ser jogado fora. Por sua vez, o resíduo seria um resto não totalmente inútil, que ainda poderia ser aproveitado. Neste ponto, é importante esclarecermos: estamos falando de lixo ou resíduo? Nossa pesquisa se refere a qual categoria?

Nossa opção é pelo termo lixo, pois entendemos que existem aspectos sociais e culturais a ele imbricados, e são esses aspectos que valorizamos e ressaltamos na pesquisa. Admitimos e assumimos a subjetividade do conceito de lixo, naquela máxima popular que diz que “o que é lixo para uns é luxo para outros”. Pensado desta forma, o lixo pode abarcar a perspectiva de

⁷³RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e Ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

⁷⁴Ver www.lixo.com.br

⁷⁵ Ver Dicionário Priberam da língua portuguesa, <https://www.priberam.pt/DLPO/lixo>, consultado em 08-07-2016.

resto inútil ou de sobra reaproveitável, dependendo do lugar que se fala, e atentando para o caráter provisório daquela inutilidade. Assim, escolhemos caminhar nesta forma de conceituação, carregada de sentidos culturalmente, socialmente e historicamente construídos.

Alguns cientistas interessados na temática do lixo e ambiente, apontam que as preocupações com o lixo e seu descarte remontam à idade média⁷⁶. Segundo José Carlos Rodrigues, este é o período mais distante de nós em que se estudaram essas questões. No entanto, a partir dos séculos XVIII e XIX, com o advento das revoluções industriais, do desenvolvimento de novas tecnologias, as fábricas começaram a produzir objetos de consumo em larga escala, o que aumentou consideravelmente o volume e a diversidade de resíduos gerados nas áreas urbanas, e consequentemente os estudos sobre o lixo, atualmente, são consequências destas demandas. A partir deste momento, a relação entre capitalismo, consumo, cultura e produção de lixo se faz evidente.

A história nos mostra que ao longo da segunda metade do século XX nasceu uma nova modernidade: a da civilização do desejo⁷⁷. Com o passar dos tempos, do estilo de vida que nossa sociedade atingiu, cada vez mais tendenciosa ao consumo e com oferta de produtos, que a medida em que seduzem se defasam, que cresceu a oferta de bens de consumo descartáveis de forma inversamente proporcional a políticas de gestão de tais produtos por parte do poder público. As práticas de consumo de nossa sociedade atual exprimem uma nova relação com as coisas. No contexto em que estamos, de crescente industrialização, avanços tecnológicos e novos padrões de consumo, não foi apenas a quantidade de lixo que aumentou, mas a sua própria composição sofreu alterações. O lixo produzido hoje não só aumentou em volume, mas também em substâncias químicas, e há cada vez menos lugares disponíveis para sua destinação de forma adequada e segura para o meio ambiente. Segundo Emilio Maciel Eigenheer⁷⁸,

A clássica e secular tradição de “jogar fora o lixo”, empurrando-o para algum canto da casa, do quintal, da cidade, para rios que o levem para longe, ficou hoje extremamente dificultada (...) em uma sociedade de consumo acelerado, se de um lado crescem as exigências de saneamento, aumenta também a resistência à criação de locais para receber a incômoda e constante produção de resíduos. Entre nós, é notável como a necessidade de delimitar áreas adequadas para tal fim (cemitérios de nossa produção) é negligenciada ou escamoteada pelo planejamento urbano”

⁷⁶Ver RODRIGUES, José Carlos. Higiene e ilusão: o lixo como um invento social. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

⁷⁷Ver LIPOVETSKY, Gilles. A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷⁸EIGENHEER, Emilio Maciel. Org. Raízes do desperdício. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

Assim, é provável que um dos motivos pelos quais falamos tanto em lixo na atualidade seja a nossa incapacidade de escondê-lo ou ignorá-lo. Podemos pensar inclusive numa “cadeia do lixo”, cujas etapas vão desde a extração da matéria, passando pelo processo de geração do produto, seu lançamento no mercado, seu consumo, e, no final da cadeia, seu descarte. Entendemos, pois, que apontar o problema do lixo é uma forma de pensar o modelo de desenvolvimento e organização social que formam a sociedade contemporânea, bem como os valores que nela imperam.

Entendemos que devemos pensar essas questões de forma filosófica, numa prática teórica multidisciplinar, para assim poder nos aproximar da complexidade que é pensar a sociedade através dos problemas ambientais e vice-versa. Somos contemplados com o trabalho de Scarlato e Pontin⁷⁹ quando dizem que

Considerando o ambiente como um conjunto de fatores naturais e não naturais, podemos compreender que os problemas ambientais do homem contemporâneo não podem ser tratados com neutralidade. A sociedade é responsável pelos danos causados aos ecossistemas. Nesta tese, aparentemente trivial, repousa uma questão de ordem metodológica de grande importância – os problemas ambientais tem natureza histórica. Em consequência, não podem ser resolvidos sem a transformação das atuais relações da sociedade com a natureza.

Ao passo em que cresceram as atividades industriais, o crescimento acelerado das metrópoles fez com que as áreas disponíveis para se descartar o lixo se tornassem cada vez mais escassas. A sujeira acumulada no ambiente aumentou a poluição do solo, das águas e piorou as condições de saúde das populações em todo o mundo, especialmente nas regiões menos desenvolvidas. No Brasil, até hoje, a maior parte dos resíduos gerados e recolhidos nos centros urbanos é simplesmente jogada sem qualquer cuidado em depósitos existentes nas periferias das cidades.

Este cenário não foi diferente na cidade de Campina Grande, especialmente quando pensamos a historicidade da cidade e seus sujeitos a partir de seu projeto de modernização até a formação do primeiro lixão da cidade. No início da década de 1940, Campina Grande atravessou uma de suas maiores reformas urbanas feitas até então pelo polêmico prefeito Vergniaud Borborema Wanderley. Baseado no “código de obras” elaborados em sua administração, Vergniaud Wanderley reformou todo o centro da cidade de Campina Grande. O

⁷⁹SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, José Arnaldo. Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação. São Paulo: Atual, 1992.

objetivo era modernizar a cidade, calçar e alargar ruas, abrir avenidas, aformosear e modernizar o centro da cidade de forma semelhante às reformas urbanas feitas nos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. Depois da reforma, na Campina que se dizia/prendia moderna/modernizada, o que fazer com aquilo que não servia? O que fazer o que havia sido “varrido” do centro da cidade e empurrado para a periferia?

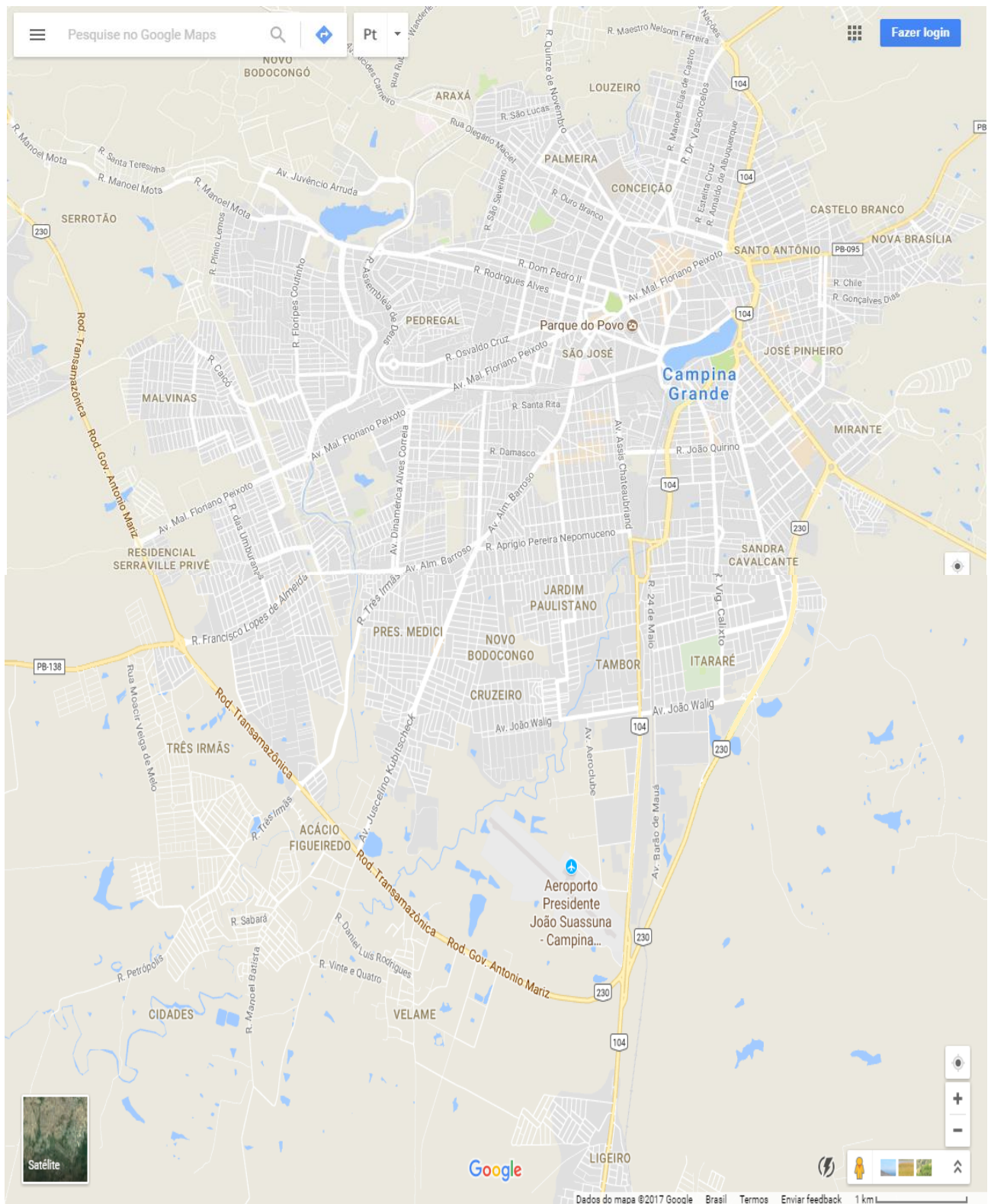
A partir do final da década de 1940 e início de 1950, Campina Grande passa por uma significativa urbanização e expansão, favorecida pelo crescimento econômico e populacional, o qual deu-se, sobretudo, por causa da produção do algodão em larga escala. O aumento desta produção no interior paraibano atraiu capital para a cidade, que passou a ser implementado na construção das primeiras indústrias; na disponibilização dos serviços como cinemas, colégios, luz elétrica, abastecimento de água e esgoto e na implantação da linha férrea na cidade. Todos estes aparatos técnicos vão promover uma maior dilatação da cidade para além do centro tradicional.

Assim, estabelece-se uma diferenciação urbana entre centro e periferia, a qual passa a se constituir a partir dos subúrbios. A área central transforma-se em uma paisagem com ares mais modernos. Desse modo, o centro começa a se tornar uma área valorizada e destinada ao comércio e à elite da cidade. Em contrapartida, tem-se a ocupação de novas áreas destinadas às pessoas retiradas do centro e aos migrantes de outras cidades. A população pobre começava a ocupar os bairros periféricos que iam surgindo. Assim, foram se formando bairros finos e bairros baixos, bairros comerciais, de trabalhadores morigerados, de homens de bem e bairros ambíguos, suspeitos⁸⁰.

Apresentamos abaixo o mapa da cidade, onde o leitor pode observar a sua divisão por bairros. Perceber e consultar ao longo da leitura onde se davam as tramas relativas às sensibilidades urbanas.

⁸⁰Ver SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Território de Confrontos: Campina Grande (1920-1945)*. Campina Grande: EDUFPG, 2006, p.121

Mapa 1 – Mapa da cidade de Campina Grande.



Fonte: Disponível em <https://www.google.com.br/maps/@-7.2479142,-35.9028742,14z>

Campina Grande, como cidade de destaque na região nordeste, possuiu um poder de concentração de pessoas oriundas das cidades pequenas de sua área de influência, que a procuravam em busca do comércio e dos serviços. Verifica-se que desde a década de 1940 a cidade já possuía uma aglomeração considerável de mais de 20.000 habitantes e 8.838 casas na cidade⁸¹.

Em Campina Grande, a partir desse período verificamos também o aparecimento de agência bancárias. Instalaram-se o Banco Industrial de Campina Grande, Banco do Comércio de Campina Grande e o Banco do Povo. Empresas de aviação passam a operar no aeroporto local, ocorre o aumento de entidades culturais e assistenciais, e ainda, o aumento considerável de casas comerciais. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, instalaram-se e desenvolveram-se indústrias na cidade, o que proporcionou a formação de novos bairros, como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes. Especialmente nesse contexto que se acentua também o processo de concentração fundiária que obriga o homem do campo, sem-terra, a procurar a cidade, o que em consequência contribui para um aumento populacional de 114% entre 1940 e 1950.⁸²

Os moradores de Campina Grande, frente a essas mudanças viam-se obrigados a aprender a conviver em seus espaços de forma diferente, pois o uso que se fazia dele (o espaço) foi redefinido em função das ocupações, do aglomerado de pessoas, pelo desconforto. A imagem tradicional da cidade estava sendo modificada por homens que foram atraídos pela possibilidade de terem êxito em Campina. Assim, até mesmo as formas de sociabilidade e os códigos velados de convivência foram alterados. Uma outra forma de viver e de viventes se instaurava na cidade.

Em 1947 assume a Prefeitura de Campina Grande o médico e historiador Elpídio Josué de Almeida. Como historiador, Elpídio de Almeida escreveu o livro *História de Campina Grande* e era membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Como médico, se preocupava com as questões de saúde pública, higienização dos corpos e dos espaços. Como prefeito, se ocupou, dentre outras medidas administrativas, em intensificar o serviço de limpeza pública e coleta de lixo da cidade. O senhor Elpídio administrou Campina Grande em dois momentos, de 1947 a 1951 e de 1955 a 1959.

⁸¹Ver SILVA FILHO, Lino Gomes da. *Síntese Histórica de Campina Grande 1670 – 1963*. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2005, p. 168

⁸² Ver SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. *Agradando a Deus e ao Diabo – um estudo sobre a gestão Severino Cabral (Campina Grande – 1959-1963)* Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988.

Segundo consta nos Semanários Oficiais da Prefeitura⁸³ desde o ano de 1957, a Prefeitura realizava estudos para aproveitamento do lixo e sua transformação em adubos orgânicos. O prefeito Elpídio de Almeida, em 1958, comprara caminhões de coleta da Inglaterra e firmara contrato com uma firma londrina para realizar os trabalhos de industrialização e aproveitamento do lixo e dos resíduos do matadouro público. Efetivando-se o acordo, Campina Grande seria a primeira cidade do Norte e Nordeste a beneficiar-se com este serviço, o que além de trazer melhorias econômicas para a cidade, melhoraria as condições higiênicas da urbe.

Provavelmente em decorrência de todo esse investimento nos serviços de limpeza, em 1959 a Prefeitura aumentou em 2% os impostos pagos pelo serviço de limpeza pública, o que desagradou boa parte da população campinense. Esta, a população, como era de direito e de costume, reclamava do que parecia excesso da Prefeitura.

Neste período, a coleta do lixo da cidade era feita de segunda a sábado, e caminhões passavam pelos bairros recolhendo sacos e baldes de lixo e levando-os ao “lixão” inicialmente localizado no bairro do Prado, hoje Catolé, lugar propício para o despejo dos descartados em razão dos declives característicos da topografia daquela região. O Prado era um bairro periférico da cidade⁸⁴. Pouco visto, pouco visitado. Diferente do centro, de onde partiam as preocupações com o asseio e aspecto da cidade.

Neste período observamos uma troca de reclames entre a população e a prefeitura. Aquela, por efeito de burlas à ordem estabelecida ou por questionar o serviço de limpeza em relação ao custo benefício com o que era pago de impostos, muitas vezes descumpria a ordem da prefeitura, colocada em nota oficial nos semanário, de que o lixo descartado nos domingos não deveria ser posto nas ruas ou nas calçadas de casa, para que não enfeasse as ruas da cidade e nem incomodasse os transeuntes e visitantes da urbe com seu mau cheiro, mas que deveriam ser guardadas em casa e só expostas ao lado de fora das casas nos dias de coleta.

O debate entre as ações dos populares e das autoridades da administração municipal foram parar em outros espaços de construção/manutenção de memórias além do semanário, iam também para os jornais locais. Neles, especialistas de várias áreas do saber escreviam comentários acerca das questões de limpeza pública. Como exemplo disto, temos uma matéria publicada em outubro de 1957 pelo engenheiro Lynaldo C. Albuquerque, onde ele classificava os tipos de lixo produzidos em Campina Grande – lixo domiciliar, de feiras e industrial; lixo de

⁸³ Os Semanários Oficiais entraram em vigor e foram distribuídos à população na administração do então prefeito a partir de 1955. Estão dispostos no Arquivo Público Municipal de Campina Grande.

⁸⁴ Hoje o bairro chama-se Catolé, e é um dos mais valorizados da cidade em função da especulação imobiliária ocorrida na região e dos investimentos em estabelecimentos comerciais a partir da década de 1990.

poda; lixo de varrição – apontava os recursos disponíveis para a coleta – 2 caminhões fechados, 1 caminhão aberto, 1 trator com carroção – e indicava o que, a seu ver, era necessário para a melhoria do serviço – 6 caminhões fechados, aproveitamento do lixo e transformação em adubo orgânico⁸⁵.

Findada as duas administrações do prefeito cujo título de médico reforçava suas preocupações com a limpeza e higienização da cidade, a passagem do ano de 1959 para 1960 nos traz Severino Cabral como administrador de Campina Grande. Cabral, considerado o pai dos pobres pela política assistencialista que desenvolvia na cidade, pareceu seguir o mesmo plano de serviços de limpeza de Elpídio de Almeida, se preocupando em investir em maquinarias apropriadas para a coleta do lixo. Em destaque nas páginas do semanário dos idos de 1960, estava escrito em letras garrafais que Severino Cabral inaugurou um moderno equipamento de limpeza pública – que consistia em um caminhão com guindaste para a remoção do lixo – e investiu altas cifras na compra de caixas embutidas para coleta do lixo que foram instaladas em diversos quarteirões da cidade. Esse novo sistema de coleta, além da cidade de Campina Grande, só era usado na cidade de Brasília e pelos estados de São Paulo e da Guanabara, o que indica para o leitor que o que se almejava era o modelo de cidade do sudeste.

No entanto, segundo consta nos semanários, o melhor feito da prefeitura sob a administração de Severino Cabral foi a compra de luvas de borracha e máscaras para os garis e diaristas. A nota ainda sugere que esta medida era uma preocupação da Prefeitura para com as boas condições de trabalho dos garis, para que eles não se contaminassem diretamente ou corressem riscos de adoecer devido ao contato direto com o lixo, demonstrando assim, uma preocupação da Prefeitura com a saúde dos seus funcionários. Esta nota nos leva a refletir sobre a partir de que momento fica registrado uma mudança de formas de lidar e manusear o lixo, formas de preocupação com a saúde e os riscos de contaminação para aqueles que trabalham. O que para nós hoje é comum e indispensável – o uso de equipamentos de segurança do trabalho – só passou a ser objeto de atenção da administração pública nesse período.

Apesar disto ainda era comum o debate sobre a responsabilidade sobre a sujeira e da limpeza da cidade. Os jornais, ora apontavam a sujeira das ruas centrais da cidade como uma irresponsabilidade e falta de cooperação da população, inclusive donos de estabelecimentos comerciais, por jogarem o lixo de suas casas e comércios nas ruas, a exemplo da rua Maciel Pinheiro, importante artéria central; ora diziam que a sujeira das ruas era fruto do desleixo dos servidores da Prefeitura que deixavam cair restos de lixo desprendidos dos depósitos e das

⁸⁵ Matéria publicada em 02 de outubro de 1957 pelo Diário da Borborema.

carrocerias dos caminhões, contribuindo assim para a sujeira das ruas. O que muitos sugeriam à Prefeitura era a manutenção, assim como os depósitos de lixo, de garis permanentes nas ruas do centro da cidade. Podemos perceber que o debate é colocado no palco do centro da cidade, mas na periferia, como isto acontecia? Os jornais e semanários não apontam claramente.

Enquanto essas questões eram colocadas, quando o desenvolvimento do país parece atingir seu ponto máximo em 1960, atraindo inclusive indústrias automobilísticas, e politicamente passa por momentos de tensão com o golpe militar de 1964, Campina Grande recebe a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), implanta seu distrito industrial, mas perde para Recife o seu lugar de destaque enquanto polo comercial e perde para João Pessoa o primeiro lugar na economia do estado. Apesar disso, foi destaque no Estado como centro educacional com o desenvolvimento da Escola Politécnica, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Regional do Nordeste e da construção do Teatro Municipal⁸⁶, que levou o nome do prefeito Severino Cabral.

Em 1964, já na administração do então prefeito Williams Arruda, a cidade de Campina Grande comemorava seu centenário. Uma grande festa foi pensada e preparada por uma comissão designada para tal fim desde o ano de 1961, ainda na administração de Severino Cabral. Nela, muita pompa, beleza, demonstração de civismo, a elite fazendo e acontecendo para marcar as páginas da história da cidade, e os populares comemorando e contemplando o quanto podiam nas ruas, assistindo aos desfiles na Avenida Brasília e Açude Velho e indo aos bares nos bairros, já que as portas de clubes como o Campinense Clube, o Clube Médico Campestre, a AABB ou o Grêmio Recreativo dos Soldados e Sargentos do Exército não abriam suas portas para que eles, os populares, participassem do “grande baile de gala do centenário”⁸⁷.

Antes da festa, dia 11/10/1964, João Jerônimo da Costa, prefeito em exercício, publicava no semanário⁸⁸ que a cidade precisava da colaboração da população para manter a cidade completamente limpa em razão dos festejos porque “se aproxima o mês de outubro, mês do centenário”. No mesmo semanário, a prefeitura comunica aos cidadãos que irá realizar um “verdadeiro rush visando transformar a fisionomia da cidade” através da limpeza de todas as

⁸⁶ Ver FERNANDES, Silvana Torquato. Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) *Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCG, 2010.

⁸⁷ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. O dia em que a cidade (quase) pertenceu a todos: O centenário de Campina Grande (1964). In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) *Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCG, 2010.

⁸⁸ Em 13 de setembro de 1964, disponível no Arquivo Público Municipal.

artérias que levam as ruas centrais da cidade, mesmo que para isso a SURBAN, empresa encarregada do serviço, tenha que contratar pessoal extra. Segundo a nota, o trabalho seria iniciado pelas margens das rodovias que dão acesso à Campina Grande até atingir o centro da cidade. Completando, a prefeitura adverte a população dizendo que “espera-se, simplesmente, a colaboração e cooperação do povo campinense não concorrendo para que o trabalho dessa poderosa equipe que se encarregará de tão importante serviço seja inútil. É necessário, para tanto, que não joguem mais lixo nos leitos das ruas e todo mundo, particularmente quem reside no perímetro urbano, desde o bairro do Cruzeiro ao Alto branco, ou do Santo Antônio à Bodocongó, do Catolé à Prata ou da Palmeira à Liberdade, passem a utilizar caixões para a colocação do lixo, contribuindo assim, decisivamente, para o pleno êxito do trabalho”.

Os cuidados com o lixo, a limpeza e o asseio das ruas foram apontados pela prefeitura antes do centenário. Mas as providências tomadas depois da festa não foram noticiadas. O que ocorreu depois das festas, dos desfiles, com os panfletos, com os papéis, com as bandeiras e com restos de embalagens de comidas e bebidas depois da festa, depois que os visitantes, empresários e políticos influentes foram embora?

Além dos discursos dos prefeitos, outras autoridades advertiam quanto aos perigos do lixo e da sujeira das ruas. A secretaria de saúde da cidade também expunha pequenas notas nos semanários lembrando a população da importância de hábitos de higiene, como lavar as mãos e os alimentos antes de consumir, ou de cuidar em guardar o lixo produzido e descartado em depósitos fechados ao invés de jogá-lo em terrenos baldios para evitar a proliferação de moscas e outros insetos, e, através deles, de doenças.

Nas administrações do então prefeito Ronaldo Cunha Lima, em 1969 e de 1983 a 1989, o chamado “rush” para a limpeza também era noticiado. No entanto a cidade, para além do centro, não parecia estar inteiramente contemplada.

Ainda nos anos 1970 e início dos 1980 dois grandes projetos de melhorias urbanas foram instalados na cidade. O primeiro deles foi o Programa Cidades de Porte Médio – PCPM, e o segundo o Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada – CURA. Vamos refletir rapidamente sobre esses dois programas⁸⁹.

Campina Grande já era considerada desde a década de 1950 uma cidade de porte médio. Por cidades médias, em linhas gerais, se consideram aquelas com mais de 50.000 habitantes. Desde os anos de 1960, Campina Grande já contava com mais de 100.000 habitantes, sendo

⁸⁹Ambos programas foram desenvolvidos da administração do então prefeito Enivaldo Ribeiro, que governou Campina Grande entre 1977 e 1982.

contemplada assim pelo II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, programa federal cujas propostas eram realizar um ajuste estrutural na economia brasileira, revitalizar algumas cidades brasileiras de porte médio com a finalidade de estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Em Campina Grande o projeto se deu nos anos de 1976 e 1977⁹⁰. Já o projeto CURA tinha preocupações mais de ordem urbanística. Como o crescimento e expansão da malha urbana de Campina Grande se deram de forma espontânea e aleatória, o projeto se propunha orientar a expansão da cidade e incentivar a ocupação dos vazios. Foi pensado como base do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, elaborado em 1972, e teve três etapas de execução, o CURA I, II e III. Mas o que se observa é que as diretrizes para a limpeza urbana não eram claramente delimitadas nos projetos.

As administrações municipais se sucederam, os problemas com lixo urbano também. Em 24 de dezembro de 1975, a página principal do Diário da Borborema⁹¹ ao invés de noticiar a advento do natal, estampa em letras maiúsculas que a Pedreira do Catolé estava recebendo cerca de 150 toneladas de lixo por dia e logo abaixo da notícia a foto de duas crianças aparentemente com menos de 10 anos de idade revirando o lixo e se expondo a riscos à saúde.

Ainda na mesma matéria, o geólogo da SUDENE José do Patrocínio Tomás de Albuquerque, faz uma denúncia ao jornal sobre a forma como o lixo descartado da Casa de Saúde Dr. Francisco Brasileiro, situada no bairro da Prata, estava ameaçando a saúde da população vizinha. Segundo o denunciante, o lixo que era composto por placentas, absorventes femininos usados, gessos, material usados em curativos, depósito de soro, seringas, restos de alimentos e outros detritos, eram jogados em terrenos baldios nas imediações da Casa de Saúde, vizinhos à casa do denunciante. Segundo ele, foram feitos contatos e reclames com a direção da Casa de Saúde, mas esta, assim como a Prefeitura, não havia tomado nenhuma providência em 10 meses que se passaram depois do primeiro contato. Ali, segundo o senhor José do Patrocínio, homens e bichos se misturavam para revirar o lixo. Nos parece problemático que uma casa de saúde estivesse tratando com esse desleixo as questões referentes à saúde pública.

Aqui cabe uma observação quanto às denúncias ou apelos feitos aos órgãos municipais. Na maioria das vezes as queixas dirigidas às autoridades públicas no que dizia respeito aos impostos ou à falta de limpeza urbana vinham sobretudo da parte de intelectuais ou letrados. Os registros das opiniões ou reclamações oriundas dos setores mais pobres são raros de se ver.

⁹⁰Ver *Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea*. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, Luiz Felipe Falcão (orgs.) Campina Grande, EDUEFG, 2012.

⁹¹ Diário da Borborema, edição de 24 de dezembro de 1975.

O que encontramos até então são alguns registros de jornais e de relatos orais de memória feitos dos cidadãos que viveram e experimentaram a cidade no período estudado.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, os problemas de limpeza pública pareceram crescer junto com a expansão da cidade e o aumento populacional observado nas últimas décadas. A cidade referendada como tendo um dos melhores parques tecnológicos da América Latina, graças aos avanços da produção de softwares, símbolo do moderno daqueles anos, ainda sofria com a sujeira que contaminava ruas e corpos. Essa sujeira, inclusive, foi motivo de querelas políticas entre prefeito e secretários. Em 1990, o prefeito em exercício Francisco Lira, durante o período de quinze dias de sua interinidade, quis levar a efeito um “mutirão de limpeza”, destinado a tirar das ruas de Campina Grande toneladas de lixo que se encontravam empilhadas em função das limitações dos serviços prestados pela Secretaria de Serviços Urbanos, fazendo uma convocação especial ao secretário de Viação e Obras, o senhor Mário Siqueira, e ao secretário de Serviços Urbanos, senhor Edvan Pereira Leite.

O prefeito em exercício convocou ambos secretários, revelou a intenção de concretizar o mutirão e solicitou a confecção de um amplo relatório acerca dos equipamentos disponíveis na municipalidade para a realização dos serviços, e ainda informou a imprensa⁹² o principal objetivo do que seria sua efêmera administração. Em sua conversa com a imprensa, Lira disse que o mutirão de limpeza seria para atender as demandas da comunidade, e que o trabalho seria coordenado pela secretaria de Viação e Obras. Provavelmente chateado por não ter sido nomeado coordenador da atividade e sofrer algumas críticas concernentes às tramas políticas, o secretário de Serviços Urbanos disse em entrevista a Rádio Caturité sua posição de “não participar de nenhum carnaval”, pois segundo o secretário, havia implícita nas palavras do prefeito uma crítica aos esforços empreendidos pela equipe da Secretaria de Serviços Urbanos. Além disso, o secretário considerava inviável um trabalho vultoso como aquele unindo as duas pastas, pois experiências anteriores não tiveram sucesso. As tramas políticas tecidas nos bastidores da Prefeitura, levaram o então prefeito Francisco Lira a reconsiderar a decisão e deixar a coordenação do mutirão de limpeza nas mãos do secretário Edvan Pereira Leite.

No início da década de 1990, era comum os jornais estamparem em suas páginas as matérias sobre a gravidade do problema que era o descarte do lixo na cidade, considerado por muitos “um problema em busca de solução”. Os jornais denunciavam que Campina Grande, como outras cidades do país, ainda não sabia o que fazer com o seu lixo. Em 1991, a cidade produzia cerca de 200 toneladas de lixo por dia, oriundo das casas, empresas, comércios,

⁹²Jornal da Paraíba, 24/01/1990, página 3.

indústrias e hospitais. Dessas toneladas, apenas uma pequena porcentagem era disposta adequadamente, enquanto que a maior parte do conteúdo das latas de lixo eram dispostos no lixão da Prefeitura, que não recebia o devido tratamento sanitário, nos terrenos baldios, ou era queimada a céu aberto, causando grave poluição atmosférica. Em informação dada ao Jornal da Paraíba naquele mesmo ano⁹³, o mesmo secretário de Serviços Urbanos do município, Edvan Pereira Leite, adiantou que o aterro sanitário da cidade, no mais tardar em um ano, não teria mais condições de receber o lixo recolhido. Edvan Leite frisou que a coleta de lixo cresceu após a Prefeitura Municipal de Campina Grande ter expandido a área de atuação do serviço de coleta de lixo da cidade, estendendo o sistema para os bairros periféricos antes não visitados pelo caminhão coletor de lixo, como os bairros da Ramadinha I e II, Pedregal (ambos localizados na zona oeste da cidade) e Jeremias (zona norte da cidade). Até então os detritos eram jogados em terrenos baldios. Com a compra de novos caminhões coletores pela prefeitura, o serviço aumentou sua área de abrangência.

Ainda segundo o secretário Edvan Leite, Campina Grande, desde o ano de 1987, encontrava-se com um projeto no Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, que visava a instalação de uma usina de beneficiamento de lixo, além de um outro aterro sanitário, mas até aquele momento (1991) a municipalidade não havia recebido respostas. O curioso dessa informação é que o secretário assegurou que naquele contexto a usina “não seria viável economicamente pelos custos de sua operacionalidade, mas teria um grande valor no campo higiênico”. Lendo esta matéria, nos perguntamos se o planejamento econômico já não estava inserido no projeto da prefeitura junto ao BNDES. O fato é que sem a liberação dos recursos, a Prefeitura Municipal continuou a depositar os detritos recolhidos no antigo lixão, e o secretário ainda dizia que a Prefeitura tinha o objetivo de encontrar uma área para depósito dos detritos que não fosse muito distante do centro da cidade para que a distância não comprometesse o sistema. E vemos que, segundo o raciocínio do então secretário de serviços urbanos, as normas de descarte de resíduos não seriam respeitadas.

Em janeiro de 1990, foi anunciado⁹⁴ pela Prefeitura Municipal que Campina Grande contaria com um Departamento do Meio Ambiente⁹⁵. Tal departamento, que teria suas atividades em março daquele ano, foi ligado à secretaria de Serviços Urbanos e teria a

⁹³Ver matéria publicada no Jornal da Paraíba em 10/09/1991, página 7.

⁹⁴Jornal da Paraíba, 30/01/1990, página 3.

⁹⁵Além do departamento do Meio Ambiente, neste ano, a cidade contou com a criação da Sociedade de proteção aos Animais e ao Meio Ambiente Presidente Vargas, vinculada à 1ª Delegacia Regional do Estado da Paraíba.

coordenação do professor Ivan Coelho Dantas⁹⁶. O departamento objetivou incentivar o reflorestamento da cidade com o plantio de árvores ornamentais e frutíferas, somando 100 mil plantas ao todo. Tal projeto tinha como atividade precípua conscientizar a população da importância e da sua responsabilidade da preservação do ambiente.

O projeto ainda previa ampliar as questões de preservação não só com relação à flora, mas às sutilezas da necessidade manutenção da limpeza urbana para a salubridade e saúde da população. O discurso político-científico apontava que salubridade

não é a mesma coisa que saúde, e sim, o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social, capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer, ou ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são os estados das coisas e do meio enquanto afetam a saúde, a higiene pública (...) é o controle político-científico desse meio⁹⁷.

Vale lembrar que naquele mesmo ano, a cidade foi invadida por uma peste de ratos⁹⁸, que assolou especificamente o bairro do Catolé, devido a uma reforma que a prefeitura fazia no Canal das Piabas, e afugentou do canal ratos com até 20 centímetros de comprimento que invadiam as casas dos populares que residiam próximo ao canal em busca de abrigo e comida em meio ao lixo. Tal situação fez com que os populares, na ausência de qualquer flautista de Hamelin⁹⁹, procurassem a Secretaria de Saúde do município para tomar as providências cabíveis, uma vez que temiam pelo contágio da Peste Bubônica, transmitida pelos roedores¹⁰⁰. Observamos assim que o sentido de higienizar ganhava novas formas. Tentava-se

⁹⁶O professor Ivan Coelho Dantas era chefe do Horto Municipal e professor da Universidade Estadual da Paraíba, no departamento de Biologia pertencente ao CCBS – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Faleceu em 2013, deixando aquela instituição órfã de seu trabalho.

⁹⁷FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2008. P.93.

⁹⁸Outras pestes foram destaque nesse período, como a proliferação de moscas que perturbavam a população do Distrito Industrial e Distrito dos Mecânicos, próximo ao lixão municipal.

⁹⁹Alusão ao conto dos Irmãos Grimm, *O Flautista de Hamelin*, cidade da Alemanha no século XIII infestada por ratos que atacavam as reservas de cereais da cidade. Sem saber o que fazer para acabar com os ratos, um flautista misterioso prometeu acabar com os ratos, e em troca queria uma recompensa do conselho da cidade, formado por homens importantes e ricos da região. Isto posto, o flautista tocou sua flauta e hipnotizou todos os ratos, expulsando-os da cidade. No dia seguinte, não recebeu do conselho a recompensa esperada. Como castigo, tocando sua flauta, hipnotizou todas as crianças, levando-as embora da cidade, assim como outrora havia feito com os ratos. Ver mais em http://www.edicoessm.com.br/download/?p=sm_resources_center/guiasleitura/379_Guia_de_leitura_O_flautista_de_Hamelin.pdf acessado em 29/09/2016.

¹⁰⁰A última grande epidemia de peste bubônica em Campina Grande foi registrada em 1912. Através do decreto nº 53, a Inspeção de Higiene da cidade da Paraíba (atual João Pessoa), enviou a Campina Grande delegados de higiene para tentar combater a enfermidade que dizimava a população. Ver SOARES JUNIOR,

combater a insalubridade, e com ela as doenças que recaíam sobre a cidade e sobre os corpos. Se a saúde era assegurada pela salubridade, então o Estado deveria agir de forma mais eficiente nas vias públicas.

Outra medida importante para o meio ambiente no município foi a propositura da obrigatoriedade de uma sinalização ecológica na cidade de Campina Grande, feita pelo então vereador Aristóteles Agra. Em conformidade com o teor da propositura, seriam obrigatórias placas indicativas nos locais inerentes às áreas de tombamento, de proteção ambiental, reserva ecológica, florestas ou vegetação de preservação permanentes e estações ecológicas. O vereador fundador e presidente do Partido Verde nesta cidade, dizia que o município de Campina Grande, como também outras cidades brasileiras de mesmo porte, perdeu grande parte de seu patrimônio natural por falta de maior reflexão e mecanismos por parte de seus governantes. Podemos perceber que essa demanda ecológica na cidade era consoante com as demandas nacionais e internacionais, vide um dos maiores eventos sobre ecologia e meio ambiente ter sido sediado no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92¹⁰¹.

O fato é que por mais que nesse contexto o país estivesse propenso a debater questões e tomar iniciativas a favor da preservação do meio ambiente, no início da década de 1990, o Brasil só contava com 27 usinas de lixo em todo o seu território¹⁰². Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – em 1990, apenas 0,6% dos 4,425 municípios brasileiros possuíam aquele tipo de usina, considerada apropriada para eliminação e aproveitamento do lixo. Das 27 usinas existentes à época, 12 estavam no estado de São Paulo. Estados como Rondônia, Acre, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal não possuíam nenhuma usina de reciclagem de lixo. Ainda segundo o IBGE, 86,4% dos municípios pesquisados tinham depósito de lixo a céu aberto e 1,8% em áreas alagadas.

Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB/CCHLA.

¹⁰¹Falaremos mais sobre o evento ao longo do texto. Por hora, adiantamos que o evento também ficou conhecido como Cúpula da Terra, que reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo e explorado à época. As bases para esta conferência de 1992 já eram discutidas desde 1972, quando a ONU organizou uma conferência em Estocolmo, na Suécia. A Rio-92 teve tanta visibilidade e adesão de outros países que o encontro seguinte, realizado em Joanesburgo, na África do Sul, foi apelidada de Rio+10. Entre 13 e 22 de junho de 2012, a Cidade Maravilhosa sediou a Rio+20. O objetivo do encontro foi verificar quais os avanços em relação às cúpulas anteriores e o que ainda precisa ser feito para que os países sejam, de fato, sustentáveis.

¹⁰²Pesquisa nacional sobre saneamento básico divulgada pelo IBGE em 1992.

Apenas 9,6% possuíam aterro controlado para depósito de lixo, 1,1% aterro sanitário e 0,5% aterros sanitários especiais.

Até 1992, a cidade tinha a área do distrito industrial e próxima ao Aeroporto João Suassuna, próximo à saída de Campina Grande para a cidade de Queimadas, reservada para ser o lixão da cidade. Entre os vários problemas com a instalação lixão naquela área, apontados por especialistas de vários campos, que iam desde engenheiros, ambientalistas, geógrafos à assistentes sociais, os mais graves e de ação mais impactante para a urbe foram: a erradicação da cobertura vegetal, provocando a degradação da paisagem natural; a desvalorização econômica da área; a proximidade com o Aeroporto João Suassuna, especialmente à pista de pousos e decolagens das aeronaves, motivo de preocupação devido à constante presença de urubus, o que pode causar graves acidentes quando o correto é que haja pelo menos 20 km de raio livre entre o aeroporto e qualquer área de risco. Isso sem falar nos catadores, homens e mulheres que iam retirar do lixão, daquilo que as pessoas descartaram por não mais servir, a sua fonte de sobrevivência, de alimentação e de renda.

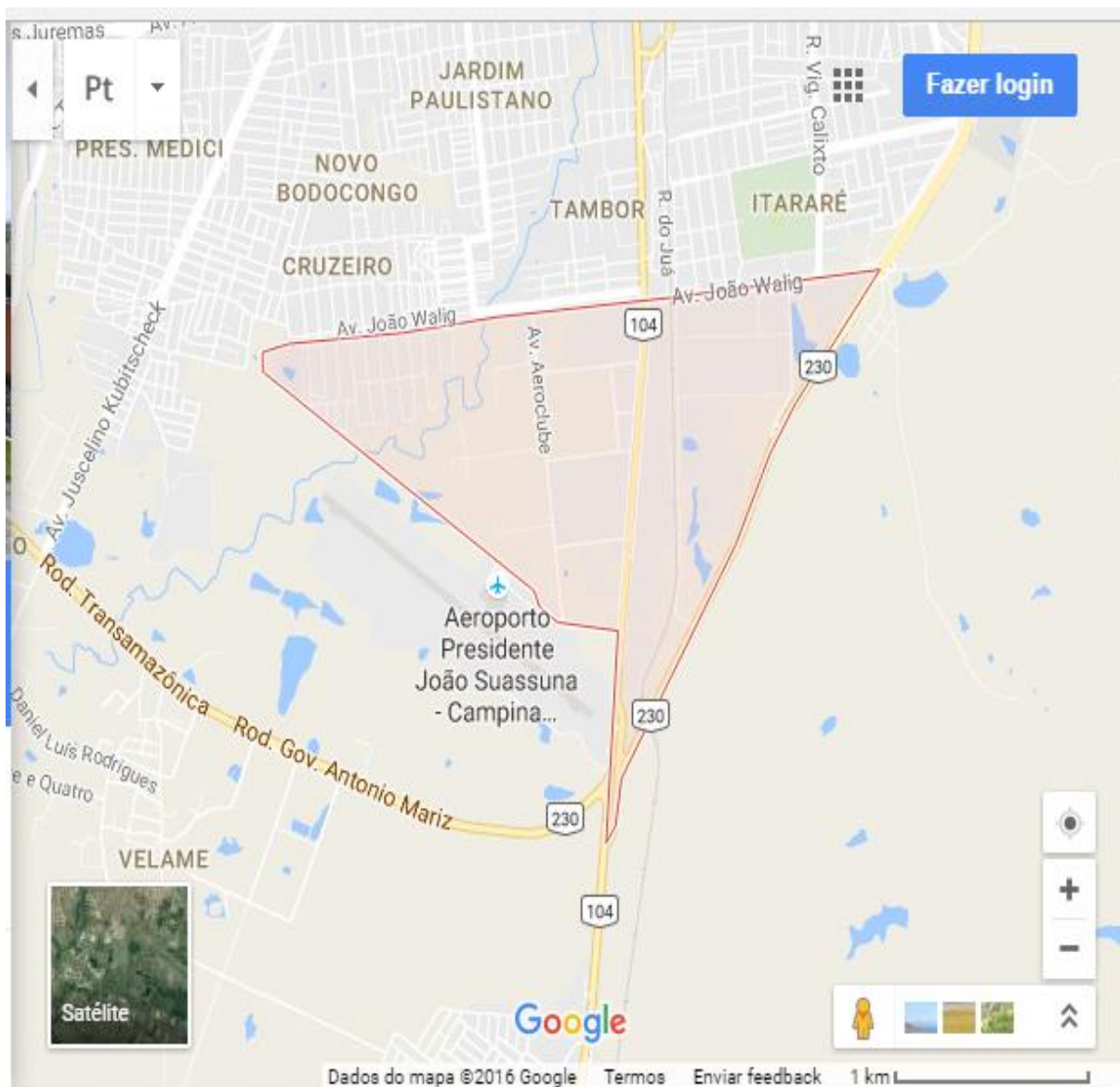
O lixão abrangia uma área de cerca de três hectares, recebia o lixo domiciliar de todos os bairros de Campina Grande-PB, bem como o lixo hospitalar. De acordo com as informações da cooperativa de catadores de lixo existiam em média 150 trabalhadores cadastrados na cooperativa, isso sem contabilizar os que trabalhavam livremente. O processo de realização do trabalho daquelas pessoas se dividia em duas fases: a cavação do lixo e a separação do material recolhido. A primeira acontecia concomitantemente com a descarga dos caminhões, a segunda constituía-se da separação do material - plásticos, latas, borrachas, vidros, dentre outros, tudo isso provocando danos à saúde humana e, conseqüentemente, à qualidade de vida da população¹⁰³. Para Mizziara¹⁰⁴, os lixões

Pelas descrições desses espaços, por fotos e matérias de jornais, é possível visualizá-los como lugares dissonantes. Mas ao mesmo tempo, interligados socialmente aos espaços de produção e consumo. Uma comunhão entre lixo e pessoas, animais e máquinas, produzindo um espaço maldito, um espaço de despejo.

¹⁰³Ver "A Vida no Lixo e o Lixo na Vida": Os fatores e riscos existentes no trabalho dos catadores precoce de lixo na cidade de Campina Grande-PB. Disponível em http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_2787.html

¹⁰⁴MIZIARA, R. *Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 2001.

Mapa 2 - Lixão e sua proximidade com o Aeroporto Presidente João Suassuna.



Fonte: Imagem de satélite retirada do GoogleMaps, acessado em 04/10/2016, disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Distrito+Industrial,+Campina+Grande+-+PB/@-7.2677309,-35.9080539,14z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ac1d97ed94d429:0x5838bb6bf4df4c2f18m2!3d-7.2614659!4d-35.8906889>

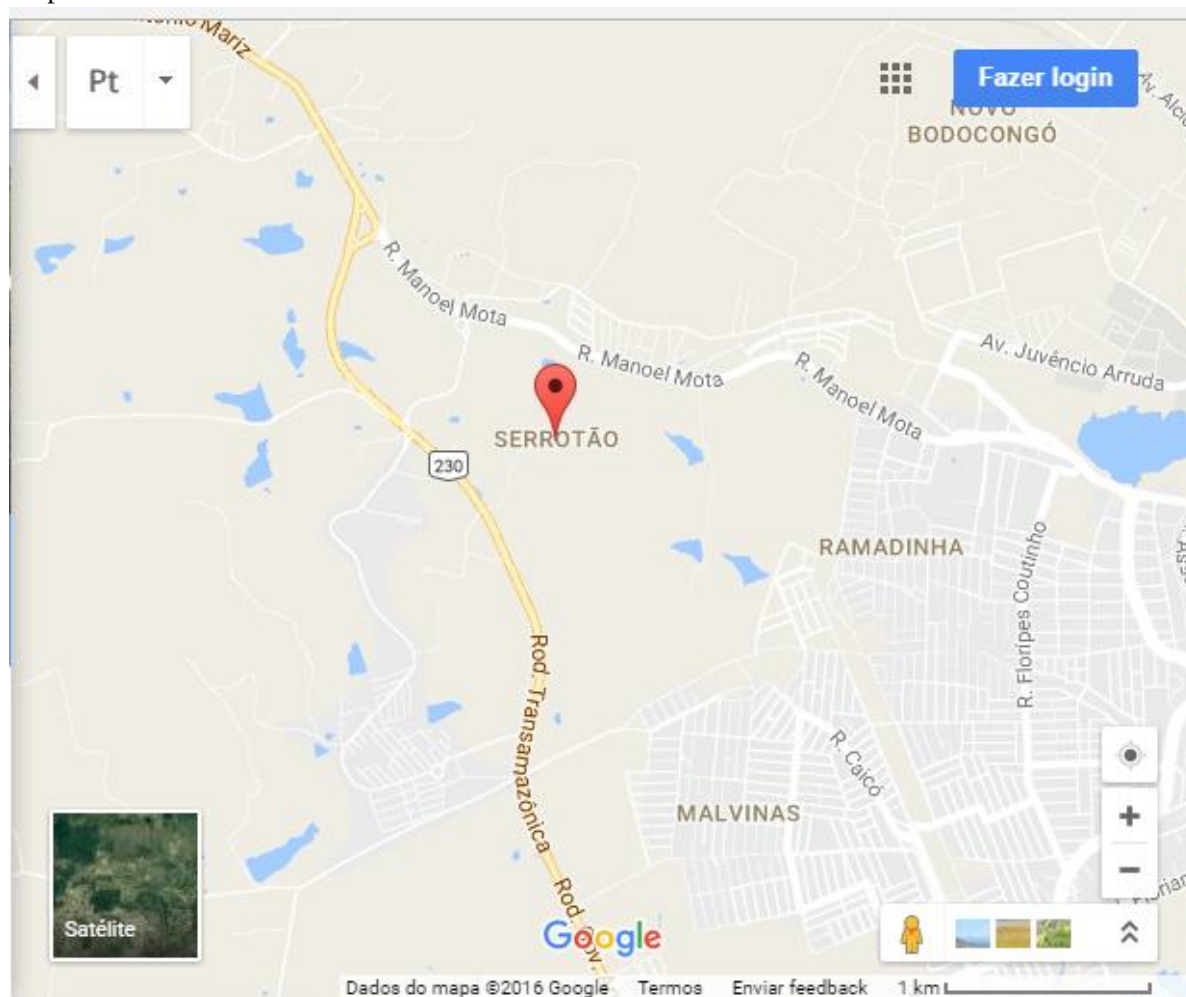
O fato é que aquele lixão municipal localizado no distrito industrial, mostrado no mapa acima, além de todos os riscos que trazia à população, não estava suprimindo a vultuosa demanda de lixo da cidade e estava gerando um gasto não desejado aos cofres públicos, o que levou a Prefeitura Municipal a cogitar a criação de mini usinas de tratamento de lixo nos bairros campinenses. A Prefeitura Municipal, sob a administração do então prefeito Félix Araújo Filho, tinha o pensamento de diminuir o máximo os custos do recolhimento de lixo na cidade, que em 1993 custava Cr\$ 160 mil a tonelada dos materiais recolhidos. Quanto as minis usinas de tratamento de lixo, estas seriam criadas especialmente nos bairros mais afastados do centro, a

exemplo da Ramadinha e Jeremias, pois, além de gerarem mais empregos, possibilitariam a redução da frota de veículos destinados ao setor, e assim uma economia de combustível. Segundo o assessor técnico da Secretaria de Serviços Urbanos, o senhor Paulo Loureiro, tais usinas funcionariam de modo artesanal, sem nenhuma máquina, e não seriam motivo do desaparecimento do lixão. O recolhimento apenas do lixo doméstico em Campina Grande em 1993 girava em torno de 15 toneladas ao dia. O fato é que a ideia da instalação das minis usinas nunca saiu do papel por falta de verba federal (alegação usada pela prefeitura). Bem como não foram discutidas as formas de tratar o lixo apenas manualmente pelos catadores, nem as implicações sanitárias e trabalhistas para aquelas pessoas.

Naquele mesmo ano, aconteceu na cidade o Fórum sobre Resíduos Urbanos, que entre muitas questões, apresentou à população que o lixão do município estava superado e que a cidade precisava urgentemente de um novo local para o depósito do lixo urbano. Segundo dados da Secretaria de Serviços Urbanos, a produção de lixo do município era de 250 toneladas/dia, assim, apenas com a instalação de um novo aterro sanitário o problema seria superado. O terreno onde seria instalado o novo lixão seria próximo à alça sudoeste, no até então não popular bairro do Serrotão, zona sudoeste da cidade, conforme decreto¹⁰⁵ publicado em Semanário Oficial pelo prefeito, em junho de 1992.

¹⁰⁵Decreto 2112, publicado em Semanário Oficial de nº 1203 em 05/06/1992

Mapa 3 – Bairro do Serrotão.



Fonte: Imagem de satélite retirada do Google Maps, acessada em 04/10/2016, disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Serrot%C3%A3o,+Campina+Grande+-+PB/@-7.2170854,-35.9578308,14z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7aea0e780bc6c01:0x2cdeff7c4b69fb05!8m2!3d-7.2139698!4d-35.9424413>

Segundo o então secretário de serviços urbanos, Demétrio Aguiar, havia a necessidade de convencer a promotoria de justiça de que havia vantagens com a mudança de terreno e que o mesmo não causaria danos ao meio ambiente e à população que residia próximo aquela área.

No entanto a transferência do lixão do Distrito industrial para o Serrotão causou revoltas nos moradores da região, que em 17/08/1993 distribuíram carta aberta à população nas dependências da Câmara Municipal, protestando contra a transferência. De acordo com a carta, os moradores das comunidades do Alto Serrotão, Mutirão, Caixa D'água, Lagoa de Dentro e Félix Amaro não aceitaram a colocação do lixão naquele setor. Os representantes das comunidades afirmaram que viviam ali cerca de 500 famílias e “todos repudiavam aquela ação criminosa e desonesta”, e pediam providências à Secretaria de Meio Ambiente sobre o assunto.

Os moradores do local afirmavam que já bastavam a fome e as doenças, e que a chegada do lixo só aumentaria o sofrimento das comunidades e dos 1.128 alunos que estudavam nas escolas daquela localidade. Em carta, diziam os representantes dos moradores: “queremos dizer ao secretário que nós não estamos interessados em indenizações, pois nós somos agricultores e o que nos interessa é a terra”¹⁰⁶. Além dos moradores das comunidades citadas, ainda assinava a carta a Comissão Pastoral da Terra. Neste momento, o então promotor da Curadoria do Meio Ambiente, o senhor Noel Crisóstomo, estava diante uma querela que envolvia representantes da administração da cidade e representantes da população, e com dois documentos em mãos, produzido pelas partes, para decidir onde “jogar o lixo” da cidade. O que era certo, para a prefeitura, é que a periferia era o espaço mais apropriado para descartar os restos dos quais a cidade queria se ver livre, razão pela qual eram escolhidos os bairros mais distantes, ainda que próximos aos moradores daquela localidade. Desta forma, entendemos que o lixo cria uma cartografia política e social no espaço urbano.

Em meio a esta situação, a Prefeitura ainda teve que enfrentar outra greve promovida pelos funcionários públicos responsáveis pela limpeza urbana naquele ano de 1993. Já no segundo dia de paralisação, 200 toneladas de lixo se avolumaram pelas ruas da cidade, e a Prefeitura teve que contratar 70 trabalhadores prestadores de serviços em caráter de urgência para a limpeza das ruas durante a greve dos “barnabés”. O termo barnabé, no dicionário informal¹⁰⁷, significa funcionário público de uma hierarquia inferior. Foi veiculado nos jornais¹⁰⁸ da cidade para designar os garis¹⁰⁹ grevistas. Ao nosso ver, a expressão foi utilizada de forma pejorativa, à medida em que classifica o trabalhador grevista como menor ou inferior, não sendo enxergados ou reconhecidos os seus valores e a importância de função na manutenção da ordem e funcionamento da cidade, mas sendo cobrados pela falta de suas atividades quando tentam exercer seu direito legal de greve.

Não só os jornais cunharam uma expressão pejorativa para os trabalhadores do serviço de limpeza urbana. Um procurador de justiça os chamou de parasitas. O fato se deu quando a Prefeitura de Campina Grande através da procuradoria Geral do Município impetrou uma medida cautelar junto à Vara da Fazenda pública, contra o Sindicato dos Trabalhadores do Agreste da Borborema – Sintab – requerendo a decretação da ilegalidade da greve dos

¹⁰⁶Trecho da carta reproduzida em matéria do dia 17/08/1993 no Jornal da Paraíba, página 5.

¹⁰⁷Ver dicionário Priberam de Língua Portuguesa, <https://www.priberam.pt/DLPO/barnab%C3%A9s>, acessado em 10/10/2016.

¹⁰⁸Ver Jornal da Paraíba de 17/09/1993, página 5.

¹⁰⁹Acerca dos termos cunhados, descobrimos em nossa pesquisa que o termo gari é um termo genérico que denominaram os trabalhadores da coleta de lixo no Rio de Janeiro contratados pela companhia industrial dos Irmãos Garys no início o século XX.

servidores municipais¹¹⁰. Usando o argumento de que a greve dos servidores municipais estaria impedindo a manutenção dos serviços essenciais à população, como limpeza pública e educação, setores mais atingidos pela greve, a procuradoria apontava que o movimento grevista atingiu “proporções lastimáveis”. O documento judicial, dizia ainda que “esta meia dúzia de parasitas capitaneada pela presidente do Sintab”, a senhora Cozete Barbosa, tem “obstaculado o regular andamento da máquina administrativa”.

Tal informação foi publicada no Jornal da Paraíba do dia 22/09/1993, em matéria de capa. Na matéria, curiosamente (ou devia dizer interessadamente?), não aparece o nome do procurador que chamou os funcionários grevistas de parasitas, mas aparece o nome da presidente do Sintab. Fica claro o quanto o ato de nomear, expõe o indivíduo nomeado, e encobre aquele que na verdade deveria mostrar sua identidade. O procurador que só fora identificado no jornal na página 5, o senhor Rômulo Araújo, não entendeu que lastimável eram as condições de trabalho de garis e professores grevistas naquele contexto, talvez porque o trabalho na procuradoria, dentro de sua sala confortável de cadeiras macias e ar condicionado, não lhe permitiu ir às ruas ou às salas de aula observar como se trabalhava naqueles lugares e quanto aqueles trabalhadores chamados “barnabés” recebiam ao final de cada mês. O fato é que a greve durou mais de 10 dias, e segundo a presidente do Sintab, Cozete Barbosa, o sindicato não aceitaria a ilegalidade de uma greve que “luta pelo cumprimento da lei, que reivindica a moralização do serviço público, o fim dos funcionários fantasmas, e uma melhoria na prestação do serviço público à população”, mas aceitou o reajuste do piso salarial e mais um abono, proposto pela comissão.

O fato é que com tantas querelas administrativas e com a demanda de lixo se avolumando, visto que em 1994 Campina Grande chegou a produzir 250 toneladas de lixo por dia, a administração chegou à conclusão de que o serviço de coleta e limpeza urbana deveria ser terceirizado em cinquenta por cento. Essa conclusão se deu a partir de mais de três mil assinaturas colhidas através de abaixo-assinados pelas associações de bairros da cidade,

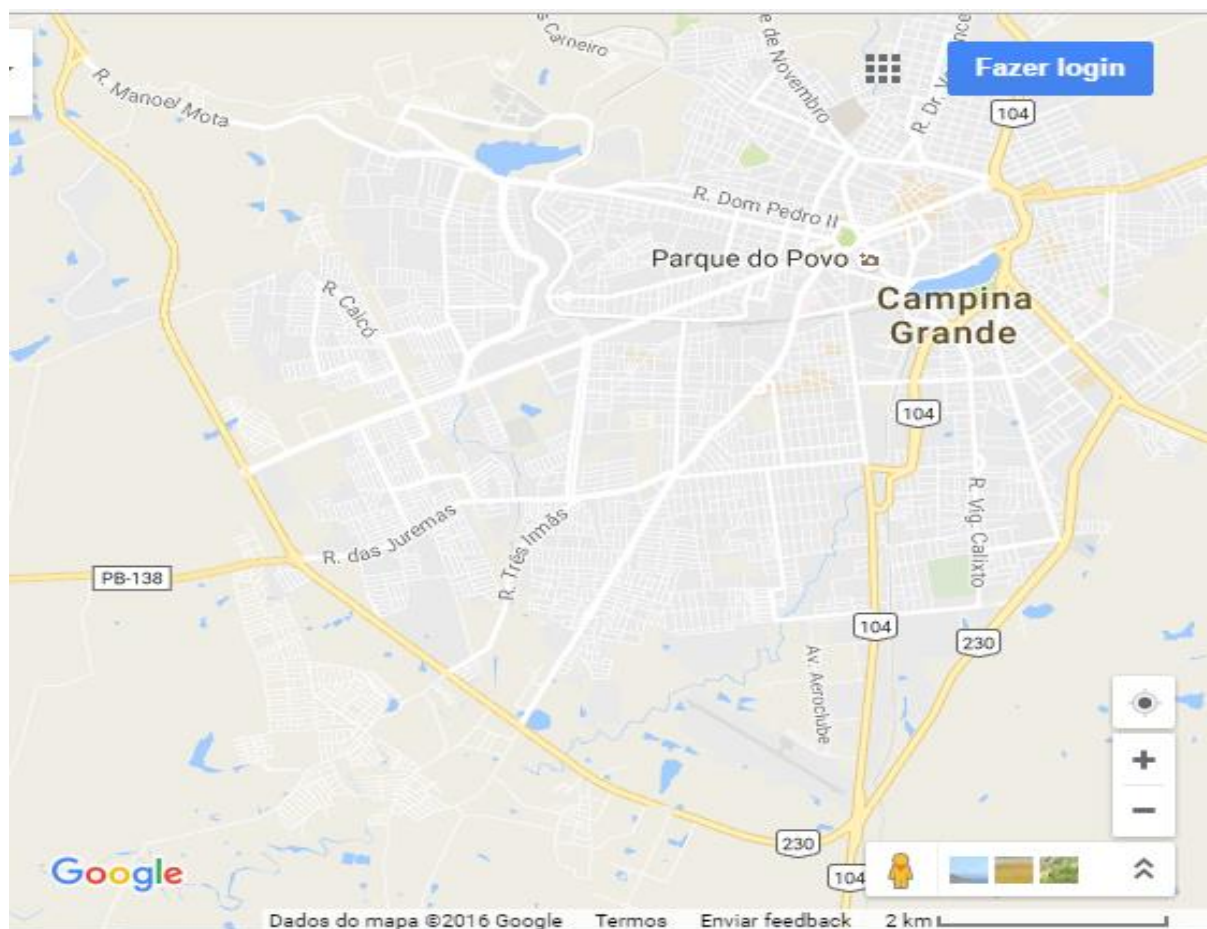
¹¹⁰Aqui se faz importante pontuar uma questão interessante: que na nossa sociedade os responsáveis pela coleta de lixo formal na cidade são servidores públicos, sindicalizados. No entanto nem sempre em todas as sociedades a dinâmica foi essa. Houveram situações mais graves, vistas do nosso tempo. Alain Corbin nos diz que nem sempre o estado legitimava seus funcionários para tal empreitada. Na França do século XIX, num primeiro momento, o trabalho era feito por prisioneiros e mendigos. Num segundo momento por indigentes e velhos. “Estes poderiam, coletando o lixo, reembolsar parte das despesas que ocasionam. (...) Em Bruges as imundices são coletadas por homens do povo e velhos. A municipalidade fornece carrinhos de mão àqueles que não tem meios de comprá-los. Graças a uma tal política, Gand e Liège tornaram cidades muito limpas”. Assim, indigentes e idosos trabalharia na coleta do lixo de suas cidades como forma de “pagamento” à municipalidade pela sua condição de seres improdutivos. Ver CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato no imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Tradução Ligia Wantanabe. São Paulo: Companhia das letras, 1987. P. 153.

solicitando providências ao curador do meio ambiente, Eulâmpio Duarte, no sentido de que a Secretaria de Serviços Urbanos agilizasse a coleta de lixo, especialmente nos bairros de Santa Rosa, José Pinheiro, Liberdade, Malvinas, Catolé e até mesmo o centro da cidade, onde o lixo era jogado abertamente em terreno baldios, exalando mau cheiro e desconforto aos moradores. Essa medida de terceirização do serviço fazia parte do programa Cidade Limpa, lançado em 26/03/1994 pelo então prefeito Félix Araújo Filho. O programa também objetivou conscientizar a população a não descartar seu lixo de forma inapropriada em terrenos baldios.

Alguns anos passaram desde que a Prefeitura Municipal estudou o desgaste do lixão situado no distrito industrial e a necessidade de transferência do lixo para outro local mais apropriado. Inicialmente, como dito anteriormente neste capítulo, as pretensões da Prefeitura eram transferir o aterro para o bairro do Serrotão. Atendidas as reivindicações da Prefeitura, tal transferência não se realizou. Só em 1996, ou seja, três anos depois, um lixão na Alça Sudoeste¹¹¹, no bairro do Mutirão, foi pretendido para ser o novo lugar de despejo do lixo campinense.

¹¹¹A Alça Sudoeste é também chamada de Rodovia Transamazônica ou ainda Rodovia Governador Antônio Mariz. Corta a parte sudoeste da cidade, ladeando-se aos bairros: Velame, Acácio Figueiredo, Três Irmãos, Malvinas e Serrotão, até a saída para a cidade de São José da Mata.

Mapa 4 – Mapa que evidencia a Alça Sudoeste.



Fonte: Imagem de satélite retirada do Google Maps, acessada em 12/10/2016, disponível em <https://www.google.com.br/maps/@-7.2438791,-35.9476311,13z>

Segundo especialistas, embora a transferência ajudasse a resolver um problema de ordem ambiental e sanitária, criaria um grave problema de ordem social, pois dezenas de famílias instaladas no lixão do Distrito Industrial tiravam de lá o seu sustento e fonte de renda ao catar, separar e vender o lixo. A grande pergunta era o que fazer com aquelas pessoas depois da desativação do lixão. Portanto, a Secretaria do Trabalho e Ação Social – SETRAS – prometia iniciar o cadastramento das famílias que, de uma forma ou de outra, sobreviviam do lixão do Distrito Industrial. De acordo com a SETRAS, a solicitação do cadastramento naquela área foi feita pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, tendo em vista a transferência do lixão para o Mutirão, na alça sudoeste. No novo local, os catadores teriam que obedecer a determinados critérios a serem estabelecidos pela própria Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, que se propôs a controlar, entre outras coisas, o trânsito das pessoas oriundas de outras áreas da cidade a fim de que não se instalassem no novo aterro, não se construíssem

novos barracos configurando moradias fixas no local, que a catação fosse feita apenas por adultos a fim de impedir que crianças manuseassem o lixo, e aqueles catadores deveriam portar um crachá de identificação, bem como os prováveis compradores dos materiais deveriam também ser identificados. Nestas regras, o trabalho de catação também seria interrompido e os trabalhadores só poderiam ficar na área das 07:00h às 17:30h.

Tal cadastramento fora feito dia 18/12/1996, quando os dejetos urbanos de Campina Grande começaram a ser removidos para o lixão do Mutirão na Alça Sudoeste. No entanto, o que denunciavam os jornais¹¹² da cidade, aquelas regras não foram eficientemente cumpridas, e os catadores cadastrados continuavam trabalhando sem equipamentos de proteção e não tinham sequer água encanada no local para suas necessidades básicas, embora os carros coletores, tratores e esteiras estivessem em plena atividade.

Embora, naquele momento, a Prefeitura afirmasse que grande parte da infraestrutura do novo lixão estivesse pronta para receber os resíduos urbanos, a equipe da Superintendência de administração do meio ambiente – Sudema – observou vários procedimentos irregulares, dentre eles: a construção da guarita sem apresentação do projeto à Sudema; a estrada que dá acesso ao local sem apresentação da planta de locação; a disposição do lixo com a presença de catadores no local, expondo sua integridade física à riscos graves; a disposição dos resíduos sem nenhuma orientação técnica material de cobertura, contendo vegetação e percentual elevado de siltes¹¹³; material disperso pela ação do vento em toda a área que não pertence ao aterro; disposição do resíduo sólido do serviço de saúde, em separado, removidos junto aos resíduos infectantes e comuns famílias habitando na área sem apresentação do cadastro solicitado; falta galpão para a catação dos materiais; presença de animais no local; ausência de água potável; sem contar que o lixão do distrito industrial ainda abrigava famílias no local e o próprio terreno estava abandonado, sem o devido tratamento e recobrimento do solo.

O relatório de inspeção técnica, que pretendia pedir interdição do novo lixão, foi feito por coordenadores da Sudema e da Fundação Nacional de Saúde, e contava com a fiscalização da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza – APAN – na pessoa de seu representante, o ecologista Roberto Ramos de Almeida, que preocupado com a estrutura do novo lixão, em entrevista ao Jornal da Paraíba¹¹⁴ disse que foram “testemunhas de um documento”, mas não queriam “ser cúmplices de um erro” promovido pela displicência da Prefeitura Municipal.

¹¹²Ver Jornal da Paraíba de 18/12/1996, página 5.

¹¹³Fragmentos de rocha ou partículas menores que um grão de areia, que entram na formação do solo ou de uma rocha sedimentar.

¹¹⁴Ver matéria publicada em 25/12/1996, página 3.

Só em janeiro de 1997, o gerente do setor de limpeza da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Geraldo Nobre, informou à imprensa¹¹⁵ que praticamente todos os itens exigidos pela Sudema haviam sido cumpridos, e que apenas o recobrimento do lixão do distrito industrial com material de jazida somente poderia ser feito após a conclusão da Ação Verde (atividade feita naquele mesmo mês pela Prefeitura como um mutirão para limpeza dos bairros), tendo em vista que as máquinas necessárias para aquele serviço estavam ocupadas no momento.

A situação trabalhista e de moradia dos catadores de lixo com o novo lixão ainda não havia sido resolvida até então. O prefeito Cássio Cunha Lima, em sua gestão em 1997, havia prometido a melhorias das condições de vida dos catadores com a construção de casas para os mesmos na Alça Sudoeste. Na pauta do projeto da Secretaria de Planejamento ainda estava a criação de uma usina de reciclagem para latas, vidros, papeis e plásticos, e a criação de um centro pedagógico voltado para a educação ambiental, com salas de aula para catadores de lixo e interessados nas questões em geral. No entanto o projeto idealizado não saiu do papel em tempo hábil e da forma mais eficiente, segundo a Secretaria de Planejamento, em função da falta de verbas e incentivos das agências nacionais e internacionais.

O senhor José Luiz Sousa, Secretário de Planejamento do município, divulgou à imprensa¹¹⁶ um perfil dos catadores, obtido através das visitas e estudos realizados por aquela secretaria no Lixão da cidade. O levantamento feito pelo secretário em exercício apontou dados preocupantes: cerca de 16% dos catadores tinham renda familiar de até R\$50,00 mensal; 58% tinham renda familiar de até R\$100,00 mensal; e mais de 24% possuía renda acima de R\$100,00 mensal. A faixa etária dos catadores de lixo naquele contexto variava entre os 10 e os 70 anos, entre homens e mulheres.

Ao passar dos anos, a população de viventes das sobras do lixo foi aumentando, como aumentaram também a produção de lixo dado o crescente consumo de produtos descartáveis. As administrações municipais se sucederam, as promessas de soluções para os problemas ambientais da cidade relacionados ao lixo também. Muitas delas se repetiram. Em 2005, o então prefeito Veneziano Vital do Rego reforça a promessa da instalação de uma usina de reciclagem, a Usina Verde, em Campina Grande, como forma de alternativa ao projeto do aterro sanitário e da poluição do subsolo. Segundo o prefeito, o projeto de usina de reciclagem teria uma tecnologia nacional e transformaria resíduos sólidos em energia, com a vantagem de ser instalado sem a preocupação com a contaminação da atmosfera. O prefeito usou ainda o

¹¹⁵Ver matéria publicada em 07/01/1997, página 5.

¹¹⁶Ver matéria publicada no Jornal da Paraíba em 23/05/1997, página 5.

exemplo da usina de reciclagem do Rio de Janeiro, que funcionava ao lado da faculdade de medicina da UFRJ, onde conheceu a experiência carioca para o tratamento do lixo. O prefeito voltou encantado da cidade maravilhosa e prometeu aos campinenses que ainda no primeiro semestre¹¹⁷ de 2005 a cidade receberia os técnicos responsáveis por fazer o estudo da área, levantamentos de dados e o processo licitatório para a usina de reciclagem que transformaria os resíduos em energia. Mais uma promessa de governo.

O fato é que a auditoria da agência nacional do Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passou a cobrar a realização daquelas promessas, usadas muitas vezes como artifício político. Ainda em 2005, e com o prazo de até julho de 2006, as gerências regionais iriam notificar as prefeituras das cidades paraibanas de modo a regular a construção de aterros sanitários em substituição aos lixões, como manda a determinação legal.

O procurador chefe do Ibama-PB, o senhor Bruno Faro Eloy Dunda, explicou à população¹¹⁸ que os gestores teriam entre 60 dias e seis meses para elaborar e apresentar um projeto de aterro sanitário, e solicitar da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) a licença para instalação. Caso esta determinação não fosse atendida, o Ibama-PB multaria e ingressaria com uma ação civil pública contra as prefeituras das cidades paraibanas que não se adequassem. De acordo com o procurador, a maioria das cidades paraibanas possuía “lixões”. Os aterros sanitários só existiam até aquele momento na Paraíba nas cidades de João Pessoa e Alagoa Grande.

Nos parece que não só os impasses políticos dificultavam um tratamento adequado do lixo na Campina Grande do início dos anos 2000. À população campinense, pelo menos segundo a imprensa local¹¹⁹, faltavam a educação e cuidado com o lixo que produzia e descartava. Em agosto de 2006, segundo a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, mais de sete toneladas de resíduos sólidos eram recolhidas mensalmente apenas dos terrenos baldios da cidade, somando mais de 84 toneladas por ano em 680 terrenos públicos e privados. Segundo àquela secretaria, nem mesmo as placas que orientavam a proibição de jogar lixo sensibilizavam as pessoas que insistiam em jogar lixo nos terrenos. Segundo Jomeres Tavares Monteiro, diretor de limpeza da Secretaria de Obras e Serviços, a única justificativa para as pessoas jogarem lixo em terrenos seria a falta de educação e de consciência ambiental da população, pois, segundo ele, as equipes de limpeza passam nos bairros e distritos recolhendo o lixo doméstico três vezes por semana e todos os dias no centro da cidade. Pelo levantamento daquele secretário, os bairros

¹¹⁷Ver matéria publicada em 26/02/2005 no Jornal da Paraíba, página 2.

¹¹⁸ Ver matéria publicada em 20/10/2005 no Jornal da Paraíba, página 3.

¹¹⁹Ver matéria publicada em 06/08/2006 no Jornal da Paraíba, página 5.

mais problemáticos e com mais terrenos poluídos eram Malvinas, Catingueira, José Pinheiro, Jeremias, Jardim Paulistano e Catolé. A ação da prefeitura quanto à minimizar esse abuso ambiental foi aplicar o Código de Posturas, respaldado pela lei que obriga cada dono de terreno baldio a murar ou cercar o local, além de cuidar do terreno que lhe pertence.

Além do clamor da população e dos órgãos públicos competentes, havia a cobrança da Infraero para que a Prefeitura Municipal resolvesse suas questões e retirasse aquele lixão de onde se situava. O lixão do Mutirão estava localizado há cerca de 12 km do aeroporto João Suassuna, em Campina Grande. Diariamente haviam riscos de colisão e quase colisão das aeronaves¹²⁰ com os urubus que circulavam no céu em torno do lixão. Entre os anos de 2008 e 2010 a Infraero realizou reuniões com representantes da Prefeitura Municipal de Campina Grande, da Universidade Federal de Campina Grande, da Escola Superior de Aviação Civil, do IBAMA e da imprensa local objetivando traçar planos de ação no sentido de minimizar ou resolver a problemática do perigo aviário decorrente do lixão.

Nessas reuniões, relatos de pilotos eram encaminhadas ao Ministério Público Federal. Tais relatos versavam sobre a numerosa presença de urubus nas proximidades do aeroporto. Os pilotos diziam¹²¹ que tiveram que “desviar abruptamente de um urubu que interceptou a aeronave”, e que em muitas ocasiões quase colidiram “com um bando deles” e que “o susto foi enorme”. O perigo aviário era tão iminente que eventualmente se fazia necessário a explosão de fogos de artifício antes da decolagem dos aviões para afugentar os urubus. Tais situações pareciam ocorrer sistematicamente.

Em julho de 2009 o Ministério Público Federal na Paraíba instaurou um procedimento administrativo para que fossem apurados os riscos à segurança dos voos ocasionados pelas aves atraídas pelo lixão. Com a lentidão do processo, a Justiça Federal determinou que se aplicassem multas diárias sobre os patrimônios do prefeito e do secretário de obras e serviços urbanos, “enquanto perdurasse o desrespeito a sua decisão e que fossem bloqueadas e sequestradas as verbas contempladas na lei orçamentária previstas para publicidade/propaganda e, em seguida, destinadas à implementação do aterro sanitário”¹²².

¹²⁰Em 2008 foram registradas pelo aeroporto duas colisões envolvendo aeronaves e urubus, de 2003 a 2007 foram 18 colisões.

¹²¹Ver ALVES, T.L.B.; GUIMARÃES, J.B.R.; SILVA, J.R.; ALVES, I.B.R.; ABREU, I.G. *Lixão de Campina Grande – PB versus aterro sanitário de Puxinanã: Transferência de problema socioambiental*. Revista Eletrônica Polêmica, v.12, n.3, julho/agosto/setembro de 2013.

¹²²Ver ALVES, T.L.B.; GUIMARÃES, J.B.R.; SILVA, J.R.; ALVES, I.B.R.; ABREU, I.G. *Lixão de Campina Grande – PB versus aterro sanitário de Puxinanã: Transferência de problema socioambiental*. Revista Eletrônica Polêmica, v.12, n.3, julho/agosto/setembro de 2013, p. 465.

Até aquele momento, a Prefeitura Municipal só havia tomado providências quanto aos “lixinhos” que se aglomeravam em torno do aeroporto. Todavia, as ações executadas no lixão continuavam sendo paliativas, como por exemplo a instalação de uma lagoa para recepcionar o chorume, da iluminação e compactação dos resíduos.

O fato é que embora Campina Grande buscasse remediar os seus problemas quanto ao descarte e tratamento dos resíduos, o problema vem de um âmbito maior: até o ano de 2010 o plano de tratamento de lixo era quase inexistente, apenas seis cidades da Paraíba tinham planos de ação para o tratamento correto do lixo, e Campina Grande não estava entre elas¹²³. O responsável pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos naquele ano, o sr. Alex Azevedo, dizia que a Prefeitura já estava “montando o projeto do aterro sanitário, dentro das imediações do lixão já existente” e que esperava que fosse “uma solução definitiva para os resíduos”. O objetivo, a posteriori, seria “desativar e recuperar totalmente a área degradada”, o que deveria custar, segundo os cálculos da época, até R\$ 12 milhões, e segundo o cronograma a secretaria, o aterro deveria começar a funcionar até dezembro daquele ano¹²⁴. Promessa que também não foi cumprida.

No entanto, curiosamente, o então procurador do meio ambiente, promotor Eulampio Duarte, dizia que dentre os avanços trazidos pela lei federal 12.305/2010, estabelecer as responsabilidades para quem produz o lixo, ou seja, populares, comércio, indústria, e não somente o poder público¹²⁵. A partir desta informação e sabendo que ainda no ano de 2010 o planejamento de desativação do lixão e instalação do aterro não havia sequer se realizado, nos perguntamos em que medidas tais responsabilidades foram cumpridas, e em que medida o poder público foi punido pela lei pelo seu não cumprimento.

Apenas em março de 2011 observamos ações efetivas no sentido de construir o aterro sanitário de Campina Grande. No dia 23 daquele mês¹²⁶, ocorreu uma audiência em que foi discutida a construção de um aterro sanitário particular na cidade. Na ocasião foi decidido que caberia à Superintendência Estadual de Administração do Meio Ambiente (Sudema) se

¹²³As cidades eram João Pessoa (que segundo IBGE, em 2010, contava com 720.954 habitantes), Ingá (segundo IBGE, 18.180 habitantes), Bayeux (segundo IBGE 99.716 habitantes), Alagoa Grande (segundo IBGE, 19.681), Soledade (segundo IBGE, 13.739 habitantes), Pocinhos (segundo IBGE 17.032) e Juarez Távora (segundo IBGE 17.032 habitantes). Campina Grande contava com 385.213 habitantes, população bem menor que a da capital Paraibana, e ainda distante de ter ao menos um aterro controlado. Ver <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=250400&search=> e ver ainda página 3 do Jornal da Paraíba, do dia 12 de novembro de 2010.

¹²⁴Ver Jornal da Paraíba, dia 12 de novembro de 2010, página 2.

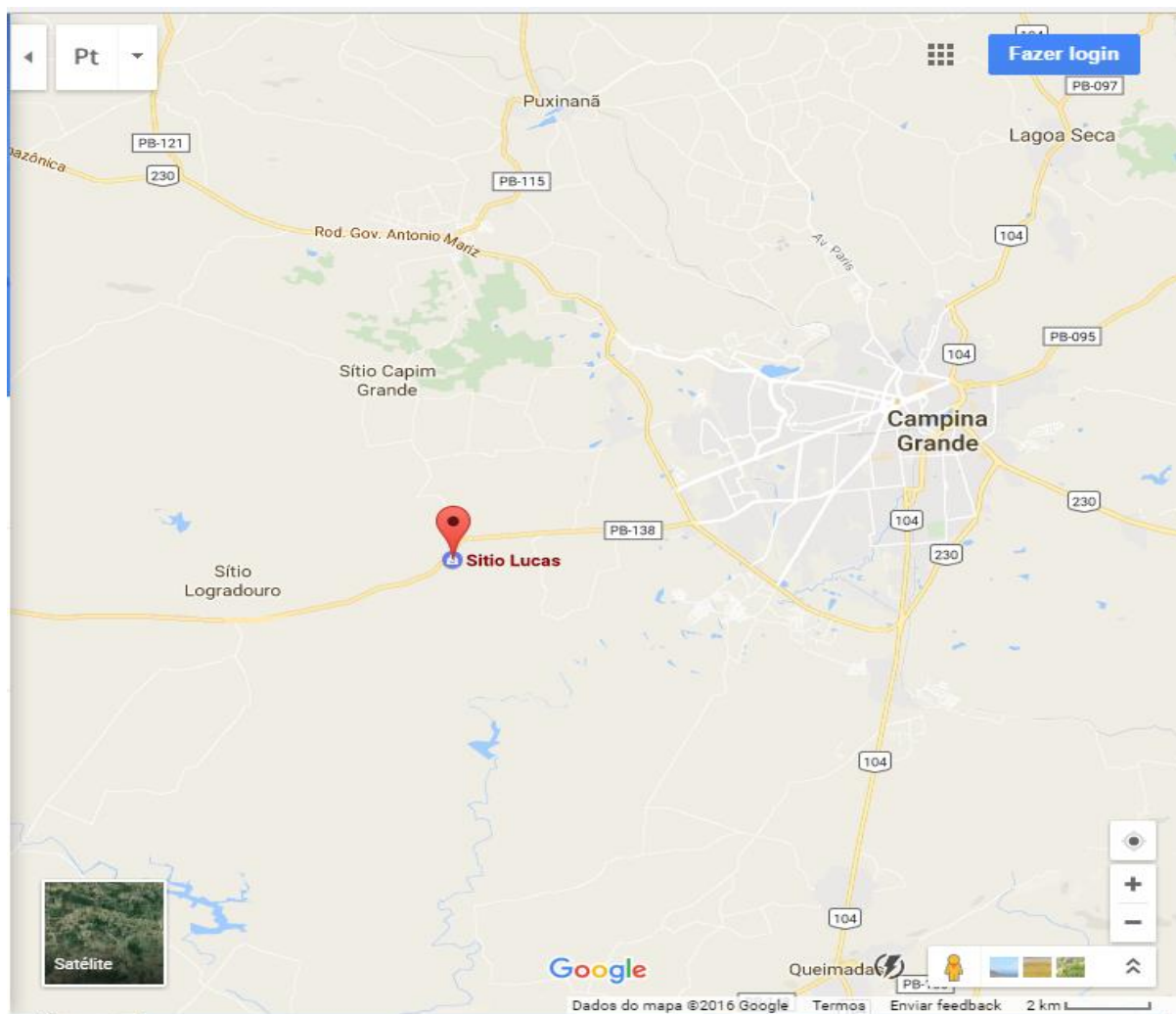
¹²⁵Ver Jornal da Paraíba, dia 12 de novembro de 2010, página 2.

¹²⁶Ver Jornal da Paraíba de 24 de março de 2011, página 5.

posicionar oficialmente sobre a obra e a emissão da Licença de Instalação, com base nas discussões travadas e nos impactos e benefícios que o projeto traria para o meio ambiente.

No projeto, a Central de Tratamento de Resíduos da Borborema (CTRB) seria construída na Zona Rural de Campina Grande, em uma localidade conhecida como Sítio Lucas, que fica a 12 quilômetros do centro da cidade¹²⁷.

Mapa 5 – Localização do Sítio Lucas



Fonte: Imagem de satélite retirada do Google Maps, acessada em 15/12/2016, disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Sitio+Lucas/@-7.2612494,-35.9880349,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7aea695d82c03cf:0xb22284ce393a72bc!8m2!3d-7.2612494!4d-35.9858462>

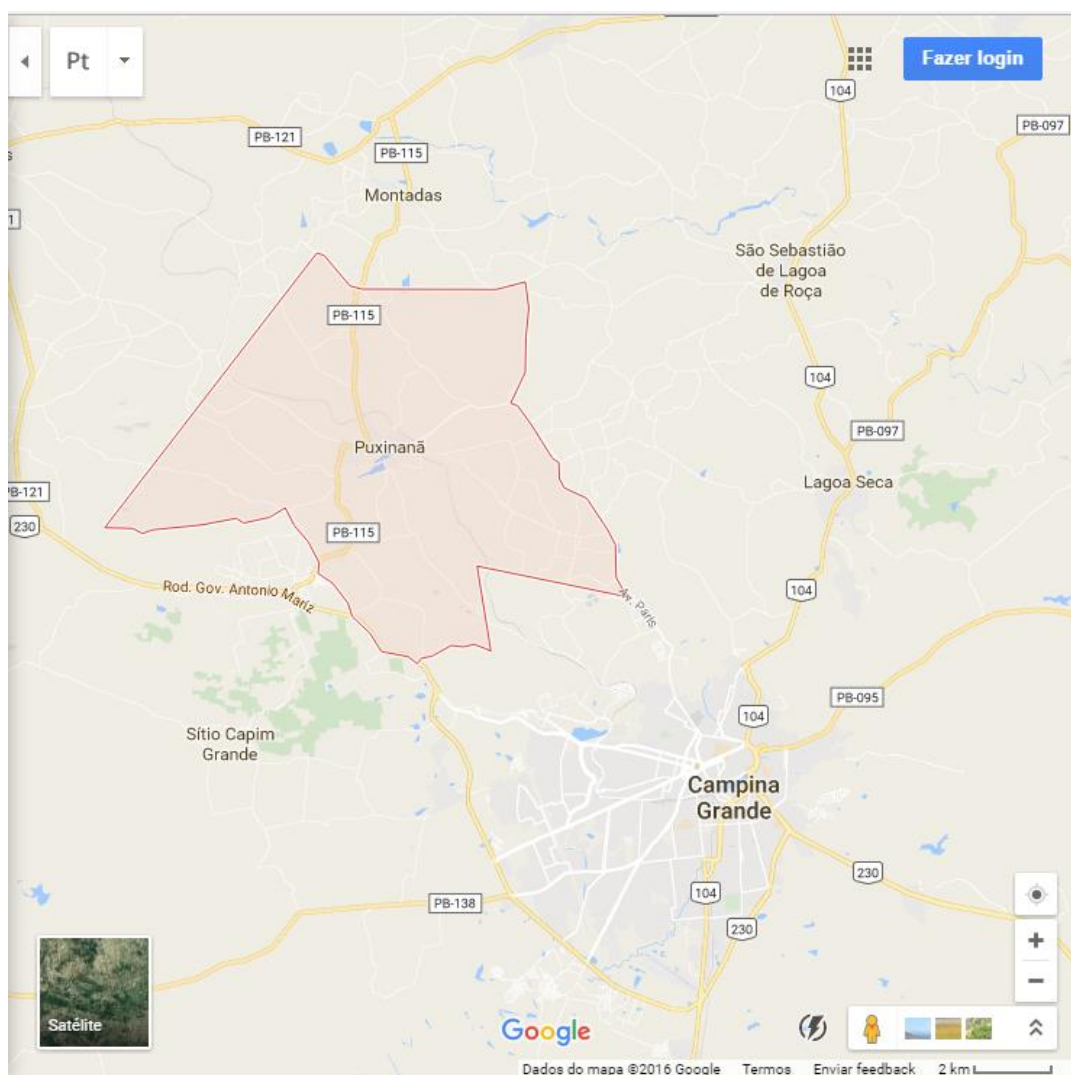
Sua capacidade de armazenamento seria de 330 toneladas por dia. De acordo com o engenheiro civil Humberto Carvalho, um dos responsáveis pelo projeto, “a obra foi concebida sob uma visão moderna”, que traria “uma solução definitiva para o problema da gestão do lixo

¹²⁷Mais especificamente na PB 138 que dá acesso à cidade de Boa Vista.

em Campina Grande”¹²⁸. Segundo o projeto, a empresa local Ecosolo deveria levar até sete meses para construir o aterro. Para além desta empreitada, a coordenadora do meio ambiente de Campina Grande, Alana Carvalho, informou¹²⁹ que a Prefeitura Municipal estava analisando um outro projeto particular, e, posteriormente, avaliaria qual o melhor se adequava ao município. Com o funcionamento de um aterro sanitário particular, a Prefeitura se obrigaria a contratar serviços para o gerenciamento dos resíduos sólidos.

O que ocorreu é que o aterro municipal de Campina Grande foi entregue em 2012, mas não nos locais cogitados até então. O local escolhido foi o Sítio Açudinho, localizado na Zona Rural da cidade de Puxinanã, há 34km de Campina Grande pela PB 115.

Mapa 6 – Localização da cidade de Puxinanã/PB.



Fonte: Imagem de satélite retirada do Google Maps, acessada em 21/12/2016, disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Puxinan%C3%A3+-+PB/@-7.1492108,-36.0374317,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ae9f0c4a3c0289:0xc3b0ee3102c9a7d!8m2!3d-7.1467658!4d-35.9623967m>

¹²⁸Ver Jornal da Paraíba de 24 de março de 2011, página 5.

¹²⁹Ver Jornal da Paraíba de 24 de março de 2011, página 5.

As querelas foram muitas acerca da instalação do aterro naquele local e do fechamento do lixão, tramas sobre as quais trataremos detidamente no capítulo III. Podemos concluir, até aqui, que todo esse ambiente de tensões e tentativas de organização da cidade, através da localização do lixão, entre planejadores urbanos e moradores e trabalhadores, podem ser compreendidos como “marcas de uma cidade sensível”, cujo lixo certo dia “se impôs ao olhar, a técnica e as emoções”¹³⁰ daqueles que experimentam a cidade. Por hora, encerramos as colocações deste capítulo, anunciando que no capítulo seguinte faremos uma reflexão sobre as relações interpessoais dos viventes do lixo¹³¹ naquele espaço.

¹³⁰PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, nº 53, jan-jun, 2007, p. 11-23.

¹³¹Chamamos de viventes do lixo os trabalhadores que retiram seu sustento do trabalho realizado com aquele material.

3 RELAÇÕES LIXEIRAS: A MEMÓRIA DOS SUJEITOS E SUAS SIGNIFICÂNCIAS

*“É preciso avançar
 Prosseguir na lida
 Reciclando coisas
 E reciclando a vida
 Trilhar novos caminhos
 Vencer os preconceitos
 Romper com as fronteiras
 Buscar nossos direitos”*

(Antônio Gringo, Hino dos catadores)

Neste capítulo apresentamos histórias e refletimos sobre as memórias dos sujeitos que tiravam – ou ainda tiram – do lixo sua fonte de sobrevivência. Histórias de homens e mulheres que nos disponibilizaram seus conhecimentos, experiências e habilidades para encontrar, coletar, separar e vender os materiais que tiram do lixo, fazendo parte da indústria de reciclagem enquanto um elo, pequeno e necessário, de uma cadeia produtiva em expansão. Mas que, sobretudo, desenvolveram, cada um a seu modo, formas criativas de viver, de se organizar e de buscar o reconhecimento e garantias dos seus direitos.

Acessamos tais memórias através das publicações feitas pela imprensa e dos relatos orais dos viventes do lixo obtidos através de entrevistas. As entrevistas ocorreram num clima de informalidade. Como diria Cruz Neto¹³², “uma conversa com propósitos bem definidos”. Utilizamos, como aponta Pesavento¹³³,

os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade no passado.

O que buscamos conhecer e investigar sobre aqueles homens e mulheres foi em torno de questões como moradia, vínculos sociais, acesso à serviços e bens de consumo, forma de ingresso naquela atividade e a história que construíram até os dias atuais. Não deixamos de lado a dimensão dos sonhos e desejos daquelas pessoas. Tentamos perceber seus afetos. Isto porque,

¹³²CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta de criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. Cap. 3, p. 51-66.

¹³³Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In. Revista Brasileira de História, vol. 27, p. 53.

como disse Antônio Torres Montenegro¹³⁴, “realizar uma entrevista é sobretudo a tentativa de visitar com o entrevistado esses territórios diversos, que se relacionam e se comunicam através de uma lógica para nós desconhecida”. Para aquele autor,

construtores cotidianos da história tem deixado poucas marcas de como vivem, sentem, experimentam, desejam, sonham, pensam o presente, o passado e o futuro. Nesse aspecto, a história oral (no trabalho com os segmentos populares) se constitui em uma possibilidade efetiva de produção de um vasto campo documental.

As entrevistas foram feitas no sentido de conhecer um pouco da história de vida de alguns catadores do lixão e das cooperativas de Campina Grande, aproximando-nos do real vivido cotidianamente por aquelas pessoas em suas artes de fazer e no desenvolvimento de suas táticas¹³⁵. Assim como Agnes Heller¹³⁶, entendemos que

o homem participa com todos os aspectos da sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentimentos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, suas ideias, paixões, ideologias.

Fizemos visitas a duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis em Campina Grande que, antes de ingressar nas cooperativas, trabalharam no lixão da cidade. As cooperativas foram a Cotramare¹³⁷ e a Catamais¹³⁸. Ambas cooperativas foram escolhidas por serem as mais antigas e mais conhecidas da cidade. Após os primeiros contatos informais, marcamos as entrevistas nas próprias cooperativas, para o dia 18/01/2017. Em ambas, foi colocado pelas cooperadas um fator preponderante para que as entrevistas pudessem ser realizadas: teria que ser no horário de atividade das mesmas, e com a condição de não atrapalhar o andamento do serviço. Assim foi feito um diálogo complexo, respeitando as condições e os limites dos colaboradores, no que Janotti¹³⁹ chamou de “contradição permanente entre a

¹³⁴MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral, caminhos e descaminhos*. In. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.13, nº 25/26. PP. 55 – 65, set 92/ ago 93.

¹³⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

¹³⁶ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹³⁷Com sede na Rua Santa Rita, 486, Bairro Quarenta, a Cotramare foi criada em novembro de 2001, à época, com 50 cooperados. Hoje, a cooperativa conta com 12 cooperados. Ver mais em <http://cotramare.org/>

¹³⁸A Catamais existe desde 2008, situa-se hoje na Rua Capitão José Amâncio Barbosa, 124, Bairro São José, e conta com 9 mulheres cooperadas.

¹³⁹Maria de Ludes Monaco Janotti, em apresentação do livro *História, Metodologia, Memória*, de Antônio Torres Montenegro, publicado pela editora Contexto em 2010.

cumplicidade e a tensão”. Outra vantagem desse formato de entrevista, foi a possibilidade de ter um contato íntimo, tátil e olfativo com o trabalho daquelas pessoas.

Não fomos para as cooperativas fazer as entrevistas buscando um perfil de entrevistados específicos, priorizando, por exemplo, gênero ou faixa etária. Deixamos os colaboradores à vontade para se voluntariar a participar desta pesquisa. O resultado disto foi interessante, apenas mulheres deram vozes às suas atividades nas entrevistas das duas cooperativas.

Na Cotramare, pudemos entrevistar duas cooperadas: as senhoras Geralda Ferreira Fidelis, de 52 anos, e Lucicleide Henrique de 43 anos, presidente daquela cooperativa. Os outros cooperados estavam em suas atividades e não puderam colaborar conosco em detrimento do fazer de sua função.

Ao chegar na Catamais, encontramos todas as nove mulheres cooperadas, situação bem peculiar apresentada posteriormente, onde nenhum homem trabalhava, apenas mulheres. Neste caso, as entrevistas não foram individuais como as de Lucicleide e Geralda. Tivemos que fazer uma entrevista coletiva, segundo a demanda daquelas mulheres. Entrevista esta que não foi menos intensa, emocionante, rica e bem humorada, graças a Maria de Lourdes Bezerra de 54 anos, Maria do Socorro Barbosa de 48 anos, Valette Aires da Silva de 34 anos, Valdinete Aires da Silva de 32 anos, Maria de Lourdes da Silva de 46 anos, Maria José de França de 37 anos, Deuzimar Mendes da Silva de 36 anos, Maria de Fátima França de 44 anos e Marinalva França da Silva de 42 anos.

No mês de julho conhecemos dona Maria Tereza, mais conhecida como Deda, com 52 anos, e seu filho Iraildo, de 34 anos. Mãe e filho que tem uma sucata ao lado de sua casa desde o ano de 2002. Ambos, apesar de tirarem seu sustento do lixo, mantêm uma relação profissional e afetiva diferente com ele. Eles nunca cataram, apenas compram dos catadores e revendem a grandes sucatas ou indústrias o material comprado. A lógica não é a do catador, mas do comerciante do lixo. Visitamos sua sucata no dia 15/07/2017 e lá fizemos outra entrevista no ambiente de trabalho daqueles colaboradores.

O que coloca todos os trabalhadores entrevistados num ponto comum quanto à sua atividade labora é que eles sobrevivem a partir da comercialização dos resíduos recicláveis catam e que interessam à indústria e aos agentes que compõem os circuitos que daí se estruturam. Aquelas pessoas que entrevistamos desenvolvem suas atividades sem nenhum tipo de vínculo empregatício com os comerciantes ou as indústrias recicladoras.

Comungamos com Certeau quando diz que “o enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento”¹⁴⁰.

Assim, indagamos sobre as condições de vida, os sentimentos, valores, práticas sociais, as vivências e os significados que atribuem e são atribuídos à sua atividade. O dia a dia dos catadores pode ser pensado para além de uma prática de sobrevivência, mas como um espaço dinâmico, de resistência política e de afetos onde se desenha uma vida possível.

3.1 (Inter)pessoalidades e (des)afetos

O historiador Antônio Torres Montenegro¹⁴¹ nos diz que a população pobre, vivente na periferia, constrói sua “luta diária contra a falta de tudo”. Constroem, portanto, representações que são perpassadas por suas experiências cotidianas. Assim, aquela população cria para si “um saber que lhe possibilita viver o avesso da vida, a qual, insistentemente, se quer diferente”. O autor ainda diz que “a fala é um instrumento decisivo para as populações pobres que vivem a radicalidade cotidiana do não ter”.

Os lixões foram por muito tempo o destino encontrado pelas aglomerações urbanas para o fim do lixo, mas também podem ser pensados como um lugar de encontros e disputas entre os diversos agentes do mundo urbano. Comungando disto, primeira pergunta que fizemos às depoentes foi: “O que é lixo para vocês?”. Percebemos que algumas respostas eram mais técnicas, voltadas mesmo para o padrão estabelecido pela norma e pelos preceitos do trabalho em cooperativa. Outras respostas eram mais subjetivas, mais afetivas, quase gratas.

O que é lixo pra mim é aquilo que não serve. É o rejeito. É o que não serve pra nada. Lixo é o que não serve mais. Significa lixo porque não serve mais. (Geralda)

Luxo. O lixo pra gente que vive trabalhando com ele pra gente é luxo, né? Material reciclável, pra quem não sabe o que é, também é lixo. Mas pra gente que sabe é matéria de trabalho. Lixo é o que vai diretamente pro aterro e não pode ser aproveitado. (Lucicleide)

Pra gente é luxo! (Deuzimar)

¹⁴⁰Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

¹⁴¹MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6. Ed. – São Paulo: Contexto, 2007.

É luxo e muito importante. A gente ta protegendo o ambiente né? (Maria do Socorro)

Luxo pra gente e pra natureza. (Marinalva)

Pra todas é uma riqueza. A gente ta garantindo o pão né? (Valdete)

Os objetos de luxo para aquelas catadoras, e que são os mais buscados, do lixão às ruas, são as embalagens de papel, branco ou colorido, ou de plásticos dos mais variados tipos, politereftalato de etileno (PET), polietileno de baixa densidade (PEBD), polietileno de alta densidade (PEAD), poli cloreto de vinil, (PVC), etc. Os metais são também bastante procurados compondo o que se chama normalmente de sucata, juntamente com o alumínio, material que atualmente compõe vários tipos de embalagens. As embalagens produzidas a partir dos diversos tipos de vidro, por não haver compradores interessados, são em alguns casos rejeitadas, assim como os objetos de madeira, que logo se degradam pela ação natural do ambiente.

Ainda na seara dos afetos no espaço do lixo, encontramos uma crônica escrita em 1991 pelo Bispo Dom Luís Gonzaga Fernandes¹⁴², em que o mesmo descrevia sua visita ao lixão da cidade, e questionava o porquê de as autoridades competentes não darem um destino mais apropriado àqueles materiais, e ainda, descrevia sua conversa com famílias que viviam no lixão. Segue um trecho da crônica escrita pelo bispo.

Na verdade, fui encontrar mais de cinquenta famílias que ali trabalham, ali vivem, ali moram. Acredite se puderem, terminaram *erguendo naquela gleba imunda sua própria vila, seu bairro. Deve ser o único bairro da cidade que não tem nome. É o lixo. Lixo diz tudo*: o terreno, os barracos, a matéria prima, o produto do trabalho, os trabalhadores. Tudo misturado, confundido, numa nuvem de milhões de moscas. Cena dantesca. Fui conversando devagar com pequenos grupos de pessoas. Todos tranquilos, cordiais. Quase felizes. Que surpresa! Um casal me dizia que por ali vive – *no reino do lixo* – há não menos de vinte anos. Com certo orgulho me apontavam a filhota, uma garota de seus onze ou doze anos, com o seguinte elogio: “está vendo essa aí? Pois nasceu e cresceu no lixo. Nunca teve doença nenhuma, nem sabe o que é médico ou hospital”. E eu verificava o aspecto saudável da meninota, robusta e alegre. (...) *Perdido naquele planeta*, aventurei mais uma indagação, finalmente sem sentido: “se o prefeito viesse aqui, vocês pediriam o que?”. Curiosamente não houve resposta. Um olhava para o outro, como se dissesse: inventa aí alguma coisa! Afinal, quando já nos despedíamos, alguém falou: “seria bom se ele nos desse umas luvas e umas botas”... Mas, sinceramente, não percebi grande

¹⁴²Dom Luís Gonzaga Fernandes (24/08/1926 – 04/04/2003) foi o 4º Bispo Diocesano da Diocese de Campina Grande. Membro ativo da igreja, se destacou pelos trabalhos realizados para a formação das Comunidades Eclesiais de Base, conhecidas também como CEB. Tal crônica fora publicada em 22/09/1991, página 2, Jornal da Paraíba.

interesse pela causa. Fica a impressão de que eles nos dispensam, facilmente, não precisam de nós e até julgam viver melhor que nós. Quem sabe? (*grifos nossos*)

Não só de compaixão, como a do bispo, eram as relações interpessoais no lixão. Uma confusão ocasionada pela disputa do lixo resultou na morte do catador Inácio Severino de Moura, conhecido como Sula, que morava no Bairro das Cidades. A vítima faleceu na manhã do dia 25/05/1992 na UTI do Hospital Pedro I, para onde foi levado após ter sido atingido com uma barra de ferro por um outro catador, Severino Pedro da Silva, conhecido como Biu do Olho Cego. Os catadores recolhiam lixo no lixão da cidade, e tiveram um atrito enquanto um caminhão chegou para descarregar os resíduos. Biu do Olho Cego passou a catar os detritos sem deixar que Sula tivesse acesso ao lixo. Sula, indignado, começou a proferir palavrões e xingamentos contra Biu, que, enraivecido, desferiu um golpe com uma barra de ferro nas costas de Sula, que veio à óbito. Depreendemos dessa história que, para muitos, o lixo não vale absolutamente nada. Para outros, vale a vida. Além disso, o lixão tinha suas próprias regras e conflitos, de modo que os espaços tinham que ser permanentemente negociados com outros que dali também viviam.

Especialistas tem associado ao longo do tempo em seus estudos que as questões sociais também influenciam na questão da produção de lixo, numa progressão de que quanto mais se consome, mais lixo se produz. Questionamos nossas colaboradoras acerca das diferenças sociais, se quem consome mais produz mais lixo, e sobre as diferenças entre o lixo do rico e o lixo do pobre. As respostas foram as seguintes:

Existe sim. O lixo do rico vai muitas coisas boas, o lixo do pobre não vai nada. O lixo do pobre e só nossas coisas mesmo, papel de cigarro, papel de banheiro. (Valdete)

Eu já não vejo por esse lado. Acho que o pobre tem mais consciência na parte da separação do lixo. Porque se chama lixo mas a gente usa material reciclável. Aí as pessoas mais humildes, tipo a nossa classe, eles tem mais consciência em separar esse material. Porque o rico pensa que tudo é reciclável. O rico não tem esse trabalho, e eu acho que eles era pra ter mais consciência desse trabalho, por ter mais formação do que um humilde. Porque o rico tem mais formação. Mas quando a fonte vinha lá do lixão vinha mais do rico, porque nós humilde não tinha quase o que botar, porque nós não gasta tanto o que o rico gasta, nós não ia ter condições de gastar o que o rico gasta. (Valdinete)

Eu acho. O rico pode tomar dois refrigerante durante o dia, o pobre mau pode tomar um. O pobre tem que comprar um de dois litro pra passar a semana. (Valdete)

A classe alta é a classe mais consumidora. E a classe média e baixa, porque tem a média e tem a baixa, a baixa infelizmente é a que consome menos, em compensação, ela em termos de pensamento, ela tá ganhando da classe alta. De ter consciência, a classe baixa e a média tá ganhando da classe alta. (Valdinete)

Existe né? Porque os ricos gasta mais do que os pobres. Aqui é feito aquela reciclagem lá de casa, é muito pouco, eu passo o mês todinho pra encher uma caixa lá de casa, porque é difícil eu tomar um refrigerante. Tomo refrigerante assim num sábado, ou num domingo. E na casa do rico toda semana tem. Toda semana nós vai pegar material. Sempre tem. Refrigerante, leite... é a diferença maior que eu encontro. (Maria de Lourdes)

“Eu ainda não parei pra pensar nisso, porque o pobre também aproveita muita coisa do material reciclável”. (Maria de Fátima)

Nesse sentido, entendemos que o lixo é o responsável por unir os incluídos e os excluídos da sociedade moderna, integrados na vivência na cidade. Lipovetsky nos diz, inclusive, que, com a democratização do desejo e o acesso a alguns produtos e bens de consumo, as classes populares passaram a dominar o sentimento de inclusão em um mesmo mundo social estruturado por referências comuns. Segundo a fala das depoentes, a diferença é que ricos consomem com mais frequência e em maior quantidade e qualidade (vide o exemplo do refrigerante), o passo em que o consumo do pobre não deixa de existir, mas numa quantidade e qualidade inferior.

Questionamos às nossas colaboradoras se alguma vez elas sofreram preconceitos por trabalhar com lixo, o que responderam:

Ahh, ainda, os gurizinhos, estudante, as gurias pequenas dizem “eca, mulher, como tu é sebosa, tu pega em lixo”. Eu digo “mulher, isso não é lixo não. Isso é reciclável que vem da casa de vocês mesmo. (Geralda)

Na época do lixão, sofri. Os alunos chegavam lá pra fazer pesquisa, era com o nariz tampado, entendeu? Porque ali nós estava trabalhando junto com os animais. Aí eles não sentia a gente ser humano, né? Mas depois que eu comecei a trabalhar com coleta seletiva eu vejo que isso é um trabalho comum. (Lucicleide)

No tempo que a gente trabalhava no lixão a gente era tratada lá como mendigo, porque a gente não trabalhava com uniforme, como a gente trabalha aqui com os EPI's. (Valdinete)

Chegava gente perto da gente e tampava o nariz. Quando a gente chegava perto tinha gente que se afastava e tampava o nariz. (Maria de Lourdes)

Ali no lixão a gente era muito discriminado, ali no lixão tinha muita gente de bem, pai de família, trabalhador que ta ali em busca do seu pão. Aí vamos supor que chegava uma pessoa pra fazer um estudo, aí a pessoa se aproximava e eles já pensava que era ladrão. Isso aí já era um discrimina e tanto. (Maria José)

Ah, no começo foi ruim, eu não vou mentir. Era muito difícil, era um mau cheiro, era lixo hospitalar, fedia muito, tava perto. No começo foi muito difícil, mas depois foi se acostumando. Até é como o ditado: “você se acostuma com tudo”. (Valdete)

Neste sentido, lembramos o termo “preconceito ocupacional” cunhado por Idalina Farias Costa sobre a aversão que as pessoas tem ao trabalhador que lida com o lixo, e mesmo o que dizia Cristovam Buarque¹⁴³, que a desigualdade levada ao paroxismo pelo preconceito e não reconhecimento de si no outro, poderia levar a uma condição de “dessemelhança”, que se caracterizaria pela ruptura dos laços de solidariedade, afetos e pertencimento à mesma identidade entre os seres humanos.

Já Georges Vigarello, quando trabalha a história da higiene corporal ¹⁴⁴, aponta que desde o início do século XIX a sociedade vê o pobre que trabalha nas ruas, catando rejeitos, como uma ameaça às práticas de limpeza da cidade industrial e das pessoas abastadas que nela residem, tanto que cristalizou-se o pensamento preconceituoso de que “a limpeza do pobre seria o aval de sua moralidade”. Esse pensamento de dois séculos atrás parece ter sido impregnado no imaginário das pessoas de forma tão efetiva, que não raro escutamos, ainda hoje, das pessoas pobres que tem um trabalho humilde, a frase “sou pobre mas sou limpo”.

Tal preconceito com aquelas pessoas pela atividade que desenvolvem, nos remete à figura do pária. O pária, segundo Eleni Varikas¹⁴⁵, é o personagem de uma exclusão política e social. É aquele cujo não reconhecimento de seus direitos “tende a associar sua inferioridade social a uma inferioridade antropológica”. Mesmo reconhecida sua igualdade de direitos, o pária é visto como membro de uma categoria à parte, se coloca numa ambígua posição de cidadão e de invisibilidade, e o preconceito de muitos abastados limpos, fazem com que aquelas pessoas que trabalham diariamente com lixo arrastem “sua existência singular entre todas as classes das quais não pode ser”.

Questionamos acerca do que mais marcou a vida daquelas mulheres trabalhando no lixão, seja de forma alegre ou triste, ao que responderam:

¹⁴³BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁴⁴VIGARELLO, Georges. *O sujo e o limpo: uma história da higiene corporal*. Tradução Monica Sthael. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

¹⁴⁵VARIKAS, Eleni. *A escória do mundo: figuras do pária*. Tradução Nair Fonseca, João Alexandre Peschanski. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Olha, tinha alegria quando chegava altos carro lá com alimento, e como nós era umas pessoas necessitadas, como ainda somos, chegava carro de Danone, chegava carro de carne, chegava carro de feira pra dar... esse era os momento alegre. (Valdete)

O que me marcou mesmo ali no lixão foi coisa triste, que morreu muita gente ali de acidente, outros ficaram aleijados. Esses acidentes acontecia quando o lixo chegavam já subia logo no caminhão, pra quando o lixo chegasse já fosse pegando logo a esteira. Pegava o bigú no lixo porque já ia separando o dele. Aí caía, o pneu passava por cima da cabeça, a caçamba passava por cima do corpo. (Lucicleide)

O que me marcou, uma tristeza, foi não ter a oportunidade de estudar. Porque eu tinha que trabalhar no lixo, porque meu pai era doente e eu tinha que ajudar minha mãe. Eu tinha que escolher, ou trabalhar pra nós se alimentar ou estudar. Então eu preferi trabalhar. Eu vim aprender depois de mãe, já com esse Projeto Esperança, foi quando eu vim aprender a ler e escrever. E isso foi também uma alegria. Porque na época eu fui tirar minha identidade, aí quando eu cheguei pra tirar a identidade a delegada me deu uma caneta e eu disse que não sabia. Aí ela olhou pra mim e disse “além de você ser burra é cega”, e ela não procurou saber por que eu não tive aquela oportunidade de saber ler e escrever. Isso me marcou, foi muito triste. Eu cheguei de novo lá dentro do lixão chorando desesperada porque eu não sabia assinar meu nome. Achava muito feio. Mas graças a deus hoje não. Tirei todos os meus documentos aqui na cooperativa. E graças a deus tudo foi melhorando. (Geralda)

Percebemos que, especialmente na última fala, as depoentes deixam claro uma espécie de ressentimento, categoria possível de ser abordada pelos estudos históricos, embora não sem dificuldade. Tal dificuldade se coloca porque, por exemplo, é mais fácil tratar a história de fatos objetivos do que de ódios ou afetos individuais ou coletivos. A tarefa do historiador que se preocupa com os ressentimentos trazidos pela memória é extremamente delicada. Pierre Ansart disse¹⁴⁶ que “a dificuldade é redobrada quando não se trata tão somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado”. Nesse caso, o historiador se pergunta que memória o indivíduo conserva do seu próprio ressentimento. No caso das falas acima: a perda, o desejo, a subjugação e a dor. (Re)sentir dor, seja ela física ou emocional, pode ser também uma forma de se relacionar com o mundo, em seus aspectos culturais, políticos, afetivos ou intelectuais da sociedade. O trabalho do historiador, através da história cultural e social, tenta dar conta dessas questões, compreendendo que os traços de sensibilidades impressos na oralidade, abrem janelas para um deciframento possível das

¹⁴⁶Ver ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.

maneiras de pensar, de imaginar, de ver os populares em seus comportamentos civis e políticos, íntimos e públicos.

Foi perguntado às catadoras acerca dos espaços de afetividades no seu trabalho no lixão. As dimensões foram múltiplas, mas havia um ponto em comum: naquele lugar, para muitos inóspito, sujo e perigoso, havia felicidade de alguma forma. O lixão deixou saudade para aquelas pessoas. Sobre sentir saudades, as depoentes disseram:

Eu tenho porque antes de eu começar a cavar e trabalhar com reciclagem, eu vendia lanche lá pro povo que trabalha, e era muito divertido, eu chegava lá de manhã e o povo do serão tava tudo me esperando, me esperando no barraco, esperando eu chegar com o lanche. Eu tenho saudade disso, eu fiz muitas amizades. (Valdinete)

Eu tenho saudade daquelas coisa que vinha boa, dos feijão, dos Danone, das carne que vinha, lá pra falar a verdade a gente não passava necessidade não, tudo aproveitava. Só não aproveitava o que não prestava mesmo. (Valdete)

Eu tenho. Foi da onde eu arrumei meus cacareco de dentro de casa foi lá dentro do lixo. Televisão que eu não tinha, um fogão véi que eu não tinha, uma geladeira que não existia, um sonzinho véi pra escutar um forró no domingo... comprei com o dinheiro de lá. Lá, bom, o que vinha, levava pra casa. Recebia, fazia a feira da troca lá do lixão, o dinheiro que eu pegava dos troços, pegava e trocava. Eu comprava pra dentro de casa. (Maria de Fátima)

E contando que o lixão era a fonte, né? É porque no lixão a gente pegava dinheiro toda hora. Se mãe quisesse trabalhar pra pegar dinheiro, trabalhava, pesava, via o que dava e pegava o dinheiro. (Maria de Lourdes)

Eu tenho. Eu to em com vontade de ir embora pro lixão de Queimadas¹⁴⁷ (Deuzimar)

Resumindo, o lixão era muito bom e ninguém passava necessidade. Final de semana a gente não ficava lisa de jeito nenhum". (Valdinete. Grifos nossos)

Minha saudade era do Danone que eu tomava era muito. (Valdete)

As sensações táteis e gustativas pareciam ser muito evidentes na forma como aquelas mulheres se expressavam. A saudade parece ter gosto. E o gosto era de iogurte. Lembramos deCorbin, quando diz que a história das sensibilidades ultrapassa a materialidade, preenchida de sensações distintas¹⁴⁸. Por mais que as condições de trabalho fossem inseguras e insalubres,

¹⁴⁷Queimadas é uma cidade da região metropolitana de Campina Grande. Quando o lixão de Campina Grande foi fechado, muitos catadores foram para o lixão de Queimadas tirar de lá sua fonte de sobrevivência. Até hoje o lixão recebe catadores migrantes das cidades vizinhas.

¹⁴⁸ CORBIN, Alain. Do Limousin às culturas sensíveis. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 97-110.

ao que parece, aqueles catadores tinham suas “necessidades” atendidas. Seja a necessidade de afeto ou de comida. Naquelas falas, as disposições emocionais, ainda que efêmeras, daquelas mulheres, deixam marcas de momentos que se inscrevem na memória e que delineiam o espaço do lixão como um espaço em constante movimento, onde redes simbólicas e afetivas são construídas.

3.2 Mundos do trabalho

Em 1991, o então vereador Vital do Rego Filho (PDT) propôs à câmara de vereadores um Projeto de Lei¹⁴⁹ que utilizaria meninos de rua, na faixa etária dos 12 aos 17 anos, como mão de obra nos serviços de limpeza urbana da cidade. Segundo o parlamentar, aquela iniciativa visava contribuir para diminuir os índices de menores abandonados, que ganhavam a vida pedindo esmolas. O vereador ainda justificava que “o problema mais crucial com uma legião de pais desempregados, projeta-se nas crianças, as quais ficam abandonadas, sem lar, transformando-se em meninos de rua e, posteriormente, como já vem sendo intitulados, de trombadinhas”. Vital do Rego Filho dizia ainda acreditar na comunhão entre os poderes Legislativo e Executivo e a classe produtora da cidade, para “salvar os meninos de rua da fome e do frio”. Ele reiterou que os menores abandonados são um problema social que aflige a sociedade brasileira e que era preciso tomar uma medida de imediato para reverter o quadro classificado por ele como desesperador.

Além de contribuir para a solução do problema dos meninos de rua, o vereador pedetista ainda destacou que seu projeto também propiciaria o embelezamento da cidade com a limpeza pública, já que as energias dos menores seriam orientadas para uma coisa produtiva. O vereador em seu projeto não citou em nenhum momento alguma medida voltada para a educação e saúde daqueles jovens. Os termos escola ou educação, não foram citados, talvez porque o vereador entendia que o trabalho, ainda na infância, dignificaria mais aquelas pessoas do que a educação. Não por menos, em 18 de agosto de 1991, o então prefeito Cássio Cunha Lima assinou a Lei número 2.348¹⁵⁰ que autorizava o trabalho dos menores.

Ao longo do tempo, o trabalho infantil no lixão foi objeto de atenção de muitos profissionais – assistentes sociais, médicos, psicólogos, pedagogos. Era alto o número de crianças que

¹⁴⁹Matéria publicada em 25/09/1991, página 3, Jornal da Paraíba.

¹⁵⁰Ver Semanário Oficial de nº 1173, publicado em 22/11/1991.

ajudava a complementar a renda familiar a partir da catação de lixo. Uma das alternativas encontradas pelo governo para coibir esta prática infantil foi a implantação do Bolsa-escola¹⁵¹ juntamente com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil¹⁵². No entanto, no final do ano 2000, houve um atraso de três meses no repasse do auxílio financeiro para as famílias carentes viventes do lixão, o que fez com que o número de crianças faltasse as aulas e voltasse a trabalhar no lixão da cidade para ajudar no orçamento doméstico. Segundo o então secretário de Trabalho e Ação Social, José Luiz Junior¹⁵³, 185 crianças cadastradas no programa estavam na situação de regresso ao trabalho, abandonando a jornada ampliada na escola, deixando de participar das atividades esportivas e culturais.

Nem sempre as relações trabalhistas ao longo da história foram pacíficas. No mundo de trabalho ligado ao lixo essa realidade não parece diferente. Garis e trabalhadores dos serviços urbanos e secretaria de obras paralisaram suas atividades por um dia em janeiro de 1992 como forma de reivindicar à prefeitura um abono de Cr\$ 40. O movimento dos trabalhadores foi em tom de advertência, decido após uma assembleia no auditório do Museu de Artes Assis Chateaubriand, mas que poderia ter continuidade a depender da resposta da Prefeitura. Depois desta paralisação de um dia, o então prefeito Cássio Cunha Lima, chamou os garis de baderneiros¹⁵⁴ e ainda ameaçou demitir aqueles que não recolhessem ou espalhassem o lixo nas ruas da cidade. O direito dos trabalhadores em reivindicar melhores condições salariais não foi bem visto pela administração municipal, e provavelmente a pecha de baderneiro causou tanta revolta quanto o não aumento de salário daqueles trabalhadores.

Apesar desta indisposição com os trabalhadores em fevereiro do referido ano, no mês de maio a Prefeitura anunciou a doação de terrenos para a construção de casas para 254 garis, contemplados com lotes urbanizados na região do Velame. Na ocasião de entrega dos lotes, o então prefeito Cássio Cunha Lima aproveitou o ensejo para anunciar a instalação de uma fábrica

¹⁵¹Tratava-se de um programa de transferência de renda sob determinadas condições para o povo brasileiro, em que os filhos de famílias carentes recebiam um auxílio financeiro do governo para estudarem e não abandonarem a escola para trabalhar fora e ajudar na renda da família. A proposta do referido programa já era discutida desde a década de 1980 nas universidades por sociólogos, a exemplo de Herbert de Souza e era também proposta de governo do Partido dos Trabalhadores. Alguns estados aderiram ao programa por conta própria durante a década de 1990, mas só no início dos anos 2000 o programa virou implementação federal na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsa-escola>

¹⁵² “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma iniciativa que visa proteger crianças e adolescentes, menores de 16 anos, contra qualquer forma de trabalho, garantindo que frequentem a escola e atividades sócio educativas. Seu objetivo principal é erradicar todas as formas de trabalho infantil no país, em um processo de resgate da cidadania e inclusão social de seus beneficiários. O programa oferece auxílio financeiro, pago mensalmente responsável legal do menor”. In.: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/peti/Paginas/default.aspx>

¹⁵³Em entrevista concedida ao Jornal da Paraíba, publicada em 2/11/2000, página 7.

¹⁵⁴Matéria publicada em 17/02/1992, capa do Jornal da Paraíba.

de tijolos naquele local, para que os próprios garis fizessem os tijolos necessários à construção das suas casas. Dizia a Prefeitura que como os tijolos modulados seriam fabricados naquele local, os custos para a construção das casas seriam consideravelmente reduzidos. Claramente, uma tática política para diminuir os gastos da Prefeitura a partir da exploração do trabalho daqueles homens. No seu exercício tão peculiar de retórica, o prefeito disse emocionado frente aos garis e repórteres que “esperava ver todos os garis do município dentro de suas casas próprias, sem nada a dever a ninguém¹⁵⁵”. Ora, o prefeito, que recentemente havia chamado os trabalhadores de baderneiros, neste momento entregava os terrenos (ação que não gerou despesas para a Prefeitura) e esperava que os garis construíssem suas casas às próprias despesas e força de trabalho, visto que não haviam recebido o abono reivindicado três meses antes. E seguia-se fazendo política em Campina Grande.

Nem só de conflitos e aparentes apaziguamentos se dão as relações “lixadeiras” de trabalho. Também há festa. Em Campina Grande, até o início dos anos 2000, era realizado um carnaval fora de época, onde o axé music baiano tocado nos trios elétricos que percorriam a cidade animava centenas de pessoas. Havia quem brincasse durante a festa e havia os que mantinham a limpeza das ruas para os brincantes passarem. O chamado Bloco Maluco Limpeza era formado por funcionários da secretaria de serviços urbanos, que com suas vassouras, pás e cestos limpavam as ruas depois da festa, recolhendo toneladas de lixo após o carnaval, sem abrir mão do bom humor e também da dança.

Nos festejos de carnaval fora de época, além do bloco maluco limpeza, havia o incentivo da Secretaria de Ação Social, da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza e da empresa Cometal para que catadores de latinhas tivessem uma renda extra no período festivo. Durante a Micarande, a citada empresa de reciclagem pesava e pagava aos catadores que se registravam no programa o valor correspondente às latinhas de refrigerante e cerveja recolhidas durante a festa. Uma pequena estrutura de pesagem das latas foi montada às margens do Açude Velho, onde passava o cortejo dos foliões, e eram empilhadas e armazenadas em caminhões. O quilo das latinhas recolhidas era pago aos catadores pelo valor de R\$ 0,60. Alguns catadores conseguiam fazer até R\$60,00 por noite. Não era uma atividade fácil até se chegar a esse valor, no entanto, inferimos o quanto se consumia de bebidas alcoólicas e de refrigerantes durante a festa. Ao mesmo tempo em que eram ressaltados os altos índices de reciclagem de alguns resíduos, como as embalagens feitas de alumínio (latinhas de cerveja e refrigerante) ou de papel/papelão apanhados após esse tipo de festa popular, não se publica normalmente qual a

¹⁵⁵Matéria publicada em 17/05/1992, página 8 do Jornal da Paraíba

lucratividade obtida pelas indústrias da reciclagem em detrimento do trabalho do catador e dos R\$ 0,60 que o mesmo recebia por quilo de latas.

O lixo público, ou lixo urbano, está intimamente ligado aos hábitos de consumo da população. Por isto acreditamos que o que se consome e a forma como se consome diz respeito às práticas culturais dos homens no meio. Isso aponta para o fato que quanto mais a população produz, mais consome e mais lixo acumula. Nas cidades de médio e grande porte, as embalagens descartáveis de metal e alumínio lideram este acúmulo.

Além da Prefeitura Municipal através de suas secretarias, e além das empresas privadas interessadas nas questões de reciclagem, e além das universidades, outras instituições faziam parcerias no sentido de tentar melhorar as condições de vida dos viventes do lixão. A igreja, por exemplo, era uma delas. Em 1999, o padre Vicente Celestino, da Paróquia São Cristóvão, juntamente com outras paróquias da cidade, com o apoio da UFPB e da prefeitura municipal de Campina Grande, inaugurou um projeto de cursos profissionalizantes para as pessoas do lixão, que aconteceu na Escola de Profissionalização Professor Itan Pereira¹⁵⁶.

Nos primeiros 3 meses de funcionamento da escola, foram desenvolvidos 10 cursos gratuitos: culinária, corte e costura, bordado, crochê, artesanato, encanador, pedreiro, marceneiro, eletricista e pintor. Segundo o padre Vicente, a bandeira que carregavam era a da “dignidade de vida daquelas pessoas”¹⁵⁷. Já o então secretário de educação, Harrisson Targino, que estava na inauguração da escola profissionalizante, assegurou o mérito daquele trabalho dizendo que aquele “era um dos trabalhos mais bonitos” feitos pela comunidade e Prefeitura, que “educar as pessoas que lidam com o lixo urbano é um trabalho que não se busca o reconhecimento, mas um trabalho de profunda humanidade”¹⁵⁸.

E aqueles homens, que tiravam do lixo seu sustento, sabiam muito acerca de humanidade e dignidade, bem como participavam ativamente do cenário político da cidade, especialmente no que se referia às questões relativas à limpeza urbana e reciclagem de resíduos. Tanto que em 15 de dezembro de 2006 ocorreu um volumoso protesto organizado pelos catadores de lixo da cidade, que chamou a atenção da sociedade e da imprensa. Os catadores protestavam contra a Prefeitura e denunciavam à sociedade¹⁵⁹ a devolução de recursos da ordem de R\$ 700 mil, que

¹⁵⁶A escola carrega o nome de um professor campinense, Itan Pereira, cuja atuação com a educação do município lhe fez atingir o cargo de secretário de educação, além de ter sido um dos maiores incentivadores do projeto.

¹⁵⁷O padre Vicente, antes da inauguração da escola profissionalizante, já tinha um projeto com sua paróquia de distribuição de sopa, de cestas básicas e de educação de jovens e adultos para a população vivente do lixão desde o ano de 1996, quando da Campanha da Fraternidade.

¹⁵⁸Ver matéria publicada em 26 de dezembro de 1999, página 10, Jornal da Paraíba.

¹⁵⁹Ver matéria publicada em 15 de dezembro de 2006, página 5, Jornal da Paraíba.

teriam sido originados do Ministério das Cidades para Campina Grande, para a implantação de um projeto de coleta seletiva de lixo.

Inicialmente, no protesto, os catadores fizeram barricadas em frente ao lixão, impedindo que os caminhões entrassem e depositassem o lixo. Em seguida, foram em caminhada pelas principais ruas do centro da cidade até chegar à Praça da Bandeira, onde levantaram cartazes, apontando o prejuízo sofrido por eles e pela cidade como um todo. Dirigiram-se ainda até o gabinete do prefeito, onde também fizeram barulho. A então presidenta da Cooperativa dos Catadores de lixo de Campina Grande (Cotramare), a senhora Lucicleide Henrique Nascimento, explicou que aqueles recursos seriam destinados ao melhoramento da coleta seletiva realizada pelos catadores do Lixão da Alça Sudoeste, como também nos bairros da Catingueira, Alto Branco e saída para a cidade de Massaranduba. Tal projeto não beneficiaria apenas os 90 cooperados, mas sim todas as famílias que catavam informalmente no lixão e teriam a possibilidade de realizar suas atividades de forma mais digna, se aquela verba tivesse sido aplicada.

A cooperativa dos catadores procurou também uma agência da Caixa Econômica Federal na cidade, e foi explicado que aquele recurso de quase R\$ 700 mil era referente às emendas do Ministério das Cidades em 2004, mas que a quantia sequer foi repassada à Caixa pois a Prefeitura de Campina Grande não viabilizou o projeto conforme os padrões exigidos. A Prefeitura tentou “limpar” a situação, dizendo que à época ninguém se inscreveu no edital de licitação para execução do projeto, e que os catadores não se preocupassem pois em 2007 haveria uma nova liberação de recursos federais para a execução do projeto, como se esse intervalo de tempo não fosse um agravante para os problemas ambientais e para a vida dos trabalhadores que dependiam daquele projeto. Mais uma vez, o poder público “joga a sujeira para baixo do tapete” e finge estar tudo bem.

Quanto à regulamentação legal da profissão de catador e dos debates em que se discute o papel social daqueles, temos um evento importante: o 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ocorrido em Brasília em junho de 2001. Este evento foi fruto de eventos regionais menores, e contou com a participação de 17 estados brasileiros, num total de 1600 pessoas, entre catadores, técnicos e agentes sociais. O fruto deste congresso foi a redação da Carta de Brasília¹⁶⁰, que tinha por objetivo regulamentar a profissão de catador¹⁶¹ e romper com a impressão de identidade negativa atribuída a eles. Diz a carta:

¹⁶⁰CARTA DE BRASÍLIA, Brasília, 2001. Disponível em www.lixo.com.br/marcha.html acessado em 15 de janeiro de 2017.

¹⁶¹Ver mais detalhes sobre a regulamentação em http://www.lixo.com.br/documentos/cbo_reconheci

conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

A proposta do documento era apontar as necessidades de garantir a presença ativa dos catadores na cadeia produtiva do lixo, com estratégias de inclusão social e geração de trabalho e renda¹⁶². Embora a categoria *Catadores de material reciclável* seja reconhecida pelo Código Brasileiro de Ocupação, a atividade exercida por ela não é uma atividade regulamentada politicamente, o que priva seus trabalhadores de todos os benefícios trabalhistas¹⁶³.

O trabalho de catador aparece nos registros históricos desde o início do século XX. Outrora, eram chamados de garrafeiros, por recolherem garrafas vazias e vidros em geral. A partir da década de 1950, outros materiais, que não só o vidro, passaram a despertar interesse do comércio. Surgem novos trabalhadores personagens: o papeleiro, o lateiro, o comprador de ferro. Assim se definiu a figura do catador de rua, de lixões e aterros que posteriormente puderam se vincular a associações e cooperativas. Segundo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis¹⁶⁴, até o ano de 2006, cerca de oitocentos mil catadores, organizados em cooperativas e/ou associações, legitimavam a atividade no país¹⁶⁵.

Nas nossas entrevistas, questionamos às colaboradoras como se deu a iniciativa de trabalhar no lixão, ao que elas responderam:

Comecei a trabalhar no lixão com 9 anos de idade, ainda lá no Catolé. Depois que ele se mudou eu acompanhei. Acompanhando meus pais. Foi. Era eu e mais 3 irmãos. (Valdinete)

mento_da_profissao_de_catador.pdf acessado em 15 de janeiro de 2017.

¹⁶²Para mais detalhes, ver <http://www.mncr.org.br>, página do Movimento Nacional de Catadores de recicláveis, que apresenta as ações do movimento desde sua criação até os dias atuais.

¹⁶³O Código Brasileiro de Ocupação (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego, após estudos realizados por seus pesquisadores, reconhece a existência de ocupações, no entanto, a regulamentação das atividades só é fornecida por lei, cuja apreciação é feita no Congresso Nacional por Deputados e Senadores e depois levada a aprovação do Presidente da República. Ver www.mtebo.gov.br. Ver também SILVA, Simone Lira da. *Negociando identidades: uma etnografia entre trabalhadores com o lixo em Santa Maria/RS*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

¹⁶⁴Ver <http://movimentonacionalcatadores.org.br>.

¹⁶⁵No entanto não temos como precisar a quantidade destes trabalhadores em nossa cidade, pois existe a dificuldade do município em mapear quem são os trabalhadores com o lixo e os acontecimentos que os envolvem. Pois, além destes trabalhadores estarem em constante movimento, não necessariamente se identificam como alguém que trabalha com o lixo em todas as circunstâncias.

Desde 2001. Quando o lixão chegou ali pro Mutirão. Eu tava desempregada, aí fui trabalhar lá. Porque eu tava desempregada, não achei serviço, fui me virar lá. Tava com 3 criança pequena... As vezes eu levava meu marido, mas eu só ia assim mais de noite, porque de dia ele trabalhava na Ceasa, descarregando caminhão na Ceasa. Aí no dia que ele não ia pra Ceasa é que ele ia mais eu. Um dia sim, um dia não eu ia fazer serão, porque eu tava com uma filha pra casar e eu tinha que trabalhar que era pra alugar o vestido dela, que o pai dela não me ajudou. Nesse tempo era, se não me engano, duzentos e alguma coisa o vestido. (Geralda)

A necessidade falou mais alto, porque não tinha emprego. E não deixa de ser um emprego digno como qualquer outro né? (Marinalva)

Percebemos que a necessidade falou mais alto. Para aquelas mulheres, não haviam alternativas. Encontraram no lixo a dignidade de ter um trabalho e uma renda. No entanto, as condições de trabalho eram bastante precárias, sobre equipamentos de proteção, elas diziam que tinham “Só a proteção de Deus”.

Nós trabalhava no meio do tempo, né? Era cada um por si e deus por todos. Não tinha esse negócio assim de ajuda não. (Lucicleide)

Na cooperativa Catamais, encontramos nove mulheres cooperadas. Só mulheres trabalhavam na cooperativa, o espaço era eminentemente feminino. Perguntamos o porquê, ao que elas explicaram:

Quando abriu a cooperativa eles vieram e ficaram até o mês passado. (Maria do Socorro)

Eram 23 cooperados. 23 misturado, homem e mulher. Aí foi saindo, saindo, aí ficou mais mulher. Aí os homens foi se escorando, não queria trabalhar direito, o caminhão chegava cheio de material, nem do canto saía pra descarregar. (Maria de Lourdes)

Eles inventava de deixar a gente no caminhão e ia coletar não sei aonde, quando pensava que não, lá vem eles com os carrinho vazio. (Maria de Fátima)

Aí era briga demais, e nós trabalha um pra todos, todos pra um. Aí pra parar de briga que não tem lógica, vamo se reunir, a maioria é mulher, vamo se reunir e vamo tirar. Tomemo as rédias da coisa. E tamo empurrando aí. (Maria José)

O que a gente fazia com eles, nós faz sem eles. (Maria de Lourdes)

Foto 1 – Cooperativa Catamais.



Fonte: Acervo da autora. Fotografia retirada após a entrevista.

Entendemos que a história dos gêneros é a história de uma experiência social constantemente renovada entre o universo masculino e o universo feminino. O relato de experiência daquelas mulheres com o universo masculino em seu ambiente de trabalho nos permite perceber que as relações de força e de poder entre os sexos se discutem e se constituem de maneira muito diversa, se configurando sobretudo numa “experimentação”, não numa “fatalidade”. Segundo Salama¹⁶⁶, grande parte da força de trabalho na catação na América Latina é formada por mulheres.

¹⁶⁶ A pesquisa de Salama afirma que umas das principais causas do aumento do trabalho feminino e infantil na América Latina está na redução substancial dos rendimentos das famílias, que procuram na inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, suprir ou minimizar a redução dos seus rendimentos. Ver SALAMA, P. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Foto 2 – Cooperativa Catamais.



Fonte: Acervo da autora. Fotografia retirada após a entrevista.

A força do feminino daquelas mulheres era impressionante, visto que o trabalho de catar, prensar e carregar é bastante pesado. No entanto, aquela força não ocupa o lugar da vaidade, pelo contrário, andam juntas. Vimos que aquelas mulheres usavam adereços femininos para se enfeitar e se embelezar. Os anéis, brincos, batons e unhas pintadas são indispensáveis.

A gente tem que se ajeitar né? Botar um batom. (Maria de Lourdes)

A gente bota uma manguita pra não queimar os braços, bota um protetor, quando não tem passa um creme mesmo... nós somos mulher. (Valdinete)

Não é porque a gente trabalha com lixo que vai relaxar. (Maria de Fátima)

Pra você ver, quando a gente se arruma e passa pelas mulher que a gente pega nas casas elas não conhece pelo jeito que a gente ta vestida, porque se a gente passar com uma camisa dessa, já vê de longe, mas se for com uma roupa comum elas já não conhece. Essa semana uma mulher que a gente pega na casa dela lá no Catolé, ela passou por mim, olhou na minha cara e não reconheceu. Aí quando eu cheguei na casa dela eu disse “a senhora não me reconheceu”, ela disse “aonde”, eu “lá na integração”, ela disse “não conheci não”, “a senhora passou por mim, olhou na minha cara”. (Maria do Socorro)

Estar inseridas no mundo do trabalho com lixo não faz com que essas mulheres se brutalizem. Pelo contrário. Elas querem e merecem ser vistas, elogiadas e reconhecidas. Mary

Douglas¹⁶⁷ diz que “o corpo social determina a maneira como percebemos o corpo físico e que a experiência física do corpo mantém certa visão da sociedade”. Assim, o corpo das catadoras é entendido também como um meio de expressão, segundo o qual suas formas expressam em muitos sentidos as pressões sociais que aquelas mulheres sofrem durante sua experiência de trabalho na realidade que experimentam cotidianamente.

A última fala de nossa depoente nos indica que embora os trabalhadores catadores de lixo, apesar de estarem inseridos informalmente no circuito econômico dos resíduos recicláveis, estão longe dos olhos daqueles que geram o lixo nos centros urbanos, são quase invisíveis por quem está do outro lado da linha de produção e consumo. A maioria dos cidadãos nunca foi a um lixão e nunca viu de perto como se realiza o trabalho de catação num espaço como aquele, ou mesmo nas ruas.

As catadoras entrevistadas também estão distantes também do contato com empresários e das portas das indústrias recicladoras, que se interessam pelas mercadorias que recebem e não na maneira como se dá efetivamente o trabalho daquelas mulheres que as fazem chegar até as suas engrenagens.

Com relação às vivências em seu mundo de trabalho, tendo como matéria prima o lixo, tivemos a oportunidade de conhecer um outro perfil de trabalhador. Não o catador de lixo, mas o comerciante, ou, chamado sucateiro. Dona Deda e seu filho Iraildo nos fornecem indícios para conhecer a dinâmica deste tipo de atividade. Ambos nunca foram catadores. À época da existência do lixão no bairro do Mutirão eles mantinham contato com os catadores, compravam os materiais que poderiam ser vendidos como recicláveis e revendiam para sucatas maiores ou pequenas indústrias. A ideia de comércio está muito mais presente em sua atividade e em seus discursos, Iraildo nos conta como começaram:

Eu trabalhava numa fábrica de botas. Aí saí e fiquei recebendo o seguro. Aí fui em Pernambuco e tava conversando com um amigo meu que tinha uma sucata lá, comprava esses negócios de papelão, aí eu falando com ele eu disse que tinha um terreno vizinho a minha casa, que é de um homem que tem um monte de terreno alugado, e esse terreno tava cheio de mato. Aí quando eu voltei eu disse “rapaz, esse terreno dava pra montar uma sucata”. Eu não sabia muito como era, mas sabia que ia comprar essas coisas, aí fui lá no distrito pra o povo me ensinar como era que comprava nos preços. Aí falei com ele, ele disse que tava certo. Aí descobrimos que lá embaixo tinha uma fábrica de moer cacareco, aí eu já vendia a ele. Aí ele deu os preços pra eu saber quanto era que eu comprava pra poder ganhar uma coisinha. Naquele tempo a gente comprava a 10 centavos, hoje já é 50. Não sei se foi em 2002, 2003... a gente

¹⁶⁷ DOUGLAS, M. *Los dos cuerpos*. In. *Símbolos Naturales: exploraciones em cosmología*. Madrid, Alianza Editorial, 1970.

começou aqui com uma balançazinha dessas de pesar galinha, pequena. E quando a quantia era grande demais a gente comprava no olho, dizia “rapaz, eu te pago x aí”. A gente analisava mais ou menos o preço e dizia “eu pago x”. ele dizia ta certo. A gente ao tinha como pesar. Aí a gente foi comprando, ganhando mais um pouquinho, comprando uma balancinha maior. Hoje a gente tem essa que pesa 500 quilo.

Deda completa:

A gente se reuniu e chamou os meninos, como eles não tinha também emprego... aí foi se juntando e organizando. Ele tinha um cavalo, aí comprou uma carroça de burro, e a gente começou a trabalhar em carroça de burro. Aí foi começando, trabalhando, e compramos um carro velho, e assim eu sei que a gente ta nessa batalha até hoje. Não é aquela coisa que a gente ganha um dinheirão, mas dá pra o sustento da gente. A gente dá pra manter.

Percebemos que antes de iniciara sucata, nossos colaboradores se inteiraram de como o comércio funcionava, quais materiais serviam, qual o valor de cada material e de quem comprar e para quem vender. Talvez esse cuidado com o que fazer ou em que investir o dinheiro que recebeu do seguro desemprego da fábrica onde trabalhava foi decisivo para as economias que fizeram, que possibilitou a compra de materiais mais adequados para o trabalho com a sucata, como a balança e a carroça de burro. Hoje, mesmo que Dona Deda diga que não ganham “um dinheirão”, eles conseguiram, à custa de seu trabalho, ter hoje um caminhão estacionado na sucata para transporte dos materiais recicláveis e um carro popular para o passeio da família.

Foto 3 – Sucata de Deda e Iraildo.



Fonte: Acervo da autora. Fotografia retirada após a entrevista.

Sobre os custos e lucros em cada material, Deda diz que

o mais barato é o ferro, a 10 centavos o quilo, e o mais valioso é o cobre. A gente compra o quilo de cobre a 11 reais, já repassa a 13, e essa pessoa leva pra João Pessoa ou Recife e já vende a outro preço. No cobre a gente ganha 2 reais no quilo. Já as outras coisas é 10 centavos, 50 centavos. 1 quilo de papelão eu compro a 17 centavos e vendo a 25. Veja aí meu lucro, tem material que em 1.000 quilos é que eu ganho 100 contos. Aí eu vou tirar as despesas de casa e do povo que trabalha comigo.

No total são quatro pessoas que trabalham na sucata de Deda: ela, seu marido, seu filho Iraildo e mais um rapaz contratado, que recebe semanalmente da sucata.

Quando questionados acerca da existência do lixão e do vínculo de seu trabalho com aquele espaço, nossos entrevistados dizem que à época do funcionamento do lixão eles lucravam mais. Havia mais gente catando, catando tudo a toda hora. O acesso à matéria prima que necessitavam era mais fácil, então havia mais demanda. Iraildo diz que os fatos aconteceram numa crescente inversa: quando o lixão estava ativo, e as sucatas começaram a aparecer, aumentou o número de sucateiros na cidade. Quando o lixão foi extinto e o aterro sanitário limitou as regras de acesso dos catadores, as sucatas sentiram o peso da concorrência e da limitação de material, consequentemente diminuição de lucros no comércio.

É porque quando tinha o lixão a gente tinha mais material. Hoje não. Porque tem mais sucata. Aqui mesmo nessa área tem a minha, tem outra na esquina e outra ali embaixo. Então eu fiquei no meio. A concorrência aumentou muito. O de lá mesmo trazia papelão pra mim, toda semana a gente pesava e eu dava a notinha e pagava a ele. Aí ele viu como era o sistema e abriu pra ele. Aí na época do lixão era melhor porque vinha de três quatro carrada. Aí diminuiu por causa de lá e aumentou a concorrência aqui. Nem tem espaço. Na época do lixão a gente tinha condições de tirar 10 mil quilos de ferro, mas de lá pra cá quando começou aquela concorrência, aí eu não tive.

Quando questionados acerca da importância de seu trabalho para a preservação do meio ambiente, Iraildo disserta:

Imagine aí se não existisse a sucata, imagine aí como seria o mundo hein? O lixo? Todo mundo em todo canto que passasse no meio do lixo. Aí tinha que ser tudo queimado né? O com o reciclável, quem não tem outro emprego, junta aquilo ali, ta ganhando um dinheirinho e ta limpando o meio ambiente né? é muita gente produzindo lixo e é muita gente catando. Tem semana que agente fica agoniadinho. Que é muita gente. Chega caminhão, pesa, chega catadorzinho pra pesar, a gente fica agoniadinho. Tem semana que afraca. Essa semana mesmo em época de chuva afraca mesmo.

Quando nosso colaborador faz a reflexão “*Imagine aí se não existisse a sucata, imagine aí como seria o mundo hein? O lixo? Todo mundo em todo canto que passasse no meio do lixo*”, percebemos que ele tem a consciência ambiental da atividade que desempenha, mas nem todos os catadores nem todos os leitores deste trabalho talvez tenham ideia, em números, de quanto tempo o meio ambiente levaria para degradar determinados materiais. A decomposição de uma lata de alumínio, por exemplo, pode levar até 500 anos no meio ambiente, de uma garrafa pet até 450 anos, do papel de 1 a 3 meses e um vidro incolor até 4.000 anos¹⁶⁸.

Uma coisa os sucateiros e as catadoras que entrevistamos tem em comum: não veem lixo como lixo. Diferente da percepção que uma pessoa comum, que descarta todos dias materiais que julga como lixo, aquelas pessoas atribuem um valor àquilo que foi jogado fora, ressignificando-o como dinheiro para seu sustento. Deda ilustra isso em sua fala.

a gente não vê lixo. Tudo que recicla não é lixo. Ali tudo é dinheiro, uma garrafa de refrigerante, uma bacia, uma embalagem de shampoo, o que muita gente vê como lixo, a gente vê como dinheiro. Um litro de vidro, ou uma garrafinha de cachaça, é 10 centavos. Se eu for passando na rua e ver, oxe, eu pego. Se eu for passando num canto e tiver uma cadeira dessa de plástico quebrada, eu pego. Uma cadeira dessas é 60 centavos o quilo, ela pesa dois quilos, dá 1 e 20. Já da pra comprar o que? Com suas cadeiras dessa você vende e já da pra ir na padaria comprar 2 reais de pão. Dá o que, 12 pão. Já alimenta a família.

12 pães para alimentar a família é o que significa dois quilos de cadeiras de plástico. Embora não valha tanto quanto pesa, essa significância é muito própria de quem tira seu sustento do que para muitos é lixo.

Outra característica percebida em comum no trabalho das catadoras e dos sucateiros é a forma como eles organizam os materiais no espaço de trabalho na cooperativa, no caso das catadoras, e na sucata, no caso dos sucateiros. Os materiais são amontoados de acordo com o seu tipo. O que nos parece uma desordem que dificulta a circulação das pessoas no meio dos materiais, na verdade tem toda uma lógica que organiza e até hierarquiza por tipo, cor, peso e tamanho os materiais a serem empacotados e levados à venda. Com aqueles trabalhadores podemos perceber de perto o sentido da palavra aproveitar.

¹⁶⁸Ver NALINI, José Eduardo. *Mercado de reciclagem de lixo no Brasil: entraves ao desenvolvimento*. Pós-Graduação em Economia Política. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

Foto 4 – Cooperativa Catamais.



Fonte: Acervo da autora. Fotografia retirada após a entrevista na cooperativa Catamais.

Foto 5 – Sucata de Deda e Iraildo



Fonte: Acervo da autora. Fotografia retirada após a entrevista na sucata de Deda e Iraildo.

Percebemos que uma rede complexa de consumo, trabalho e comércio se forma em torno do lixo. Desde o gari que coleta, até o catador, passando pelo sucateiro que media a compra e venda para pequenas e grandes indústrias de reciclagem, que vão gerar novos produtos a serem consumidos pelas pessoas que o descartarão brevemente em moto contínuo. Neste processo, trabalhadores pobres e empresários realizam verdadeira disputa pela apropriação dos restos,

conferindo a eles novos sentidos: para eles, lucro, sustento, dinheiro; para nós, lixo. Assim, como afirma Gonçalves¹⁶⁹, o que outrora era mercadoria com determinadas qualidades em um circuito específico, assume, na condição de resíduo reciclável, outras qualidades, novamente como mercadoria, mas agora dentro de um outro circuito econômico, que se estrutura e conta com a participação de outros atores.

Quando questionados acerca da importância de seu trabalho e de como a sociedade enxerga a atividade que desempenham, os sucateiros nos dizem:

Com certeza, nós somos satisfeitos. A gente tem a consciência que ta fazendo o bem pra gente e pro meio ambiente, pro mundo, e pra quem precisa vender a reciclagem, a gente tem orgulho. A gente ajuda outras pessoas, tem um catador pobrezinho que todo dia traz uma coisa, e a gente vai anotando num papelzinho, todo sábado ele vem pegar o dinheiro do que ele vendeu na semana. Foi quanto? Foi tanto. Em todo canto que eu chego eu digo que trabalho com recicláveis, não tenho vergonha de dizer. A gente nunca sofreu preconceito, e é um trabalho justo. Olhe, tem dia de minha mesa ter 12, 16 pessoas pra comer, e come tudo daqui do trabalho com reciclável. Tudo que eu tenho tiro daqui. Eu arrumo minha feira tranquila. A gente fica assim imaginando como as coisas de hoje em dia na tecnologia ta mais avançada né? Porque antes pra pegar um ferro você tinha que tirar um minério do chão, fazer um bocado de coisa pra transformar em ferro. Hoje não. Hoje eu levo daqui pra fábrica, o cabra joga no moinho, no forno e já faz o vergalhão, a chapa. Tudo que a gente recicla aqui a gente sabe que tem um benefício.

3.3 Lixo e saúde pública

Sabemos que a legislação vigente orienta que hospitais e postos de saúde descartem e tratem seu lixo de forma específica, diferentemente do que é feito com o lixo residencial, comercial ou industrial, por exemplo. Os hospitais deveriam fazer a incineração do lixo hospitalar, mas muitos não cumpriam a determinação e continuavam descartando seus detritos para que fossem recolhidos pelos carros de coleta da Prefeitura, que posteriormente seriam destinados ao lixão da cidade. Esses eventos eram bastante comuns na década de 1990.

Preocupada com essa situação, a vigilância sanitária do município, sob coordenação do senhor Robson Leopoldino, preparou uma equipe para fiscalizar todos os hospitais da cidade, bem como consultórios e clínicas, no tocante ao controle da infecção hospitalar. Robson Leopoldino dizia que cada hospital deveria ter sua comissão interna de fiscalização de descarte

¹⁶⁹Ver GONÇALVES, Marcelino Andrade. *O Trabalho no Lixo*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela UNESP. Presidente Prudente: 2006.

de resíduo, bem como deveria ter seu próprio incinerador, para evitar o máximo possível que esse lixo hospitalar fique em contato com a cidade e evitar que seja transmitido aos catadores de lixo do aterro sanitário a contaminação por algum material do hospital.

Curioso é que mesmo havendo certa preocupação por parte das autoridades públicas em saúde, vide as visitas que os médicos do SUS que trabalhavam do Programa de Saúde da Família – PSF – faziam aos moradores do lixão, os mesmos muitas vezes pareciam não se importar ou não ter a real noção de como aquele ambiente poderia causar danos à saúde. Há uma série de registros e relatos em que os moradores consumiam os produtos e alimentos que eram jogados no lixão, mesmo estando muitas vezes estragados e com prazo de validade vencido.

Um exemplo disto ocorreu quando, no ano de 1998, cerca de 100 toneladas de farinha de trigo oriundas da Argentina chegou ao porto de Cabedelo¹⁷⁰ já estragada, exalando um mau cheiro devido à penetração da água do mar nos produtos. A farinha foi enviada para Campina Grande para ser enterrada no lixão da cidade, o que foi feito. No entanto, a população que residia no lixão e dali tiravam seu sustento, desenterrou a farinha de trigo para consumi-la e, segundo a imprensa local¹⁷¹, até para vender a um baixo valor para panificadoras da cidade.

Depois que a curadoria do consumidor apurou a denúncia, organizou-se uma ação conjunta com a Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Polícia Federal para dissolver a farinha trigo. Escavadeiras foram utilizadas para desenterrar a farinha e depois carros pipas molharam toda a farinha estragada, dissolvendo-a. Segundo o curador Roberto Sarmiento, a utilização do produto estragado por panificadoras ainda não havia sido confirmada, mas seria apurado e se de fato tivesse ocorrido, os responsáveis seriam punidos.

As questões relativas ao lixo e saúde pública são e parecem ter sido sempre delicadas. Especialmente porque a fragilidade e a bruteza da natureza humana se expõem de modo mais visível. Para ilustrar o que estamos a afirmar, no ano de 2002, observamos que vidas humanas ceifadas foram atiradas ao lixão. Naquele ano¹⁷², cinco fetos foram encontrados no lixo, sendo um deles no lixão, dois na rede de esgoto do bairro das Malvinas e do Rosa Mística, um no canal do açude de Bodocongó e um jogado num pacote de dentro de um ônibus quando passava no bairro do Monte Castelo. Os fetos encontrados, chamavam a atenção dos populares e mais

¹⁷⁰Cidade portuária conurbada com a capital paraibana, João Pessoa.

¹⁷¹Matéria publicada em 28/10/1998, página 6 do Jornal da Paraíba.

¹⁷²Encontramos registros de um bebê recém-nascido, com os nove meses completos, do sexo masculino, pesando 3 quilos e setecentos gramas, ainda envolto no cordão umbilical, mas já sem vida, jogado numa caixa de papelão no lixão da cidade. O bebê foi encontrado por catadores que trabalhavam no lixão e encaminhado à polícia e à unidade de medicina legal. Matéria publicada em 07 de agosto de 2008, página 4, Jornal da Paraíba.

ainda das autoridades da saúde pública na cidade. Paralelamente a esse descarte de fetos, observou-se naquele mesmo ano a venda ilegal e perigosa de um medicamento abortivo chamado Cytotec cuja venda já havia sido proibida nas farmácias desde o ano de 1998 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O Cytotec poderia ser comprado no mercado ilegal por até R\$ 30,00, e naquele ano de 2002, segundo investigação das autoridades da saúde e da segurança pública, o público que mais consumia o medicamento eram adolescentes grávidas. Observamos assim que o destino final para aqueles fetos, depois da falta de planejamento e consumo ilegal e perigoso de uma medicação, era, fatalmente, o lixo¹⁷³.

Com relação a área de saúde, instituições públicas também pareciam ser negligentes em seu descarte ao lixo hospitalar. Em 28 de novembro de 2012, a imprensa local divulgou¹⁷⁴ a notificação e multas feitas pela Sudema ao Hospital Universitário Alcides Carneiro pelo acúmulo irresponsável de lixo infectocontagioso. Naquele ano, o Hospital universitário acumulou em 5 meses cerca de 10 toneladas de lixo. Oito denúncias do problema foram feitas, então a Superintendência de Administração do Meio Ambiente multou o hospital em 5 mil Reais. A quantidade de lixo acumulada ultrapassava dois metros de altura até a visita da Sudema ao local, e estava sendo acumulada em frente aonde seria construída a piscina de fisioterapia do hospital. Nos sacos de lixo encontravam-se seringas, estiletes, luvas descartáveis e vidros de medicamentos. Tal fato demonstra a irresponsabilidade daquele hospital público, que expunha os pacientes ao agravamento de seus quadros de doença. O lixo hospitalar, conforme legislação, deve ser recolhido diariamente e incinerado em local apropriado.

A diretora administrativa do hospital justificou o acúmulo do lixo infectocontagioso, em função da empresa terceirizada não ter cumprido com seus compromissos, e que o lixo do hospital aumentou em 37% depois da reforma de três unidades do hospital. Na época, 890 quilos de lixo eram produzidas no Hospital universitário. Os mesmos problemas voltaram a ocorrer em 2013, quando o hospital foi multado em dez mil Reais.

Conversando com nossas colaboradoras, questionamos acerca da saúde das mesmas e se já haviam adoecido por trabalhar no lixão.

Não, durante esse tempo que eu trabalhei no lixão eu nunca tive nada.
(Lucicleide)

Graças a deus eu, esse tempo todinho que trabalhei lá, 15 anos, pra não dizer que não peguei, peguei uma gripe besta que todo mundo pega. (Maria do Socorro)

¹⁷³Ver matéria publicada em 08 de dezembro de 2002 no Jornal da Paraíba, página 4.

¹⁷⁴Ver matéria publicada em 28 de novembro de 2012 no Jornal da Paraíba, página 3.

Porque ali a gente fica na chuva e no sol né? (Marinalva)

Levava muita fumaça e poeira. (Deusimar)

Se eu adoeci eu não vi. Casei no lixo, criei meus três filhos, estão todos criados, mas através do lixo não adoeceram não. (Geralda)

Eu cheguei ainda. Cheguei a escarrar até sangue, mas era por causa dos pneu que o pessoal queimava. E a poeira. Era muita poeira. Muito carro, muito caminhão, muita caçamba. Aí juntava a poeira com a fumaça, eu passei uns seis mês em casa sem poder trabalhar. Fui no médico, fiz exame de escarro, fiz tudo. (Maria de Lourdes)

Percebemos que as entrevistadas não associam o lixo a problemas de saúde. Já o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh), nos diz que aqueles trabalhadores, sejam eles catadores ou mesmo garis e varredores, estão expostos a pelo menos seis tipos de fatores de risco: físicos, químicos, mecânicos, ergonômicos, biológicos e sociais¹⁷⁵. Assim, abre-se espaço para reflexões em outros campos, o da saúde ambiental, por exemplo, definida pela Organização Mundial de Saúde¹⁷⁶ como “o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar”. A partir desta definição, o conceito de saúde mostra-se como resultado das condições de vida do homem e do ambiente. O padrão de desenvolvimento de nossa sociedade favorece a degradação ambiental por meio da exploração predatória dos recursos naturais e da crescente poluição, degradando também as condições de saúde e qualidade de vida da população. Assim, à medida em que o consumo e produção de lixo se torna uma questão coletiva, as sensibilidades urbanas através do lixo se transformam numa questão política.

A Agenda 21¹⁷⁷ estimou que mundialmente cerca de 5,2 bilhões de indivíduos, dentre eles 4 milhões de crianças, morrem anualmente em consequência de doenças relacionadas ao lixo. O lixo é um dos pilares na estrutura epidemiológica de uma comunidade, mas tal fato não é citado pela maioria das depoentes.

Outro fato curioso é que elas acham que os acidentes de trabalho, mesmo os de grau leve, são normais, inerentes à atividade. Ossos do ofício, como se diz.

¹⁷⁵Ver VELLOSO, Marta Pimenta; SANTOS, Elizabeth Moreira; ANJOS, Luiz Antônio. *Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro*, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro. Out-dez, 1997, p. 693.

¹⁷⁶Ver Política Nacional de saúde ambiental, disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/svs>

¹⁷⁷Ver <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

Acidente já porque é normal, né? (Geralda)

Sempre aconteceu uns cortes, porque a pessoa que trabalhava dentro do lixão não tinha luva, não tinha bota, era os sapato véi que a gente achava e calçava pra não se prejudicar, aí sempre acabava se cortando, porque ali o movimento é mais das mãos né? Abrindo as sacolas, as vezes até separando o material mesmo, um vidrinho, se corta. (Maria de Fátima)

Já. Uma vez eu levei uma furada de ferro na perna. Eu ia passando, não vi o ferro, aí o ferro entrou na minha perna. Dava pra levar o que... uns quatro ponto, mas eu não fui. Fui no posto, fiz um curativo. A médica disse “minha filha, tem que ser ponteadado, vá, vá no hospital”. Porque lá tava sem coisa pra poder costurar. Aí eu curei em casa. Fui botando remédio, fui botando pomada... outra vez eu me cortei com um vidro. Vinha com o saco e não vi o vidro, quando peguei assim foi na ponta, aí rasgou. Esse eu levei quatro ponto. (Maria José)

Na verdade, alguns acidentes de trabalho, chegavam a ser fatais, e testemunhados pelos próprios colegas catadores.

Teve um colega que trabalhava no lixão que foi pegar, né. Porque lá era, corria atrás dos carros e já botava o gancho perto dos carros pra marcar o lugar de cavar. E aí ele escorregou e foi pra debaixo do pneu. Foi triste a morte dele debaixo do pneu. Faleceu lá no local de trabalho. (Lucicleide)

Questionamos as nossas colaboradoras quais os materiais mais diferentes que encontraram na catação do lixão, ao que as respostas foram as mais diversas e surpreendentes.

Um pé. Sério. Um pé, uma mão, menininho nos vidro. Porque era assim, quando vinha o caminhão a gente corria pra cima, pra ver se vinha carne ou alguma coisa né? A primeira coisa que eu peguei foi um corpo de uma pessoa dentro de uma bolsa. (Maria do Socorro)

Comigo também, eu vi uma bolsa preta aí eu dei. Eu pensava que era material, porque tava tão pesado. Aí quando nós abriu era uma pessoa toda cortada, esquartejada e escaldada. Nós conheceu por causa do pé. Nós nem achava que era gente, pensava que era qualquer carne de levar pra casa pra comer, aí quando nós viu o pezinho ali... aí achou, ligou pro repórter, o repórter veio com a perícia pra recolher. Nós não podia mexer naquilo ali. Aí vinha a polícia. (Maria de Fátima)

Na verdade não era pra cair ali dentro, era pra cair no lixo hospitalar, que era perto do lixão mas mais embaixo. (Maria de Lourdes)

Eu acho que esse tipo de lixo tinha que chegar e ser aterrado logo né? Porque esse tipo de lixo aí não pode tá junto com outro lixo. Isso era uma coisa pra ser separada, chegou levou. (Valdete)

Isso não é pra ficar no lixo comum, porque não se sabe se foi um criminoso, se foi no coletor do hospital ou no coletor de rua. (Valdinete)

Um amigo meu uma vez já tinha cavado, já tinha limpado o coletor, tinha catado o lixo todinho, aí saiu cavando atrás. Quando viu um sacão daqueles preto de botar lixo, quando desatou que abriu o saco, um menino, normal, um menino de uns nove mês, bem bonitinho, tão bonitinho o danadinho, bichinho... morto dentro do saco. Os cunhãozinho dele, com licença da palavra, pia o tamanhinho. Chega meus olhos encheu d'água. Eu digo, por que o povo faz uma coisa dessa, criatura? Aí ligou pro repórter, pra polícia, aí levaram o saco preto com o menino. (Maria de Loudes)

É chocante ouvir/ler relatos de corpos encontrados no lixão, especialmente quando são corpos de crianças. Nos leva a pensar que a dimensão daquilo que o ser humano é capaz de descartar ganha contornos inimagináveis. No caso destes relatos, o corpo se coisifica a ponto de ser embrulhado numa sacola e ser jogado fora, como uma coisa, um lixo qualquer.

3.4 Alternativas apontadas: possibilidades de tratamento do lixo

As maneiras como o lixo deveria e deve ser descartado é um debate antigo e necessariamente reiterado. Possivelmente, se tivéssemos mais rigor com o descarte ou mesmo com alternativas de reuso, os problemas que enfrentamos seriam menores. Mas como descartar, por exemplo, embalagens de produtos agrotóxicos, para que elas não façam mal ao homem e ao ambiente após seu uso?

Tal resíduo foi motivo de campanha em agosto de 2000. Após entrar em vigor o decreto do governo federal que disciplinou o destino final das embalagens de agrotóxicos na Paraíba, a secretaria de agricultura do estado desenvolveu uma campanha junto aos produtores rurais, fabricantes e revendedores, conscientizando-os sobre os perigos da reutilização de embalagens daqueles produtos. O decreto determinava que os usuários deveriam devolver às lojas as embalagens de agrotóxicos depois do uso do produto, com o objetivo de disciplinar o destino final. A devolução seria importante para evitar que as embalagens fossem jogadas ao ar livre ou reaproveitadas como recipiente de água, contaminando o ambiente e as pessoas¹⁷⁸.

A partir daquele momento, o consumidor que comprasse agrotóxicos teria que fazer um cadastro junto ao revendedor orientando o comprador a devolver as embalagens. O fato é que essa era uma forma de dividir a responsabilidade do destino final das embalagens entre

¹⁷⁸Ver matéria publicada em 06/08/2000 no Jornal da Paraíba, página 8.

fabricantes, vendedores e compradores, orientados pela Secretaria de Agricultura, não as tratando como lixo comum.

O que também não é considerado lixo comum é o lixo eletrônico, que também precisa de uma maneira muito particular e cuidadosa de descarte. Portanto, ainda no início do ano 2000 o Ministério do Meio Ambiente reuniu-se com representantes de empresas de fabricação de pilhas e baterias de telefone celular. O intuito foi de adverti-los que as empresas teriam até o final daquele ano para se adequar e cumprir as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama.

Segundo a Conama, a ordem aos fabricantes era imprimir nas embalagens dos produtos informações sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente provocados por aquele lixo eletrônico, e orientações para que, uma vez perdendo sua vida útil, os resíduos fossem devolvidos ao comércio, e por sua vez, devolvidos aos fabricantes para o procedimento técnico adequado. A preocupação do ministério é que após a perda do seu valor energético, aqueles resíduos não fossem jogados como lixo comum, visto que pilhas e baterias são capazes de contaminar o solo, lençóis freáticos, fauna e flora, até mesmo porque, entre 1996 e 2000, 11 toneladas de baterias de celular foram jogadas como lixo comum.

Com esse número alarmante, em outubro de 2001 a Associação de Proteção Ambiental – Apam – anunciou¹⁷⁹ que passou a comprar dos próprios catadores as baterias de celular que os mesmos encontravam no lixão de Campina Grande. O sentido disto, além de contribuir para a preservação do meio ambiente e ajudar os catadores com um pequeno auxílio financeiro, era evitar que crianças e adolescentes fossem contaminados pelas baterias. A Apam pagava R\$ 0,50 por baterias recolhidas, e depois as enviava para uma empresa no Recife a fim de que se procedesse corretamente o destino dos resíduos.

Seguindo o caminho das possibilidades, ainda em 2000, ocorreu o Simpósio Nordeste de Plástico Biodegradável¹⁸⁰, sediado na capital paraibana, que reuniu fabricantes de plástico, plantadores de cana de açúcar, pesquisadores e ambientalistas de todo o Nordeste. O simpósio possibilitou aos participantes conhecer o novo sistema de produção de plástico biodegradável feito a partir da cana de açúcar, bem como discutir suas alternativas econômicas para o Nordeste, assegurando uma tecnologia que contribuiria para a preservação do meio ambiente, além de minimizar os efeitos da crise que atinge a produção canavieira nordestina.

¹⁷⁹Ver Jornal da Paraíba, publicado em 10 de outubro de 2001, página 3.

¹⁸⁰Ver Jornal da Paraíba, publicado em 10/05/2000, página 9.

No entanto, precisamos ter atenção para algumas questões que ainda são mitos acerca dos materiais biodegradáveis. O plástico, por exemplo, é degradável, no entanto sua variação de tempo pode ser mais extensa, devido ao petróleo usado em sua fabricação. Como o plástico biodegradável é feito a partir de derivados de produtos vegetais, sua absorção pelo ambiente é mais rápida e menos agressiva¹⁸¹. De acordo com as normas internacionais, o tempo máximo para o biodegradável se degradar é de 180 dias. No entanto, o seu descarte não deve ser feito em aterros ou lixões, e sim através do sistema de compostagem¹⁸².

No ano de 2008, engenheiros dos departamentos de Engenharia Agrícola, Engenharia Civil e Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Campina Grande, engajados com as causas ambientais, apontaram alternativas para que resíduos de construção civil passassem por um tratamento adequado e virassem novamente material de construção de primeira qualidade. Restos de telha, borracha, vidro, caulim, granito e papel viraram tijolos, telhas, placas para forro, argamassa e placas de concreto.

A universidade foi uma das pioneiras no reaproveitamento de resíduos a construção civil e da indústria, com o apoio da Federação das Indústrias e de empresas privadas. Inicialmente, os produtos criados a partir da reciclagem dos resíduos da indústria e da construção civil foram utilizados na construção e reforma dos campi da Universidade Federal de Campina Grande e na construção da Casa Ecológica, localizada no Senai do Distrito Industrial da cidade, no entanto o objetivo era fazer com que essa tecnologia fosse utilizada em larga escala, por órgãos públicos ou para a construção de casas populares.

Segundo o professor Antônio Leal, do departamento de Engenharia Agrícola, cerca de 40% do lixo de uma cidade é considerado resíduo de construção. A Prefeitura Municipal dizia que à época, em Campina Grande, cerca de 200 toneladas por dia eram descartadas e os resíduos iam parar no lixão ou terrenos baldios. As consequências disto eram a transmissão de doenças, vias urbanas e pluviais entupidas, lençóis freáticos contaminados. À época, o assunto despertou tanto interesse da comunidade acadêmica, que, acerca dele, foram produzidas 4 teses de doutorado e 6 dissertações de mestrado, visto que aquela instituição foi uma das primeiras no país a produzir e desenvolver este tipo de material.

¹⁸¹Ver <http://www.setorreciclagem.com.br/materiais-biodegradaveis/o-que-e-plastico-biodegradavel/>

¹⁸² “Compostagem é o processo de degradação biológica da matéria orgânica sob condições aeróbias, tendo como resultado um material, relativamente estável denominado de composto. A compostagem é um modo natural de reciclagem e refere-se à técnica de gerenciamento de resíduos sólidos através de um processo natural que converte material orgânico em húmus através da ação de microorganismos.” In.:<http://www.setorreciclagem.com.br/materiais-biodegradaveis/o-que-e-plastico-biodegradavel/>

Além das universidades e das empresas que de certa forma fomentavam a possibilidade de melhoria do tratamento do lixo e proteção ao meio ambiente, a criação das cooperativas durante e após o fechamento do lixão e criação do aterro sanitário foi de extrema importância não só no que se refere aos mundos do trabalho, mas na motivação pessoal de tornar-se melhor e explorar suas potencialidades, como disse uma das nossas colaboradoras

Por uma parte eu senti pena e ao mesmo tempo eu achei bom ter fechado. Pena porque tinha gente que só sabia fazer aquilo. E bom porque tinha gente que tinha outras chances, outras possibilidades e se acomodava naquilo ali, entendeu? Se acomodava. Aí quer dizer, a partir do momento que o lixão acabou, aquelas pessoas que se acomodavam tiveram que cair em campo, e foi procurar uma coisa melhor. (Valdinete)

No entanto, adaptar-se a um novo modo de trabalhar e ganhar dinheiro não foi fácil para aquelas pessoas, especialmente logo depois do ingresso nas cooperativas. O ritmo de trabalho era outro, as normas e regras eram outras, e até o dinheiro que recebiam era diferente. Sobre suas experiências com a adaptação no trabalho nas cooperativas, sobre tudo que tiveram que aprender para se cooperarem, as catadoras nos dizem

No começo do cooperativismo que começou com esse projeto, a gente recebia uma bolsa de 90 reais, pra saber como é que trabalhava com cooperativa. Aí na época que a gente veio pra cá a gente, a gente que foi o agente ambiental, foi passar de porta a porta explicando o que era nosso trabalho, da onde a gente tinha vindo, pros pessoal aceitar a ideia da coleta seletiva. (Lucicleide)

Pessoal disse que tinha uma cooperativa. Aí a gente saiu porta a porta com as pessoas pras pessoas ajudar. A gente era humilhada, batia a porta na cara da gente. Os filhos dos pessoal dizia “mãe, tem uma mulher pedindo esmola aí”. Aí eu dizia “meu filho a gente não tamo pedindo esmola não”. Aí tinha que explicar porta a porta que tava pedindo material reciclável, pra proteção do meio ambiente. Aí uns atendia bem, outros atendia mal, outros dizia “não meu fii, tenho dinheiro não”, “não, a gente não ta pedindo dinheiro não”, aí dizia o que era, que era garrafa, caxinha de margarina, caixinha de leite, essas coisas. (Maria de Lourdes)

Na época do lixão, porque assim, no que você trabalha, porque lá eu trabalhava dia e noite, não tinha horário como tem hoje, lá a gente tinha que se esforçar. Na coleta seletiva não, a gente se esforça mas aquele material já tá junto. Os moradores já tem separado aquele material, os condomínios, as empresa, a gente faz só aquele trabalho de ir buscar. E no lixão não. Quando chegava o lixo você tinha que cavar pra tirar aqueles materiais. Era mais pesado. Mas dava pra sobreviver né? (Valdete)

É porque o trabalho de cooperativa não é todo mundo que quer. Eu vou lhe dizer. No lixão a hora que você quisesse tava com dinheiro, você pega um negocinho e vende. Em cooperativa é diferente. Porque se você vender, se a

gente tivesse material suficiente nós podia vender por quinzena, mas como nosso material é pouco, aí a gente só vende por mês. Nós só pega um dinheirinho por mês. (Valdinete)

E esse dinheirinho que a gente pega por mês nós tem que se dividir um bocado, porque tem a despesa de casa, despesa de cooperativa, fora a passagem que nós tem que pagar do nosso bolso. (Valdete)

Aí nem todo mundo aceita o sistema de cooperativa. Principalmente os homens. Os homens querem trabalhar num trabalho pra sustentar sua família pra ganhar um salário né? E aqui não sai nem meio salário. (Valdinete)

Não é todo mês, cada mês é um valor. Tem mês que é um valor mais alto, outro mês menos. (Marinalva)

A gente ganha pelo tanto de material que a gente arrumar. Se a gente arrumar muito, ganha muito, se arrumar pouco ganha pouco. Mas não tem carteira assinada também não. Se eu sair daqui hoje eu não ganho nem dez centavos, eu não ganho nada. É melhor, porque lá tinha muita poeira dos carros, o dia todinho no sol quente. (Deuzimar)

Ao se cooperarem, aquelas trabalhadoras assumiram um compromisso através do qual cada uma abre mão daquilo que Pierre Mayol¹⁸³ chamou de “anarquia das pulsões individuais”, contribuindo para a vida coletiva, com o desejo de dali retirar “benefícios simbólicos” necessários à sua sobrevivência. Faz parte agora de um contrato social coletivo que elas precisam cumprir, para que a vivência e o trabalho sejam possíveis.

Muitas são as alternativas apontadas para minimizar os danos ambientais, seja aproveitando o lixo, seja reciclando, mas ao que nos parece, culturalmente, a população ainda não despertou para a necessidade da separação e disposição do lixo. As mulheres entrevistadas, que vivem ainda hoje da catação, nos dão uma ideia do que elas chamam de “falta de consciência” da população.

Se tivessem consciência... porque você anda uma rua todinha pra duas, três entregar. As vezes uma rua tão grande e só uma casa entrega. (Valdinete)

Na hora que a gente vai abrir um trecho novo, gente fala com os pessoal das casa tudin. Mas quando a gente vai duas três entregam. (Maria de Fátima)

Eu acho assim, eu que esse povo, eu acho que eles pensa que nós estamos brincando. Porque assim, eles se comprometem. A partir do momento que nós somos sujeitas a sair do nosso galpão, nós ir falar com eles no porta a porta, aí eles se compromete, “não, não se preocupe não que nós vamos juntar”. Aí a gente diz “tal dia nós passa”. Naquele dia que nós marcou pode esperar que

¹⁸³MAYOL, Pierre; GIARD, Luce; CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano:2. Morar, cozinhar. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

nós vamos passar, ou de manhã ou de tarde. Aí quando a gente vai, é como se o povo nunca tivesse falado com a gente. (Valdinete)

Tem uns que diz “nós bota aí no lixo, se vocês quiserem catar vocês cata. Aí é problema de vocês”. Num se compromete com a pessoa. Era mais fácil dizer “olhe, não vai dar pra eu ajuntar”. É muito mais bonito do que se comprometer, a pessoa se abalar pra ir buscar e não trazer nada. (Maria José)

Nada, mulher. Tem gente que bota é absorvente, é fralda descartável. Tem casa que é bem separadinho, que lava até as caixinha de leite, que nem uma menina ali da Liberdade, vem tudo limpinho. Aqui a gente só faz separar, tira os rejeitos, saco de pipoca, copo descartável. Nenhum desse é reciclável. Tem que tirar tudinho. Tem a separação de cor, do verde, do branco, óleo, essas coisas de vidro. É tudo separado. (Valdete)

As falas nos mostram que o ato de descartar, assim como o de, anteriormente, consumir, são práticas educativas, impregnadas de percepções sociais e históricas, que, ao que parece, não são das melhores. Ainda há a resistência da população em separar os materiais da forma correta, o que atrasa e dificulta o trabalho dos catadores. Há também a quebra do compromisso firmado em separar o material, que faz a catadora “*se abalar pra ir buscar*”, ou seja, sair de seu lugar e percorrer um longo trajeto, muitas vezes à pé e ao sol. Práticas que elas chamam de “falta de consciência”. Uma vez feito o compromisso de ir até a casa das pessoas buscar os recicláveis, ou mesmo, para aqueles que catam livremente nas ruas, o ato de caminhar, enquanto trajeto, é planejado. Caminhar é a condução para aquele trabalho. Seu caminhar desenha um mapa urbano pessoal. Como diz a passagem das artes de fazer de Certeau, quando diz acerca dos populares cujo andar contorna a cidade, que “todo dia eles atravessam e organizam lugares; eles o selecionam e os reúnem num só conjunto; deles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços”¹⁸⁴. Nestes caminhos, constroem uma relação de apropriação de espaços da cidade, bem como percepções e saberes que lhes são úteis em seu cotidiano.

Questionadas sobre se sentiam orgulho de seu trabalho, se tinham a consciência da função social do seu trabalho e dos sonhos para projetos futuros, uma das mulheres entrevistadas, com um sorriso no rosto, nos deu a resposta mais bonita que poderíamos ouvir.

E é bom porque aqui a gente também tá protegendo o meio ambiente né? Depois que começou a coleta seletiva, a cidade melhorou mais né? Melhorou 10% mas tá melhor. Sonho? Sonho, assim, a gente... uma coisa que eu pedia muito é porque eu to na cooperativa desde 2001, e o que eu pedi era um espaço, né, pra gente, e o sonho, a *deus pertence*. (Geralda)

¹⁸⁴Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. P. 199.

Sonhos, saudades, afetos, sensações... tudo isto está no campo das sensibilidades. Como disse Pesavento, correspondem ao “núcleo primário de percepção e tradução da experiência”¹⁸⁵ daquelas mulheres no mundo. Assim, as sensibilidades agem como uma forma de apreensão do mundo que nasce muito mais dos sentidos dos indivíduos através de suas experiências do que das elaborações mentais, pois lidam com a subjetividade. Percebemos, pois, diferenças e pequenas formas de resistências das práticas comuns, onde outros percebem apenas miserabilidades. Percebamos o lixo, a partir da fala daqueles trabalhadores, como espaço de trabalho, de vivências e de afetos. Um espaço que, ao olhar da História, é efêmero na sua “significação e no seu esvaziamento, na sua existência e na sua condição de sonho”¹⁸⁶.

Compreendemos que ao logo deste capítulo, a partir das falas daquelas profissionais, que o lixo pode ser percebido como algo que organiza a vida cotidiana das pessoas que dele dedicam seu trabalho tiram seu sustento. Não organizar no sentido estrito de arrumar, mas de que, ao redor, a rotina se organiza, se planeja e se prepara a partir dele. O lixo pode ser um agente de ordenação de seu cotidiano uma vez que ordena seu espaço de trabalho, seu espaço familiar, de lazer, bem como o tempo e atividades dos catadores. Ou ainda pelo valor que é atribuído a ele pelas pessoas que com ele se relacionam. Logo, entendemos que o lixo possui um lugar particular na vida dos catadores, talvez afetivo. Para as pessoas que com ele trabalham e convivem, fazendo dele seu meio de sustento, o lixo passa a ter um valor simbólico positivo, visto como um material bom, de valor e não perigoso. Essa concepção tão singular sobre o lixo diz respeito ao lugar que ele ocupa no cotidiano das pessoas: o que é desordem, bagunça, sujeira e dispensável para muitos, norteia e organiza todo o planejamento familiar de outros.

Os discursos daqueles trabalhadores nos aponta ainda o que Arlette Farge chamou de “lugares para a história”, nos possibilitando perceber modos singulares e criativos de ser e estar no mundo, suas experiências e a multiplicidade de relações que mantém com seus pares, ou que tentam manter com os outros mais distantes, nos fazendo refletir sobre o que resiste “às investigações históricas tradicionais de pertencimento coletivo, assim como àquelas, singulares, do indivíduo”, desenhando pois, “a golpe de palavras, cenas que são de fato acontecimentos”¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

¹⁸⁶ SOUSA, Katyuscia Kelly Catão de. *Sonhos urbanos: O Parque do Açude Novo e a (re)construção da alma campinense (Campina Grande 1969 – 1976)*, Campina Grande: EDUFPG, 2014.

¹⁸⁷ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

4 RETERRITORIALIZAÇÃO DO LIXO: UMA BIORREMEDIAÇÃO.

*“Vê-se um trapeiro que vem, cabeça inquieta,
Catando e se apoiando em muros feito um poeta,
E sem se inquietar com delatores, seus senhores,
Seu coração todo se abre a projetos sonhadores”*

(Charles Baudelaire¹⁸⁸)

Nos capítulos anteriores vimos como se deram os processos de formação das sensibilidades urbanas através do lixo a partir dos registros oficiais e dos relatos orais de memória. Até então, percebemos como o lixão era a extensão do lar de alguns, a continuação da própria casa, sendo praticamente o quintal daqueles que moravam às suas margens e viviam de suas matérias, o lugar onde, para alguns, público e privado não se diferenciavam. O segundo capítulo, em especial, teve a preocupação de perceber os sentidos as vivências experienciadas ali, e perceber ainda, a partir dos depoimentos das catadoras de recicláveis que tiravam do antigo lixão o seu sustento, que o fechamento daquele lixão trouxe outros sentidos àquela espacialidade.

Tais depoimentos nos remete ao livro *Memória da Água*¹⁸⁹, cuja autora, a finlandesa Emmi Itäranta, retrata uma Europa dominada pela cultura chinesa, e um mundo onde as sucessivas guerras, exploração dos recursos naturais e aquecimento global geram uma nova geopolítica mundial, onde quem detivesse as fontes de água governava. A sociedade retratada no livro está há muitas gerações depois da nossa, com seus recursos naturais esgotados, e rodeada por grandes lixões cheios de plásticos e de máquinas que para nada serviam. A tecnologia que nossa sociedade produziu, bem como a exploração dos recursos e a falta de cuidados com “o que deixar” para as gerações futuras, deixaram a sociedade retratada no livro na mais completa escassez e miséria.

Um dos diálogos mais emblemáticos do livro ocorre entre a protagonista do livro, Noria, futura mestre do chá, e sua amiga Sanja, quando ambas estão no chamado Lixão dos Plásticos, catando materiais que pudessem ser úteis para quem sabe gerar energia e refletindo sobre as condições em que vivem, consequências da irresponsabilidade de nosso tempo quanto aos recursos ambientais.

¹⁸⁸BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN. Charles Baudelaire, *um lírico no auge do capitalismo*, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 16.

¹⁸⁹ITÄRANTA, Emmi. *Memória da Água*; tradução Liliana Negrello, Christian Schwartz. Rio de Janeiro: Galera Record, 2015.

“Andamos pelo lixão por mais um tempo, no entanto, só encontramos os resíduos habituais – brinquedos quebrados, pedaços de coisas irreconhecíveis, pratos, copos, e uma interminável quantidade de sacolas de plástico mofadas. Quando nos preparávamos para voltar ao vilarejo, falei para Sanja:

- Queria poder cavar até bem lá em baixo. *Talvez assim a gente entendesse o mundo antigo e as pessoas que jogavam essas coisas fora.*

- É uma perda de tempo ficar pensando nelas.

- Você também pensa nelas – insisti – não viria aqui se não pensasse.

- Não é nas pessoas que eu penso – defendeu-se Sanja. É nas máquinas, em todo o conhecimento que essas pessoas deviam ter e no que deixaram pra gente. – ela parou e segurou o meu braço. (...) Não vale a pena pensar nelas, Noria. Elas também não pensavam na gente.”¹⁹⁰

A reflexão que o trecho desse livro nos deixa, e que se coaduna com as reflexões do capítulo anterior é: até que ponto nossa sociedade se preocupa e prepara o mundo para a sociedade das próximas gerações? Até que ponto nossa tecnologia, tão avançada e tão facilmente defasada está ao nosso lado e até que ponto ela mesma destrói recursos ambientais necessário à vida na Terra? O lixo jogado no Lixão dos Plásticos na história do livro, guarda uma espécie de memória da sociedade que o descartou e que é investigada pela personagem do livro (*Talvez assim a gente entendesse o mundo antigo e as pessoas que jogavam essas coisas fora*), pois não é justamente disso que também se ocupa este trabalho? O que jogamos fora conta uma história sobre quem somos, sobre nossa cultura, sobre o que consumimos, sobre nossas relações e de trabalho e de lazer e nossas relações com o meio ambiente¹⁹¹.

Entendemos que o lixo pode ser perfeitamente objeto de memória de uma geração. Aquela que convencionou-se chamar de geração X foi a geração da produção e consumo do pós-guerra, nascidas entre as décadas de 1960 e 1970, que geravam cada vez mais resíduos. A geração Y e recentemente geração Z, nascidas respectivamente entre as décadas de 1970 a 1990 e de 1990 a 2010, são as gerações da tecnologia¹⁹². O que essa geração descarta pode indicar muito sobre o seu momento: plásticos, celulares, impressores, computadores, monitores, videogames, baterias, pilhas, fones de ouvido, tablets, smartphones, televisões, carregadores.

¹⁹⁰ITÄRANTA, Emmi. *Memória da Água*; tradução Liliana Negrello, Christian Schwartz. Rio de Janeiro: Galera Record, 2015, p.30.

¹⁹¹Ainda sobre essas questões, indicamos animação WALL-E, cujo protagonista, o robô WALL-E, cujo nome é a abreviação de Waste Allocation Load Lifter Earth-class, passa o dia arrumando o lixo do planeta. Após entulhar a Terra de lixo e poluir a atmosfera com gases tóxicos, a humanidade deixou o planeta e passou a viver em uma gigantesca nave. O plano era que o retiro durasse alguns poucos anos, com robôs sendo deixados para limpar o planeta. Wall-E é o último destes robôs. Sua vida consiste em compactar o lixo existente no planeta, que forma torres maiores que arranha-céus, e colecionar objetos curiosos deixados pelos humanos, tentando entender para que serve cada um deles. Ver mais em <http://filmes.disney.com.br/>

¹⁹²Ver mais sobre as gerações X, Y e Z em <https://www.oficinadanet.com.br/post/13498-quais-as-diferencas-entre-as-geracoes-x-y-e-z-e-como-administrar-os-conflitos>

Equipamentos modernos que se defasam e são jogados fora, mas que dizem muito sobre a sociedade do consumo, da tecnologia e da efemeridade que vivemos, assim como outrora aquilo que se descartava também carregava uma memória sobre a sociedade que descartou. Vale lembrar dos instrumentos utilizados pelas sociedades pré-históricas. Podemos acessar o tempo, as características e a cultura de uma determinada sociedade através do lixo. Defendemos assim, a tese de que o lixo é um objeto de memória e história de uma dada sociedade.

Atrelada a essa tese, temos a ideia de que o lixão é em si um espaço daquelas memórias. O locus onde uma cultura material e as memórias descartadas naqueles objetos podem ser acessadas. O lixão seria a territorialidade que serve de cenário às relações sociais concernentes ao lixo, às relações de trabalho, relações afetivas, relações de estranhamento e de (des)apego de homens que usam o lixo para seu sustento.

É chegada a hora, neste terceiro capítulo, de refletir sobre como se deram as condições para mudança do lixão de Campina Grande para o tão esperado e planejado aterro sanitário, bem como as implicações ambientais desta mudança. Nesse capítulo, o lixão enquanto locus muda de sentido. O cenário se modifica. Em outras palavras, percebemos nos entremeios dos discursos técnicos as remissões às sensibilidades urbanas. Comungamos com o pensamento do professor Márcio Piñon de Oliveira¹⁹³, quando diz que

Levando-se em conta que o espaço é, no mínimo, condição e condicionante das relações, ou seja, aquilo que possibilita a produção e reprodução material e cultural da sociedade, se mudam as escolhas geográficas é porque alguma mudança deve estar se operando no conjunto da cidade, e para além dela, onde essas novas localizações ganham outra importância e significados

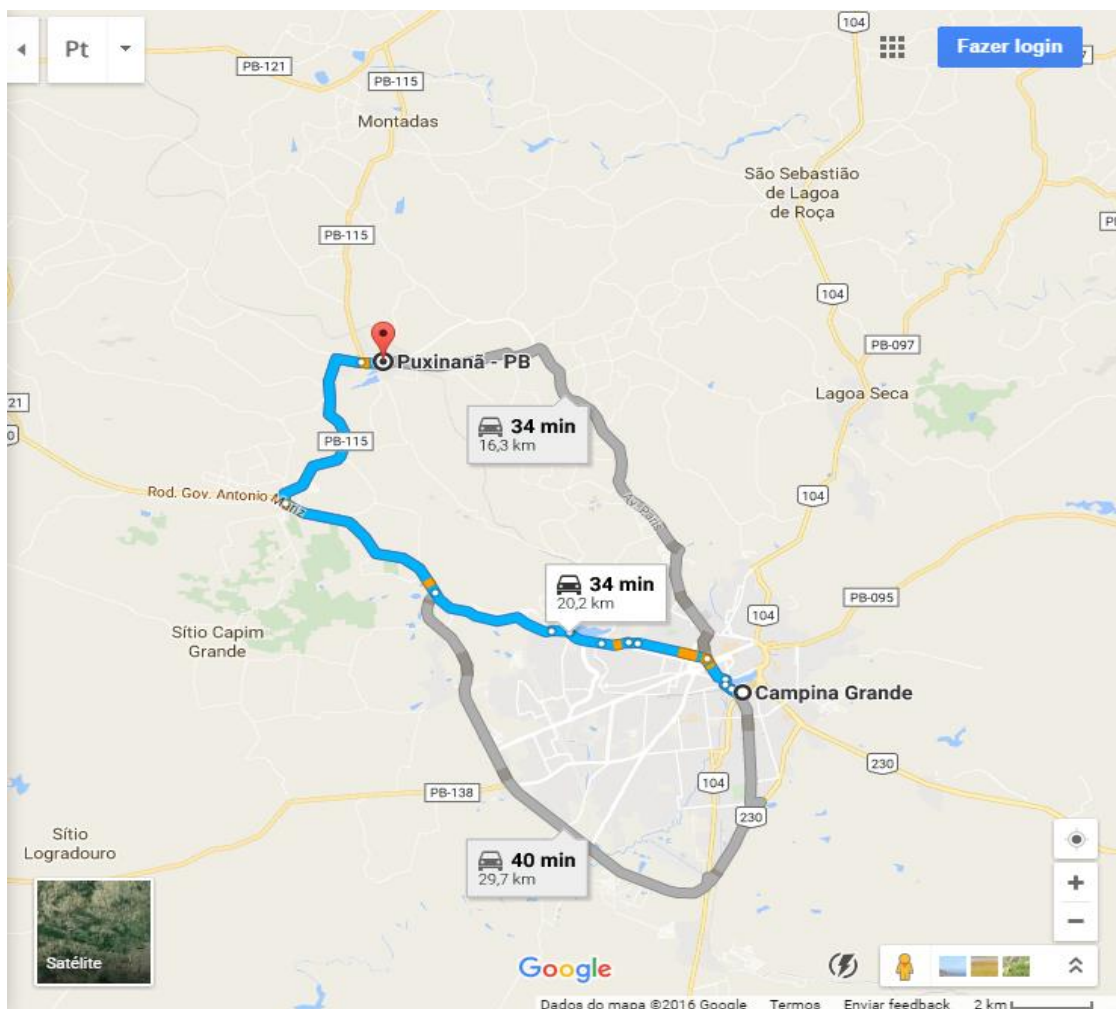
Como foi dito no final do capítulo I, até o ano de 2011 especulava-se que o aterro sanitário de Campina Grande seria instalado em área próxima ao antigo lixão, no entanto, em 3 de janeiro de 2012, foi divulgado em jornal local que o aterro municipal já estava em atividade, e que em breve, a população Campinense teria o antigo lixão lacrado e seu terreno passaria por uma descontaminação.

Pois bem, essa notícia parece ter pego os populares de surpresa, tendo em vista que antes de tal nota, não se tinha notícias exatas sobre o local de instalação do aterro nem o prazo para aquele entrar em atividades. Segundo matéria publicada no Jornal da Paraíba, em 03 de janeiro

¹⁹³ OLIVEIRA, Márcio Piñon. O retorno à cidade e os novos territórios de restrição à cidadania. In.: SANTOS, Milton (org.) *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

de 2012, o aterro sanitário estava localizado na zona rural da cidade de Puxinanã¹⁹⁴, mais especificamente no Sítio Açudinho, a cerca de 20km de Campina Grande pela PB 115.

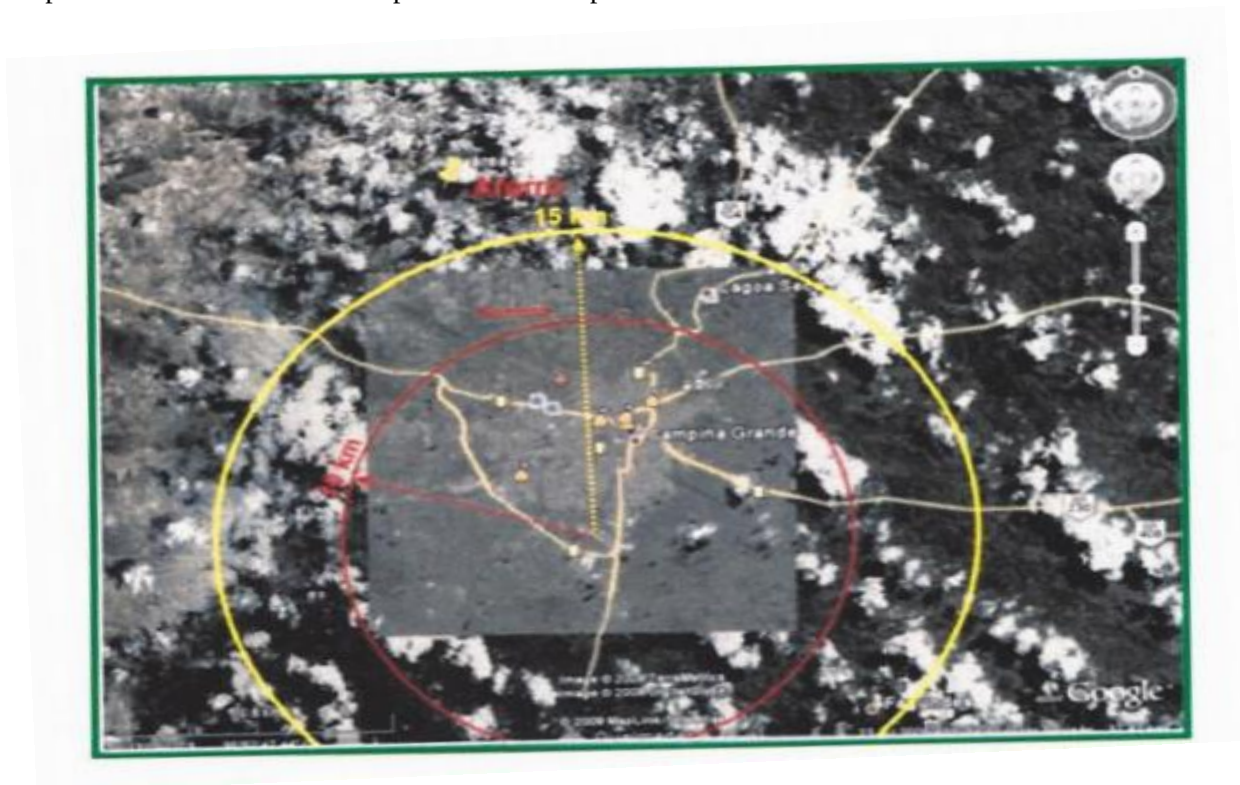
Mapa 7 – Distância entre Campina Grande/PB e Puxinanã/PB.



Fonte: Imagem de satélite retirada do Google Maps, acessada em 21/12/2016, disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/Campina+Grande+-+PB/Puxinan%C3%A3+-+PB/@-7.18371,-35.9907571,12z/data=!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x7ac1e5f43201c85:0xc9656aec3aa6af51!2m2!1d-35.8808337!2d-7.2290752!1m5!1m1!1s0x7ae9f0c4a3c0289:0xc3b0ee3102c9a7d!2m2!1d-35.9623967!2d-7.1467658>

¹⁹⁴Segundo o IBGE, em 2011 Puxinanã contava com cerca de 12.995 habitantes distribuídos em cerca de 73km² de área. Sua população vivia basicamente da agropecuária.

Mapa 8 – Aterro Sanitário Metropolitano do Compartimento da Borborema



Fonte: Imagem publicada na página 5 do Memorial Descritivo do Aterro Sanitário Metropolitano do Compartimento da Borborema, documento oficial proposto pela cidade de Puxinanã.

Foi assinado um convênio de cooperação no ano de 2011 pelas prefeituras de Campina Grande (conveniente) e de Puxinanã (proponente), nas pessoas dos prefeitos Veneziano Vital e Abelardo Coutinho, respectivamente, juntamente com o Sr. Luiz Tertuliano do Nascimento, que respondia pela Construtora Planície Ltda (interveniente), onde todos estabeleciam seus deveres e direitos para com o aterro e sua implantação e funcionamento¹⁹⁵. O convênio de cooperação entre as Prefeituras objetivava garantir a melhoria da malha viária entre os dois Municípios e ainda garantir a destinação final provisória do lixo urbano de Campina Grande. Tal convênio era justificado pelas prefeituras de Campina Grande e Puxinanã em virtude da prefeitura de Campina não dispor de recursos financeiros suficientes para a construção de um aterro sanitário próprio, apesar do interesse em resolver a problemática do lixo na cidade; em virtude da necessidade imperiosa da destinação imediata dos resíduos para a estrutura de um aterro sanitário mais próximo possível de Campina Grande; e por fim, em virtude de existir um

¹⁹⁵ Este documento, bem como todos os outros assinados entres as prefeituras, estarão anexos a este texto.

aterro sanitário privado na cidade de Puxinanã, que, segundo o documento, preenchia as normas técnicas e estava ocioso, embora pronto para operar.

Neste sentido, feito o acordo, as duas prefeituras assumiriam obrigações em relação ao aterro. Puxinanã se responsabilizaria a manter em vigor todas as autorizações e licenças necessárias ao funcionamento do aterro sanitário e em cumprir e fazer cumprir as normas infra legais editadas pelo CONAMA e SUDEMA, além de emitir mensalmente um relatório contendo a quantidade de resíduos enviados de Campina Grande. Esta, se responsabilizaria em realizar melhorias na estrada que liga o município de Campina Grande ao município de Puxinanã, como forma de viabilizar o transporte ao aterro sanitário, além de responsabilizar-se pelo transporte dos resíduos ao aterro e adaptar-se às normas internas de funcionamento do mesmo. Tal convênio fora assinado em 20 de setembro de 2011.

De acordo com a apostila *Não ao Lixão Dourado*, elaborada pela Associação de Proteção Ambiental, Associação Clube de Mães Nossa Senhora do Carmo e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Puxinanã¹⁹⁶, as negociações começaram em 2009. A fazenda que continha as terras do Sítio Açudinho, era de propriedade do sr. Abelardo Antônio Coutinho, prefeito daquela cidade, e foi vendida por ele para seu filho em meados dezembro de 2009. Ainda no dezembro de 2009, o prefeito, ex proprietário das terras, emitiu certidão de ocupação e uso do solo e requereu licença ambiental para instalação de um aterro sanitário.

Segundo a matéria publicada, o aterro possuía uma área de 84 hectares¹⁹⁷ e estaria funcionando desde setembro de 2011, recebendo diariamente cerca de 6 mil toneladas de lixo proveniente de Puxinanã. De acordo com o engenheiro responsável pelo projeto daquele aterro, o sr. Cleiton Nunes, o lixo era armazenado em uma célula que era implantada por etapas em camadas. A cada cinco metros de lixo, era depositada uma camada de vinte centímetros de areia, e quando a célula atingia sua capacidade máxima, que era de 35 metros de altura, recebia outra cobertura, sendo esta de sessenta centímetros de solo compactado para evitar contaminação.

Segundo aquele engenheiro, o aterro possuía uma lagoa de contenção para o chorume impermeabilizada com uma manta de polietileno, com capacidade para armazenar o chorume liberado na vazão máxima de três litros por segundo por até noventa dias. O próximo passo, seria a implantação de uma estação de tratamento para o chorume. Àquela época, o aterro tinha a capacidade de receber até 400 toneladas de lixo por dia das cidades de Campina Grande e

¹⁹⁶Ver anexo deste trabalho.

¹⁹⁷Segundo o Memorial Descritivo do Aterro Sanitário Metropolitano do Compartimento da Borborema, a área tinha o total de 88,25 ha.

Puxinanã. De acordo com Calderoni¹⁹⁸, cada tonelada de recicláveis desviada da corrente de lixo, há uma economia de 16,12m³ de aterro, volume no qual é possível dispor de espaço para cinco toneladas de lixo Orgânico.

De acordo com o Memorial Descritivo do Aterro Sanitário Metropolitano do Compartimento da Borborema¹⁹⁹, a prefeitura de Puxinanã, em parceria com a construtora Planície Ltda., apresentava a finalidade da implantação do aterro como sendo “a contribuição da melhoria da qualidade de vida da população da área metropolitana do compartimento da Borborema, visando a implantação do Sistema Integrado de Destinação Final” para os municípios que faziam parte do consórcio²⁰⁰, bem como visando alcançar os princípios de reduzir, reutilizar e reciclar, responsáveis pela preservação do ambiente. Diz aquele documento que foi feito um diagnóstico para avaliar os fatores bióticos e abióticos que compunham aquele meio, pautado na legislação vigente.

Segundo aquele memorial, o aterro encontrava-se em área totalmente cercada e vigiada, garantindo a inexistência de animais e a proliferação de moscas, ratos e mau cheiro, bem como não havia queima de materiais, como ocorria no lixão. Também não havia riscos para o setor de aviação das cidades. O empreendimento receberia resíduos sólidos de Classe I (considerados resíduos perigosos, proveniente de atividades industriais, como metais e explosivos) e resíduos sólidos de Classe II (proveniente de casas, comércio, feiras livres, varrição de rua, etc.), colocados em depósitos específicos e diferentes.

A rotina operacional do aterro consistiria em 11 etapas: 1. Recebimento dos resíduos, que consistia na inspeção dos caminhões cadastrados e o direcionamento dos mesmos para os locais de despejo; 2. Disposição dos resíduos; 3. Descarga, espalhamento e compactação dos resíduos; 4. Recobrimento dos resíduos compactados; 5. Cobertura diária dos resíduos; 6. Cobertura final da camada de resíduos e plantio de gramíneas; 7. Impermeabilização da base; 8. Drenagem interna; 9. Drenagem superficial; 10. Sistema de armazenamento de percolados e queima de gases; 11. Tratamento do chorume. O Memorial Descritivo do Aterro Sanitário Metropolitano do Compartimento da Borborema ainda previa o monitoramento do solo, do ar, das águas, da fauna e flora da região, do tráfego e dos procedimentos gerais. No papel, um belo projeto, vendido como solução moderna, ao passo em que o lixão era considerado uma prática do passado, arcaica e anti-higiênica, sinônimo de atraso e vetor de doenças, enquanto que o aterro

¹⁹⁸CADERONI, *Os bilhões perdidos no lixo*, 4 edição São Paulo: Humanitas Editora 2003.

¹⁹⁹Documento oficial proposto pela prefeitura de Puxinanã em junho de 2012.

²⁰⁰Estavam previstos, segundo aquele documento, que as cidades de Esperança, Lagoa Seca, lagoa de Roça, Montadas, Areal, Boa Vista e Soledade também fizessem parte do consórcio.

aparecia enquanto símbolo do moderno, da racionalidade e do progresso, que inaugurava um novo tempo.

Enquanto isso, a promessa feita era de que o lixão, localizado nas proximidades do Mutirão na Alça Sudoeste, seria desativado brevemente, e passaria por um processo de biorremediação, termo que consiste na utilização de microorganismos naturais na decomposição dos resíduos sólidos. Segundo o secretário municipal de Obras e Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Fábio Almeida, o projeto seria elaborado e a descontaminação deveria durar cerca de seis meses. O terreno onde funcionava o lixão tinha uma área total de 500 hectares, com previsão de lacre imediato. Tal feito ainda não havia se realizado até aquela data, de 03 de janeiro, em razão da não conclusão da recuperação das estradas que davam acesso a Puxinanã.

Com as estradas de acesso à cidade de Puxinanã recuperadas, o lixão de Campina Grande foi lacrado em 6 de janeiro de 2012. Houve uma cerimônia oficial para o lacre com a pompa e circunstância que os políticos geralmente utilizam para propagandear suas ações governamentais. O então prefeito, Veneziano Vital do Rêgo, proferiu em seu discurso que aquele era um “momento histórico para os campinenses, tanto do ponto de vista ambiental quanto social”, tendo em vista que, segundo ele,

“Campina não suportava mais viver com uma situação precária, como a realidade de um lixão que trazia uma série de incontáveis transtornos. Estamos solucionando um problema de 20 anos, além de garantir condições mais dignas a estas pessoas que trabalhavam aqui em situação degradante”²⁰¹.

Além disso, o prefeito assegurou que o consórcio realizado com a cidade de Puxinanã barateou os investimentos feitos pela gestão municipal para solucionar os problemas do recolhimento dos resíduos sólidos. Veneziano Vital lembrava que o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos determinava que até 2013, todos os municípios brasileiros deveriam encerrar o funcionamento dos seus lixões, daquela forma. Segundo o prefeito, Campina Grande estaria “saindo na frente, a desativação do lixão representa o fim das precariedades e das inconveniências com a Infraero e o meio ambiente”.

No entanto, a maioria envolvida não estava de acordo com essa assertiva do prefeito Veneziano Vital. No dia da cerimônia oficial de lacre do lixão, manifestantes se fizeram presentes. Os catadores de material reciclável que atuavam no lixão estavam insatisfeitos com a desativação daquele espaço, pois temiam perder sua renda familiar. Em entrevista ao Jornal

²⁰¹Ver matéria publicada em 6 de janeiro de 2012, página 5, do Jornal da Paraíba.

da Paraíba, o catador Williams Cândido, de 25 anos, que trabalhava no lixão, questionava: “*A prefeitura anunciou que vai nos ajudar por 90 dias, mas, e depois? Como vou pagar meu aluguel? Como vou sustentar meus 3 filhos?*”²⁰². Williams e outros catadores, tinham uma renda de cerca de R\$300,00 por semana catando material reciclável no lixão. Com a desativação do lixão, e a distância que separava sua moradia da cidade onde estava instalado o aterro, Williams não teria garantias de que poderia trabalhar normalmente como antes e manter sua renda mensal.

Quanto ao problema de Williams e tantos outros, o secretário de Ação Social de Campina Grande, o senhor Robson Dutra, informou que a secretaria iria realizar o cadastro de todos os trabalhadores do lixão, e seria repassado aos mesmos por um período de três meses uma ajuda de custo de R\$100,00 por mês mais uma cesta básica. Ou seja, o trabalhador perdia mais de 90% de seu orçamento mensal. Há que se refletir se a Prefeitura não calculou corretamente os valores a serem repassados ao trabalhador ou ignorou completamente as condições em que aqueles teriam que sobreviver a partir de então.

O problema da instalação do aterro em Puxinanã não estava só nas mãos dos catadores campinenses, estava também nas mãos dos moradores daquela cidade. Naquele mesmo dia, os moradores de Puxinanã, revoltados com a situação, fecharam a estrada que dá acesso à cidade no trecho do Sítio Pai Domingos, distrito de Jenipapo, que dá acesso ao Sítio Açudinho, zona rural de Puxinanã, onde estava localizado o aterro. Houve tumulto e cerca de 8 caminhões que carregavam o lixo de Campina Grande foram barrados na estrada pelos manifestantes. Ao mesmo tempo, ônibus lotados de catadores campinenses se dirigiam ao local para apoiar os manifestantes na estrada. A imprensa local noticiou outro protesto em frente ao aterro, onde os manifestantes colocaram pedras para impedir a entrada e saída de veículos coletores.

As razões pelas quais os moradores de Puxinanã eram contra o aterro eram muito claras e graves: o aterro ficava situado a 800 metros do Açude Evaldo Gonçalves, conhecido como Açude de Milhã, que abastecia a população urbana naquela cidade. O engenheiro eletricista Antônio Agripino, que morava na região, disse a imprensa: “*Esperamos 10 anos pela implantação deste açude, o aterro tem um canal que dá acesso direto a um pequeno rio que será contaminado pelo chorume e vai infectar nossa água, inclusive o aterro está funcionando por força de uma liminar*”²⁰³.

²⁰²Veiculado em matéria do Jornal da Paraíba, em 6 de janeiro, página 5.

²⁰³Veiculado em matéria do Jornal da Paraíba, em 6 de janeiro de 2012, página 5.

Foto 6 – Reservatório do Sítio Açudinho e Aterro Sanitário.



Fonte: Imagem retirada da apostila *Não ao Lixão Dourado*, elaborada pela Associação de Proteção Ambiental, Associação Clube de Mães Nossa Senhora do Carmo e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Puxinanã. Apostila na íntegra no anexo deste trabalho.

O comerciante Silvan Eloi, também residente nas proximidades do aterro, denunciava a imprensa local na mesma matéria que *“não há separação do lixo descartado, os carros vieram trazendo material a céu aberto e derramando o chorume ao longo da estrada, este aterro vai infectar a água que abastece nossa cidade”*. Segundo aqueles moradores, a população não era contra a instalação do aterro, mas na forma e local em que a instalação aconteceu.

A superintendente da Superintendência de Administração e Meio ambiente da Paraíba, Tatiana Domiciano, confirmou à imprensa que o aterro de Puxinanã estava funcionando por força de liminar, expedida pela 5ª Vara da Fazenda Pública de João Pessoa, que determinou o imediato funcionamento do empreendimento. Há que se considerar que o empreendimento não foi totalmente financiado e mantido pela Prefeitura, mas também os interesses da empresa privada de engenharia que geria o funcionamento do local estavam em jogo. Já o gerente do aterro sanitário, o senhor José Humberto, disse que o empreendimento fora elaborado por engenheiros e que todo o processo estava legalizado. Acerca da contaminação da água dos açudes em Puxinanã, o Memorial Descritivo do Aterro Sanitário Metropolitano do Compartimento da Borborema dizia haver uma previsão quanto ao tratamento do chorume a

fim de minimizar seus danos, removendo a maior quantidade de poluentes possíveis do chorume antes do seu lançamento na rede, pois era submetido a uma lagoa anaeróbica, três lagoas facultativas em série, além do tratamento biofísico. Quanto às especulações da população campinense sobre o aumento de impostos em função das despesas com o transporte dos resíduos sólidos, e ao funcionamento do aterro prejudicar o abastecimento de água em Puxinanã, Veneziano Vital disse que se tratavam de acusações *“com o propósito político e que todo o processo foi feito com a devida autorização técnica dos órgãos responsáveis”*.

No entanto, um relatório técnico de inspeção no aterro sanitário de Puxinanã, realizado pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba em abril de 2012, avaliou as condições de tratamento do chorume e concluiu que havia irregularidades no procedimento, e que o chorume estava infiltrando o solo e contaminando a terra, bem como oferecendo risco de contaminação aos lençóis freáticos. A equipe técnica da SUDEMA observou que o cano coletor de chorume estava constantemente cheio, e devido a problemas de encanação o chorume não estava entrando na estação de tratamento de esgoto. O administrador do local não fazia ideia de por que tal irregularidade estaria acontecendo, nem para onde estaria indo o chorume produzido, nem quanto tempo este fato estava ocorrendo e muito menos qual a vazão diária de chorume produzida pelo aterro.

Segundo aquele órgão, naquele período, não apenas a estação de tratamento do chorume ainda não havia sido concluída, outros pontos estabelecidos no projeto de implantação do aterro esperavam para ser plenamente executados, como o plano de recuperação paisagística.

O fato é que até o ano de 2013, corriam no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba procedimentos que autorizavam e desautorizavam o funcionamento do aterro sanitário de Puxinanã pelas autoridades competentes. De um lado a Sudema apontava as falhas de funcionamento e manutenção do aterro, de outro, a prefeitura de Puxinanã com apoio jurídico da prefeitura de Campina Grande, obtinham mandado de segurança para a manutenção do aterro.

Entendemos que o que deveria ser uma solução, ou, pelo menos, a minimização dos problemas ambientais enfrentados pela sociedade em função do lixo, não passava de mais um artifício político usado nos discursos das prefeituras. Os “vivos do lixo”, trabalhadores ou consumidores, e os cidadãos das cidades envolvidas, continuavam a sofrer com um precário serviço de coleta e destinação do lixo. A cidade, sentindo bem, ainda fedia.

4.1 Das resistências

O fato é que mesmo com o fechamento do lixão, ainda existiram os que resistiram à reterritorialização do lixo e às mudanças no modo de viver e trabalhar que eram proporcionados por aquele lugar. Cerca de 15 famílias continuavam catando os restos do lixão. A senhora Laura Pereira, de 63 anos, vivia do lixão há cerca de 40 anos. Quando do fechamento de lixão, foi questionada pelo Jornal da Paraíba²⁰⁴ acerca da permanência naquele lugar. A mulher explicou que durante os últimos 40 anos tirava seu sustento do lixo, que já havia se ligado à cooperativa, mas não estava mais cooperada por problemas de relacionamento com os outros trabalhadores, e que não via muitas alternativas para si com a construção do aterro. Ela dizia:

“aqui não tem praticamente mais nada. A gente está queimando o que sobrou pra ver se consegue encontrar vidro e ferro pra vender. Vai ter uma hora que tudo isso vai acabar, só que como vai ficar a nossa vida?”.

Percebemos que para muitos trabalhadores e viventes do lixão, a construção do aterro, ao passo que era uma demanda urgente para o meio ambiente e para a cidade de Campina Grande, tornou-se um problema pessoal e social para os ex catadores e para os moradores de Puxinanã que residiam próximo ao aterro e tinham a possibilidade de ter seu abastecimento de água afetado pelo chorume e outros elementos daquele material.

Além desses problemas, outro agravante quando da instalação do aterro sanitário foi a falta de planejamento quanto ao lixo reciclável. Segundo pesquisa realizada pela Universidade Federal de Campina Grande, 5,2 mil toneladas de lixo reciclável foram desperdiçadas, já que naquele momento o acesso dos catadores ainda não era permitido. Segundo o secretário da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Fábio Almeida, a situação seria temporária, e a Prefeitura já estaria providenciando o acesso dos trabalhadores. Além disto, o dado da universidade dizia que 55% do que era coletado pelo serviço de limpeza urbana no município de Campina Grande era lixo orgânico, que não deveria ser desprezado num estado que enfrentava (e ainda enfrenta) os problemas de desertificação que vimos na história²⁰⁵.

Para além do aterro, nas ruas da cidade, os moradores e trabalhadores passavam outros problemas. No dia 08 de novembro de 2012, dois caminhões da empresa que prestava o serviço de coleta do lixo à Prefeitura encontravam-se quebrados, e desde o último dia 2 daquele mês a

²⁰⁴Veiculado em matéria do Jornal da Paraíba, em 24 de fevereiro de 2012, página 3.

²⁰⁵Quase 98% do território paraibanos está situado no chamado Polígono das Secas.

coleta na cidade estava, no melhor dos casos, irregular. Parte da cidade estava totalmente sem coleta de lixo. A cidade, naquele período, literalmente, fedia.

Somado à falta de coleta do lixo em função da falta de estrutura de equipamentos, a Prefeitura Municipal de Campina Grande atrasou o pagamento de R\$ 648,00 dos salários dos 80 garis prestadores de serviço de coleta de lixo por três meses. Além disso, também cortou o café da manhã fornecido aos trabalhadores diariamente. O delegado de base dos garis, Flaviano Pereira, disse ao Jornal da Paraíba²⁰⁶ que sem o café da manhã ficava difícil trabalhar:

“nós acordamos muito cedo e nosso trabalho é muito pesado, precisamos de um reforço alimentar. Mas há mais de uma semana o café foi suspenso”.

O secretário de Serviços Urbanos, Fábio Almeida, justificou que precisou suspender o serviço para renovar o contrato com a empresa. O caos se instalava em todas as direções, para trabalhadores e consumidores.

O senso comum responsabilizava a gestão do então prefeito, Veneziano Vital do Rego, pelo caos instalado com relação à falta de limpeza urbana e a falta de asseio da cidade. No julgamento de muitos, em função do fim de seu segundo mandato e da não eleição do candidato a prefeito que aquele apoiava, o prefeito Veneziano não se empenhou em pagar aos servidores que prestavam serviço à Prefeitura, bem como cobrar às empresas terceirizadas para que seu trabalho fosse realizado. O problema, em forma de lixo, se avolumava pelas ruas e terrenos baldios, pelos becos, nas frentes dos comércios, dos restaurantes e hospitais. Não era mais necessário olhar para os cantos para ver a sujeira. Ela estava por toda parte da cidade, incomodando igualmente ricos e pobres.

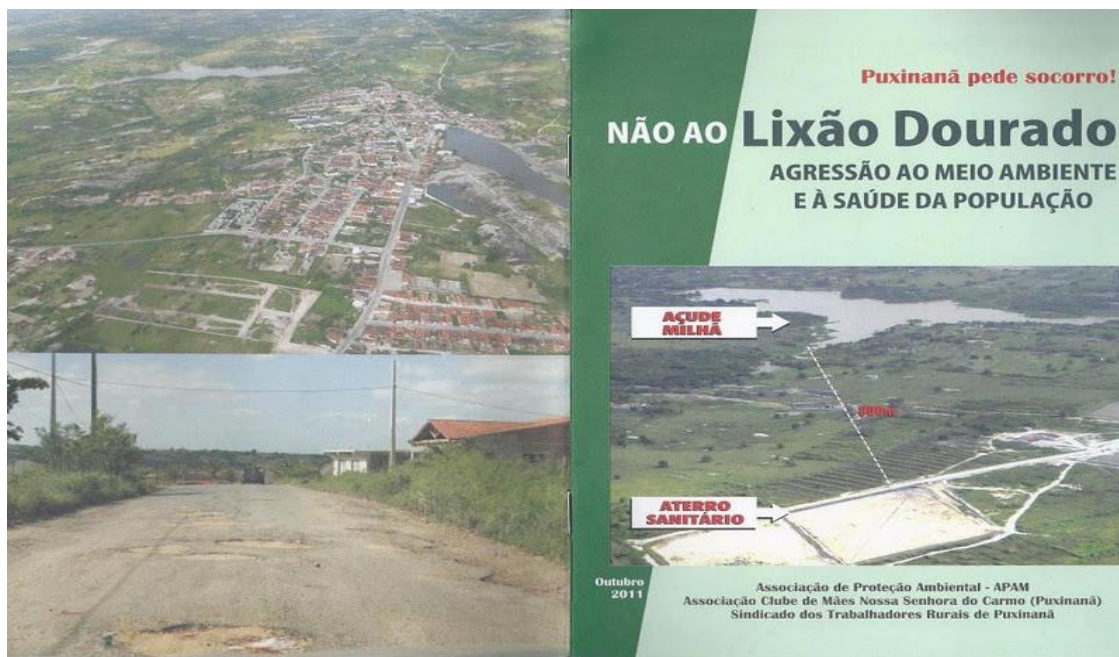
Resistência também fizeram os moradores de Puxinanã, que, juntamente com a Associação de proteção Ambiental, com a Associação Clube de Mães Nossa Senhora do Carmo (da cidade de Puxinanã) e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Puxinanã, elaboraram e publicaram uma cartilha, no ano de 2011, quando o convênio de cooperação entre as prefeituras de Campina Grande e Puxinanã fora firmado. A cartilha intitulada *Não ao Lixão Dourado*²⁰⁷ foi distribuída para a sociedade em geral, e explicava e denunciava de forma ilustrada e documentada a história do aterro de Puxinanã, os interesses que levaram a construção do mesmo, as etapas de negociação e as comprovações das irregularidades no processo de

²⁰⁶Publicado em 8 de novembro de 2012, página 4.

²⁰⁷Cartilha acessada na íntegra em 11/01/2017 no endereço eletrônico <https://martinsogargicgp.blogspot.com.br/2012/01/como-pode-o-lixao-de-campina-grande-ir.html>. Tal cartilha está impressa e encontra-se nos anexos desse trabalho.

construção, instalação e manutenção, como por exemplo as evidências de plágio do Projeto Executivo do Aterro Sanitário do Município de Puxinanã para com o Projeto Executivo do Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa²⁰⁸.

Foto 7 – Cartilha Não ao Lixão Dourado.



Fonte: Cartilha Não ao Lixão Dourado, produzida por entidades de Puxinanã/PB.

Fica notório que as reivindicações, resistências e entrevistas dadas por moradores e trabalhadores de Campina Grande e Puxinanã, confrontando as prefeituras, questionando os poderes públicos, alertando parcela da sociedade que desconhecia as tramas, se colocam como vozes. Aquelas vozes, aquelas falas, são, acima de tudo, um instrumento de luta, na medida em que provocava o poder vigente. Eder Sader²⁰⁹ dizia que “interpelar o poder, não ter acanhamento é se saber detentor também de um conhecimento, de um direito, de uma cidadania que circunscreve e estabelece um plano formal de práticas sociais”. Dirigir a palavra ao poder, também é reconhecer-se como tal.

Quando pensamos acerca das relações entre os moradores da cidade de Puxinanã, que não aceitaram a instalação do aterro sanitário, e as prefeituras daquela cidade e a cidade de Puxinanã, consideramos que não há casualidade na forma como as duas cidades se estruturaram para destinar seus restos, e que, o que pode parecer uma grande confusão, pode ser de fato uma forma de organização pautada em lógica própria em que está implícita a ideia cruel de que

²⁰⁸Mais detalhes das incongruências do projeto nos anexos deste trabalho.

²⁰⁹SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 143.

existem espaços na cidade em que o lixo pode ser despejado, ainda que a população que viva ali seja prejudicada. Rosana Miziara²¹⁰ nos diz que pensar a complexidade dos processos sociais que envolvem a questão do lixo exige uma reflexão

Sobre a realidade técnica e científica das ações políticas e econômicas que o transformam, progressivamente, numa mercadoria rentável, num objeto de disputas de setores públicos e privados, num tema estratégico para as campanhas para a ordem social, veiculadas pelos meios de comunicação de massa, e ainda num assunto de grande importância para as instituições ligadas ao planejamento urbano. Por isso, fazer a história do lixo é também repensar os limites da cidade e mergulhar num campo de disputas locais.

4.2 O depois: a história re-ciclada

Os problemas com a limpeza pública de Campina Grande foram tamanhos que, nos primeiros dias de 2013, quando da assunção do sr. Romero Rodrigues à prefeitura da cidade, aquele prefeito recém empossado, decretou estado de calamidade pública no sistema de limpeza urbana. Diante do acúmulo de lixo, a primeira medida do prefeito foi reunir 300 trabalhadores, alguns contratados em caráter de emergência, e 60 veículos para que dessem início imediatamente a limpeza e recuperação de toda malha viária e dos 968 terrenos baldios da cidade, transformados em mini lixões. Segundo o prefeito Rodrigues, o investimento da prefeitura, naquele momento, era de R\$ 2 milhões, e esperava que no prazo de 60 dias, o trabalho estivesse concluído.

Enquanto isso, os agentes de limpeza urbana reivindicavam o pagamento dos seus salários atrasados, dos vales transportes e a doação dos equipamentos de proteção individual necessários ao serviço. Flaviano Cavalcanti, delegado de base dos garis, denunciou²¹¹:

“nós não temos praticamente nenhum equipamento de proteção e somos obrigados a trabalhar expostos a tudo, inclusive arriscando a pegar uma doença. Durante os quatro anos que trabalho na prefeitura como gari, eu nunca recebi protetor solar, o que para nós é essencial”

Naquele mesmo janeiro de 2013, a nova gestão da prefeitura de Puxinanã revogou a certidão de uso e ocupação do solo para a finalidade de depósito do lixo. A revogação foi

²¹⁰LOPES, Rosana Miziara. *Nos rastros dos restos: As trajetórias do lixo na cidade de São Paulo*. Mestrado em História Social, PUC: São Paulo, 1998. P. 19.

²¹¹Matéria publicada em 10 de janeiro de 2013 no Jornal da Paraíba, página 3.

publicada no Diário oficial do Estado no dia 03 de janeiro de 2013, assinada pela então prefeita Lúcia de Fátima Miranda, considerando a inadequação geográfica do aterro e a prática de crime ecológico, conforme a lei orgânica municipal. Por esta causa, a Sudema já vinha lutando há mais de um ano. No entanto, a empresa administradora do aterro, a Construtora Planície, desrespeitando a revogação de uso do solo, continuava traçando a rota de coleta como antes e depositando lixo diariamente no aterro, comprometendo o abastecimento de água daquela cidade.

Sobre o problema do aterro sanitário em Puxinanã, o prefeito, em entrevista à imprensa²¹², disse que ainda não tinha uma solução para o problema do aterro sanitário, e que até que um outro pudesse ser construído, o lixo de Campina Grande continuaria a ser encaminhado para Puxinanã.

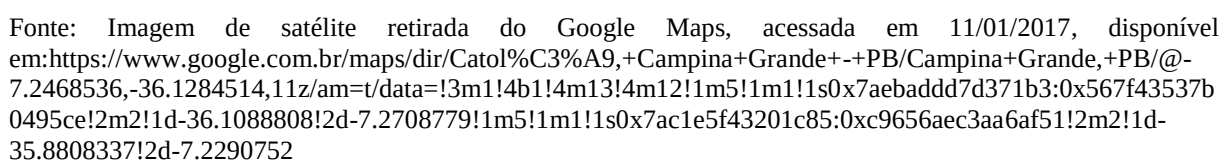
Impedidos de tirar sustento do aterro sanitário em Puxinanã, e sem encontrar outra alternativa de trabalho e emprego, algumas famílias que sobreviviam do antigo lixão de Campina Grande, migraram para o lixão da cidade de Queimadas²¹³, para, mais uma vez, viver da forma como podiam.

A prefeitura de Campina Grande só providenciou um novo aterro dois anos depois. A mudança ocorreu em 07 de julho de 2015, um dia depois da prefeitura de Puxinanã interditar o aterro onde era despejado o lixo. O novo aterro ficava na zona rural de Campina Grande, próximo ao Distrito de Catolé de Boa Vista, a 27 km de Campina Grande pela PB 138. Segundo o secretário de Serviços Urbanos e meio Ambiente²¹⁴, Geraldo Nobre, o local estava finalmente de acordo com as leis ambientais, cuja licença de operação fora expedida pelo conselho de proteção Ambiental, vinculado à Secretaria de Estado dos Recursos hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e tecnologia, e possuía nova célula mais sofisticada, que suportaria a carga de lixo por até um ano.

²¹²Matéria publicada em 3 de janeiro de 2013 no Jornal da Paraíba, página 6.

²¹³Município localizado na região metropolitana de Campina Grande, a 133km da capital João Pessoa.

²¹⁴Ver <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20150707114649&cat=paraiba&keys=lixo-campina-grande-comeca-levado-novo-aterro-sanitario> acessado em 11/01/2017.



Além de Campina Grande, os municípios de Boa Vista, Lagoa Seca e mesmo Puxinanã seriam beneficiados com o serviço. O aterro, agora com uma área de 90 hectares, obteve licença para funcionamento até abril de 2017. Os gastos da prefeitura de Campina Grande para depositar os resíduos sólidos neste aterro, superavam R\$ 14,2 mil diariamente. Cada tonelada de lixo custava R\$ 35,67, segundo a Secretaria de serviços Urbanos e meio Ambiente. Cerca de 400 toneladas de lixo eram recolhidas por dia e levadas ao aterro. Esta, no entanto, é uma outra história ainda por contar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Leônia refaz a si própria todos os dias: a população acorda todas as manhãs em lençóis frescos, lava-se com sabonetes recém tirados da embalagem, veste roupões novíssimos, extrai das mais avançadas geladeiras latas ainda intatas, escutando as últimas lengalengas do último modelo de rádio.

Nas calçadas, envoltos em límpidos sacos plásticos, os restos de Leônia de ontem aguardam a carroça do lixeiro. Não só tubos retorcidos de pasta de dente, lâmpadas queimadas, jornais, recipientes, materiais de embalagem, mas também aquecedores, enciclopédias, pianos, aparelhos de jantar de porcelana: mais do que pelas coisas que todos os dias são fabricadas vendidas compradas, a opulência de Leônia se mede pelas coisas que todos os dias são jogadas fora para dar lugar às novas. Tanto que se pergunta se a verdadeira paixão de Leônia é de fato, como dizem, o prazer das coisas novas e diferentes, e não o ato de expelir, de afastar de si, expurgar uma impureza recorrente. O certo é que os lixeiros são acolhidos como anjos e a sua tarefa de remover os restos da existência do dia anterior é circundada de um respeito silencioso, como um rito que inspira a devoção, ou talvez apenas porque, uma vez que as coisas são jogadas fora, ninguém mais quer pensar nelas.

Ninguém se pergunta para onde os lixeiros levam os seus carregamentos: para fora da cidade, sem dúvida; mas todos os anos a cidade se expande e os depósitos de lixo devem recuar para mais longe; a imponência dos tributos aumenta e os impostos elevam-se, estratificam-se, estendem-se por um perímetro mais amplo. Acrescente-se que, quanto mais Leônia se supera na arte de fabricar novos materiais, mais substancioso torna-se o lixo, resistindo ao tempo, às intempéries, à fermentação e à combustão. É uma fortaleza de rebotalhos indestrutíveis que circunda Leônia, domina-a de todos os lados como uma cadeia de montanhas.

O resultado é o seguinte: quanto mais Leônia expelle, mais coisas acumula; as escamas do seu passado se solidificam numa couraça impossível de se tirar; renovando-se todos os dias, a cidade conserva-se integralmente em sua única forma definitiva: a do lixo de ontem que se junta ao lixo de anteontem e de todos os dias e anos e lustros.

A imundície de Leônia pouco a pouco invadiria o mundo se o imenso depósito de lixo não fosse comprimido, do lado de lá de sua cumeeira, por depósitos de lixo de outras cidades que também repelem para longe montanhas de detritos. Talvez o mundo inteiro, além dos confins de Leônia, seja recoberto por crateras de imundície, cada uma com uma metrópole no centro em ininterrupta erupção. Os confins entre cidades desconhecidas e inimigas são bastiões infectados em que os detritos de uma e de outra escoram-se reciprocamente, superam-se, misturam-se. Quanto mais cresce em altura, maior é a ameaça de desmoronamento: basta que um vasilhame, um pneu velho, um garrafão de vinho se precipitem do lado de Leônia e uma avalanche de sapatos desemparelhados, calendários de anos decorridos e flores secas afunda no passado que em vão tentava repelir, misturado com o das cidades limítrofes, finalmente eliminada – um cataclismo irá aplinar a sórdida cadeia montanhosa, cancelar qualquer vestígio da metrópole sempre vestida de novo. Já nas cidades vizinhas, estão prontos os rolos compressores para aplinar o

solo, estender-se no novo território, alargar-se, afastar os novos depósitos de lixo.

Italo Calvino, *As cidades contínuas*.

É chegado o momento de fazer algumas considerações sobre esta tese, acreditando que, muito mais do que finalizá-la, estamos abrindo um caminho de possibilidades para futuras leituras.

Ao longa da pesquisa, e durante a escrita do texto, palco onde as tramas da histórias foram analisadas foi a cidade de Campina Grande. Campina, que por mais que se mensure geograficamente, populacionalmente, estatisticamente ou economicamente, enquanto cidade “real”, será sempre minha cidade invisível, como aquelas que Calvino criou para a descrição de Marco Polo ao imperador Klubai Khan²¹⁵. Campina Grande tem até nome feminino, como as que Polo descrevia. Campina Grande analisada sob a ótica das sensibilidades não é feita de números, mas das relações entre o desejo dos seus moradores, seus espaços e os acontecimentos passados. A cidade existe quando as memórias sobre ela são contadas. O que não significa, como disse Calvino, que devemos “confundir uma cidade com o discurso que a descreve, contudo, existe uma ligação entre eles”. Logo, Campina é bem mais do que foi dito até aqui, e é também tudo que foi contado.

Calvino contou Leônia. Nesta tese, propomos pensar o lixo e o lixo como fonte de sobrevivência de muitos, destacando a dimensão invisível e imaterial de sua relação com os homens como chave para decifrar os significados da cultura e sensibilidades urbanas. Consideramos que o lixo, enquanto objeto, e o lixo, enquanto espaço²¹⁶, podem ser apreendidos como empreendimento, negócio, trabalho, sobrevivência, afetos, abundância e ausências, como objeto de análise histórica, objeto de sensibilidades, problema social e político urbano, possibilidades de trabalho e sobrevivência. Pensamos o lixo também como um problema para a administração pública e a política.

Nossa tese se dividiu em um capítulo introdutório e mais 3 capítulos. No introdutório, julgamos necessário apresentarmos os porquês da nossa pesquisa, como chegamos ao tema, como o mesmo se relaciona a outros domínios que se relacionam intimamente com o campo da história, como a história ambiental urbana e o conceito de sensibilidades. Apresentamos as inquietações da tese logo no capítulo introdutório.

²¹⁵CALVINO, Italo. *As cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 1ª Ed.

²¹⁶Referência a passagem de Certeau que diz que “o espaço é um lugar praticado”. Ver CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 202.

No primeiro capítulo, intitulado *A produção do chão e a gênese do lixão: uma história do objeto e suas significâncias*, apresentamos as significâncias do lixo e a construção do lixão enquanto espaço construído, praticado e disputado. Neste capítulo passeamos pela cidade, refletimos sobre suas tramas, os conflitos entre populares e políticos, buscamos entender como os poderes públicos e trabalhadores percebiam o lixo e lixão, como aqueles grupos usavam os seus poderes, cada um a seu modo, para usufruir do objeto e do espaço: os populares enquanto meio de trabalho, a administração pública para fins eleitoreiros, propagandas e até promessas de campanhas, tanto foi feito que dentro do recorte temporal estudado, o lixão mudou de lugar pelo menos duas vezes, sendo a segunda para o aterro construído na cidadã de Puxinanã. As fontes utilizadas foram a bibliografia disponível e as matérias do jornal utilizado para a pesquisa.

No segundo capítulo, chamado *Relações lixeiras: a memória dos sujeitos e suas significâncias*, a principal fonte foram os relatos orais de memórias de homens e mulheres que tinham o lixão como seu local de trabalho, e que mesmo depois da extinção daquele espaço, continuaram tendo o lixo como fonte de renda, seja através da catação de recicláveis em cooperativas, seja através de pequenos comércios como sucatas. Durante as entrevistas, que ocorreram nos locais de trabalhos dos catadores, temas diversos foram abordados: afetos, dificuldades, expectativas, preconceitos, saúde pública, possibilidades de tratamento do lixo. Arrisco dizer que foi o capítulo mais humano e mais sensível de todo o texto. A partir das experiências dos populares, podemos ter outras visões acerca do trabalho com o lixo, ficamos de certo modo mais próximos daquilo que muitos de nós queremos estar distantes, para nem sentir o cheiro, literalmente.

A experiência em entrevistar os catadores de material recicláveis foi magnífica. Os relatos orais de memórias dos entrevistados não foram usados aqui na intenção de serem trazidos das sombras à luz dos olhos do leitor pelo trabalho do historiador, como se tivéssemos algum heroísmo incrível no nosso trabalho. Não se trata de haver um heroísmo no nosso trabalho, mas há a experiência de vida daquelas pessoas ordinárias que fazem a história não de forma clássica, escrevendo e registrando, mas nos fornecendo subsídios e nos permitindo contar uma história a partir de seus valores, práticas, subjetividades, moral, trabalho, posicionamentos políticos, enfim, tudo aquilo que forma o sensível.

Lemos a cidade e contamos sua história a partir da sensibilidade do outro vivente, e, enquanto historiadores, reproduzimos seus ecos. O eco daquele que julga um objeto desnecessário, sem valor e o descarta, o eco daquele que reaproveita, o eco dos trabalhadores que reconhecem a importância do seu ofício e reivindicam melhores condições de trabalho, o

eco dos que se levantam contra a administração municipal. Assim, atentos aos ecos, fazemos história.

No terceiro e último capítulo, que chamamos de *Reterritorialização do lixo: uma biorremediação*, apresentamos as tramas políticas que possibilitaram a extinção do lixão do Mutirão e a criação do aterro de Puxinanã, responsável por receber o lixo de toda Campina Grande, bem como refletimos sobre as formas de resistências encontradas pela população de ambas as cidades para coibir a ação das prefeituras com a localização do local de transferência do lixo, suas implicações legais, ambientais e sociais. As fontes utilizadas neste capítulo foram as mesmas utilizadas no primeiro. Ao final do texto, em apêndices e anexos, documentos oficiais e fotografias dos locais visitados para entrevistas.

A documentação analisada e as entrevistas realizadas possibilitaram a compreensão das transformações que se inscreveram na cidade a partir da reterritorialização do lixão de Campina Grande, revelando as mudanças provocadas no corpo da cidade e na sensibilidade de seus moradores. Percebemos quais os destinos possíveis dados pelos populares e pelos administradores da cidade aos restos que a cidade produz, o que evidencia aspectos relevantes da vida urbana, revelam os limites e as burlas das normas e leis que muitas vezes não eram observadas ou cumpridas pelos órgãos públicos.

Ao percorrer a cartografia desenhada pelos restos, percebemos as hierarquias sociais que eles acabam por revelar, e que os inscrevem como uma questão ambiental e de saúde pública, mas também como negócio institucionalizado. O gerenciamento do lixão em Campina Grande nos aponta não somente as ingerências sociais, mas sobretudo a percepção de que da exploração do lixo é possível se auferir lucro e sentimentos, dimensões aparentemente antagônicas. Observamos o lixão através das práticas que o constitui como espaço da vida social, atentos às experiências que nele se organizaram e desenvolveram a partir de um conjunto de práticas e saberes dos populares que estabeleceram entre si códigos de conduta, relações de verdade, obrigações, redes de ajuda, compartilhando uma visão de mundo em que se projetam seus desejos.

Entendemos que como objeto de análise histórica, o lixo ainda é um elemento pouco pensado e discutido entre os historiadores. Os debates sobre o lixo e sua relação com o espaço urbano ainda é relativamente recente, estando ainda mais ligado às questões de higiene e saúde pública do que de elemento de uma memória material/social/cultural urbana. Entendemos que pensar nossa relação com os objetos descartados também é mediar nossa relação com o mundo, à medida em que se tece uma rede de abstração e sensibilidades essenciais à compreensão dos

fatos sociais. Um saber e, como diria Daniel Roche, um “acréscimo de sentido estão ligados a todos os objetos” quando os descartamos e o reaproveitamos²¹⁷.

Desta forma, o lixo passa de produto desprezível a produto comercializável, despertando interesse e sendo valorizado pelo homem comum, num âmbito local, e chega a ultrapassar as fronteiras nacionais para entrar no campo das preocupações mundiais, visto que os prejuízos que a grande produção e descarte inadequado do lixo não são apenas locais. Giddens já dizia que isso se deve à modernidade, visto que algumas características básicas da modernidade são especialmente globalizantes, enquanto as transformações locais também são afetadas pelas relações em escala mundial e vice versa²¹⁸.

Nossa análise histórica nos permite concluir que os problemas em torno do lixo e do lixo envolveram diversas reivindicações, projetos, disputas e conflitos. Nas últimas décadas a forma de administrar o lixo e o lixo da cidade, foi uma questão que trouxe aos poderes públicos grandes dificuldades, expressas especialmente na necessidade de ampliar os serviços de limpeza urbana à população. A complexidade de tal questão nos aponta também que no processo de gerenciamento do lixo na cidade relacionam-se ações e interesses de vários outros sujeitos, como empresas, moradores e os populares trabalhadores que sobrevivem da exploração do lixo e da catação de lixo.

Buscamos refletir sobre a gestão do lixo pelo poder público, no sentido de que a responsabilidade legal do gerenciamento do lixo cabia à prefeitura de Campina Grande. No entanto, entendemos que tal problemática ultrapassa a esfera dos serviços de limpeza pública, atingindo as sensibilidades urbanas e dos homens que vivem do trabalho de catação de lixo. O que observamos, dentre outras questões, é que a extensão dos serviços municipais revela carências e falta de estrutura para lidar com a coleta, o transporte, o armazenamento e o destino final do lixo, fazendo com que a ação dos garis, catadores de materiais recicláveis e sucateiros sejam possíveis.

Entendemos que a atual dinâmica de vida urbana e industrial, associada às sedução do mercado, engendra a necessidade do consumo em grande escala. A produção e lançamentos de novos produtos, faz com que produtos de modelos anteriores tornem-se obsoletos. Há quem diga que o mercado inventou a democratização do desejo, o que gera nas pessoas o sentimento de necessidades artificiais, que faz com que os consumidores vivam experiências afetivas, sensoriais e emocionais no ato de consumir e posteriormente descartar. Fala-se também na

²¹⁷ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. P. 19.

²¹⁸Ver GIDDENS, Antony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

criação da obsolescência programada, com a geração de forte impacto na natureza, uma vez que ainda há a extração de matérias primas de forma contínua e desordenada e que o descarte dos produtos não é realizado muitas vezes de modo adequado. Não podemos afirmar se a dinâmica das invenções engendra a transformação dos atos ou se, pelo contrário, a transformações dos atos engendram a dinâmica das invenções. Sobre a utilidade/necessidade ou não de todos os produtos que o mercado nos seduz a consumir, Gilles Lipovetsky²¹⁹ diz que os produtos são “estudados para não durar”, aperfeiçoados para melhor competir no mercado com outros produtos similares e criando a premissa de que “o novo é superior ao antigo”. Os produtos, cada vez mais com um perfil impessoal para servir a todos os gostos e uniformizar pessoas, tão desejados nas vitrines, entram num “desuso sistemático”, afrontando um dos paradigmas da felicidade humana, enraizado no encanto e desejo de consumo, gerando posteriormente mais lixo nas cidades. Aqueles objetos podem ser vistos, como disse Antônio Paulo Rezende²²⁰, como espelhos que não retratam mais nossa imagem, misturados que estamos aos objetos que fabricamos.

As questões levantadas nesta tese exigem atenção, pois, segundo a própria Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, os domínios da limpeza, da coleta e descarte de lixo ainda apresentam muitas fragilidades, exigindo o contínuo engajamento das autoridades municipais e a cobrança da população para garantir a efetivação dos direitos. Independente do nível de dificuldade, precisamos encontrar opções plausíveis para minimizar os efeitos que o mau gerenciamento do lixo oferece para o meio ambiente e para a vida humana.

Entendemos também que é imprescindível uma maior valorização da dimensão cultural no cenário do lixo, visto que de acordo com a hierarquia dos 3Rs – reduzir, reaproveitar e reciclar – considera-se que reduzir, reaproveitar ou mesmo evitar a geração do lixo causa menos impacto ambiental do que reciclar os materiais após seu descarte. Entretanto, implantar o R de reduzir ainda é um grande desafio, porque, segundo Maria de Fátima Abreu²²¹, “significa interferir na sensação de liberdade e de felicidades das pessoas” ao consumir, deste modo

o conceito de pessoa confunde-se com o de consumidor, que a cada momento cria novas necessidades de consumo, provocando grande desperdício de matéria prima e energia, além da geração de resíduos. Assim, os programas de redução de lixo devem ter um caráter cultural.

²¹⁹LIPOVESTSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 160.

²²⁰REZENDE, Antônio Paulo. As sedução do efêmero e a construção da história. In. ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes et alii *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

²²¹ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Unicef/Caixa econômica Federal, 2001.

Para nós, portanto, a reciclagem e a construção de aterros sanitários não são soluções automáticas para a questão do lixo, mesmo porque é um processo que também gera resíduos. Além do que, se a reciclagem por si só virar o centro das atenções para gerir o problema, ela acaba criando um outro: os padrões de produção e consumo podem ser deixados de lado. O reciclável pode incentivar a produção e o consumo, ao invés de reduzi-lo.

Uma outra forma de viver e de consumir, uma mudança de padrões, se faz urgente para a humanidade. Especialmente na dimensão cultural, no campo das sensibilidades, a medida em que consideramos o lixo como um invento social, um objeto simbólico imbuído de significâncias.

Percebemos ao longo da pesquisa que há uma diferença, uma contradição entre o que as pessoas acham que é certo e que deve ser feito (reduzir, reutilizar, reciclar, descartar de forma correta) e o que elas efetivamente fazem. Entendemos que neste ponto, o fazer não se sintoniza com as sensibilidades. Há uma distância entre saber o que é certo e fazer o que deveria ser feito de forma correta. Assim, o homem, mesmo tendo a consciência da existência da natureza e da necessidade de preservação, não faz o suficiente com relação aos cuidados tão necessários. Isto pode ser dar pelo fato de que muitas vezes a norma não está aliada à cultura, aos costumes. O ato de descartar desordenadamente ainda não se perdeu completamente, enquanto que temos uma legislação que nos obriga a descartar materiais recicláveis de forma correta, reaproveitando-os quando possível, e a reaproveitar matérias orgânicas. Assim, velhos hábitos de jogar lixo nas ruas e terrenos baldios tem seu espaço na atualidade, mesmo sendo condenados por lei. Segundo Rozana Miziara Lopes, “o lixo é um caso exemplar de descompasso de tempo entre norma e hábito, entre o texto da lei e o que se passa na realidade cotidiana”²²².

No âmbito do lixo, há uma aproximação e um afastamento que fazem parte de um mesmo processo. O homem que descarta quer se distanciar daquele lixo e aproximá-lo a um outro tipo de homem, que de certa forma é apto para estar perto do lixo, que são os catadores. Assumir essa perspectiva é entender que um objeto que para uns é considerado imprestável, para outros é sustento. Nesse caso, tal objeto atinge uma outra “fase de seu itinerário de circulação social”²²³.

²²² LOPES, Rosana Miziara. *Nos rastros dos restos: a trajetória do lixo na cidade de São Paulo*. Mestrado em História Social, PUC: São Paulo, 1998.p.52.

²²³ RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

Afastá-lo de si e entregá-lo aos cuidados de outrem, não faz com que o lixo deixe de existir. Ele apenas muda de lugar, indo muitas vezes para um pouco mais longe de quem o gerou. Esse lugar não necessariamente é um lixão ou um aterro. Esse lugar pode ser uma oficina, um museu, um shopping, uma peça decorativa, uma fantasia de carnaval, o cenário de um filme. Aquele objeto, remodelado e em outro lugar, não fede mais, mas atrai os olhos do público, que muitas vezes nem lembra o que descartou.

Entendemos que o poder público e a sociedade organizada são essenciais para fomentar o debate que levem à revisão dos hábitos de consumo da população. Ao longo das décadas, a sociedade mostrou-se sensível a problemática do lixo quando reage positivamente ao apelo de participar de programas de coleta seletiva de lixo, ou quando promove a separação do lixo domiciliar, embora percebamos que as questões em torno do destino do lixo em Campina Grande revelaram que, apesar dos discursos de planejamento, eficiência e técnica, as soluções propostas pelas autoridades públicas não trouxeram o resultado prometido ou esperado. Isso nos leva a crer que a pretensa racionalidade dos administradores públicos não conseguiu dar conta da complexidade da vida urbana e nem eram garantia de acertos.

Além de revisar seus valores e práticas, os sujeitos sociais precisam cobrar do governo e do empresariado a definição de metas e estratégias para que, a médio prazo, tenhamos um padrão de produção e consumo e um cuidado no descarte para que as condições ambientais, de reprodução de vida no planeta estejam asseguradas, garantidas também oportunidades justas e qualidade de vida para a população num ambiente saudável e equilibrado.

Guattari²²⁴ dizia que era necessário a articulação ético-política entre os meio ambiente, as relações sociais, e as subjetividades humanas, três registros ecológicos que ele chamou de ecosofia, no sentido de que se opere uma revolução política, social e cultural, orientando os sentidos da produção e consumo de bens materiais e imateriais. Acreditamos na ideia de que a educação, seja ela fomentada na universidade ou nas escolas de educação básica, na igreja ou nas praças, tem a função de fomentar nos sujeitos sociais uma prática social transformadora, levando a refletir sobre os comportamentos socioculturais dos grupos, possibilitando o trânsito por caminhos sustentáveis e sinalizando para outros padrões societários.

Certeau disse que as simbolizações da história podem causar transformações que se efetuam na relação de uma sociedade com a natureza: “de resíduos, de papeis, de legumes, até

²²⁴GUATTARI, F. *As três ecologias*. (Trad. Maria Cristina Bittencourt). 10ª ed..papiros, Campinas, 1990.

mesmo das geleiras e das neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz deles a história²²⁵”. Isso fazemos.

Acreditamos que ao desenvolver este trabalho, pudemos construir formas de entendimento histórico para se pensar as questões relativas ao sujo e ao limpo, nas sensibilidades urbanas, especialmente em Campina Grande. Comungamos com Deleuze²²⁶ quando disse que a preocupação maior não foi “estudara origem ou a causa”, tampouco as consequências, mas, sobretudo, “o que se passa entre” aqueles marcadores. Só assim a análise histórica pode primar pelas relações, os percursos que levaram às práticas, nos levando a construir outras formas de compreensão.

²²⁵CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

²²⁶ DELEUZ, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria de Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Unicef/Caixa econômica Federal, 2001.
- AGRA DO Ó, Alarcon, *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.
- ALMEIDA, Elpídio, *História de Campina Grande*. 2º Ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.
- ALVES, T.L.B; GUIMARÃES, J.B.R; SILVA, J.R.; ALVES, I.B.R.; ABREU, I.G. *Lixão de Campina Grande – PB versus aterro sanitário de Puxinanã: Transferência de problema socioambiental*. Revista Eletrônica Polêm!ca, v.12, n.3, julho/agosto/setembro de 2013.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Organizadoras: Stella Bresciani e Márcia Naxara. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004.
- ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.
- BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN. Charles Baudelaire, *um lírico no auge do capitalismo*, 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 16.
- BOSI, Ecléa . O tempo vivo da memória -2.a edição. 2. ed. São Paulo: Atelie, 2004.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade-13.a edição. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BUARQUE, Cristovam. O que é apartação: o apartheid social no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BURKE, Peter. *Uma história social do lixo*. Folha de São Paulo, 9 dez. 2001.
- CABRAL FILHO, Severino. *A cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História*. Campina Grande, UFCG, 2009. 204 p.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.
- CÂMARA, Epaminondas, *Alicerces de Campina Grande*. Oficina Gráfica da Livraria Moderna, 1943.
- CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947.
- CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira, *Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa* In Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand/Difel, 1990. GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

CHAUÍ, Marilena. “Apresentação”. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*, 2ª Ed. São Paulo, 1987.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CROSBY, Alfred. The past and present of environmental history. *American Historical Review*, v. 100, n.4, p.1177-89, 1995.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta de criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. Cap. 3, p. 51-66.

DELEUZ, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva, *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930*. Mestrado em Ciências sociais, João Pessoa, UFPB, 1988.

DOSSE, François. *História do Tempo Presente e Historiografia*. In: Tempo e Argumento. Revista do Programa de Pós Graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun 2012.

DUARTE, Regina Horta. À sombra dos ficus: Cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*. Campinas. v. X, n. 2. P. 25-44, jul.-dez. 2007.

EIGENHEER, Emilio Maciel. Org. *Raízes do desperdício*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

FERNANDES, Edésio; VALENÇA, Márcio Moraes (org.) *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERNANDES, Silvana Torquato. Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) *Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCEG, 2010.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992.

GONÇALVES, Teresina Maria. A cidade como palco da urbanidade. In. *Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares*. Coordenação: Teresinha Maria Gonçalves, Robson dos Santos. Criciúma, SC: ED. Unesc, 2010.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. (Trad. Maria Cristina Bittencourt). 10ª ed..papiros, Campinas, 1990.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini&Caniato; EdUFMT, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: *História: cultura e sentimento, outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

GURJÃO, Eliete Queiroz, *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa,: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Cidade e ambiente: dicotomias e transversalidades. In.: *Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. *Mais que sobras e sobranes: trajetórias dos sujeitos no lixo*. Tese de Doutorado em Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2004.

KEYES, J. J., A Place of its Own: Urban Environmental History. *Journal of Urban History*, v.26, n.3, p.380-390, mar. 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In.: *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Michel de Certeau, LuceGiard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELO, Adriana Ferreira de e SANTOS, Diana Maria dos. Cidade e escritura: cartografias do transitório. In.: HISSA, Cássio Eduardo Vianna (org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2007.

NASH, Roderick. American Environmental History: a new teaching frontier. *PacificHistoricalReview*, n. 41, p. 362-372, 1972

NORA, Pierre (org.) *Leslieux de La mémoire*. Paris. Gallimard. 1984.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. O retorno à cidade e os novos territórios de restrição à cidadania. In.: SANTOS, Milton (org.) *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

PEREIRA, Suellen Silva e MELO, Josandra Araújo Barreto de. *Gestão dos resíduos sólidos urbanos em Campina Grande/PB e seus reflexos socioeconômicos*. In.: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 4, p. 193-217, set-dez/2008, Taubaté, SP, Brasil.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

RIBEIRO, Márcia Maria Rios e GUEDES, Maria Josicleide Felipe. *Aplicação de metodologias de análise de conflito ambiental ao aterro sanitário de Puxinanã (PB)*, In Eng. Sanit. Ambient. vol.22 no.1 Rio de Janeiro Jan./Feb. 2017 Epub Nov 21, 2016

RICOEUR, Paul. *Histoire et vérité*. Paris, Seuil, 1955.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e Ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: Nau, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 143.

SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, José Arnaldo. *Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação*. São Paulo: Atual, 1992.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. *Síntese Histórica de Campina Grande 1670 – 1963*. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2005, p. 168

SILVA, Hilmaria Xavier. *A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2013.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida, *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria*. Mestrado em História, UFPE, 1985.

SILVA, Keila Queiroz, *Sem lenço e Sem Documento: Mulheres de 60, filhas de um novo tempo?* In Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*, Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Território de Confrontos: Campina Grande (1920-1945)*. Campina Grande: EDUECE, 2006, p.121

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)*. Tese de doutorado, UFPE, 2002.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. O dia em que a cidade (quase) pertenceu a todos: O centenário de Campina Grande (1964). In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) *Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUECE, 2010.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; FALCÃO, Luiz Felipe (orgs.) *Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea*. Campina Grande, EDUECE, 2012.

SOUZA, Delânio Marques. *Um olhar socioambiental referente às problemáticas decorrentes da alocação do lixão de Campina Grande-PB para o município de Puxinanã-PB*. Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Geografia. UFCG, 2016.

SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. *Agradando a Deus e ao Diabo – um estudo sobre a gestão Severino Cabral (Campina Grande – 1959-1963)* Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988.

SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

TARR, J. Urban History and Environmental History in the United States: complementary and overlapping fields. In: BERNHARDT, C. (ed.) *Environmental problems in European cities of the 19th and 20th*. Berlin: Muenster, 2001, p. 25-39.

THOMPSON, Paul, *A voz do passado*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

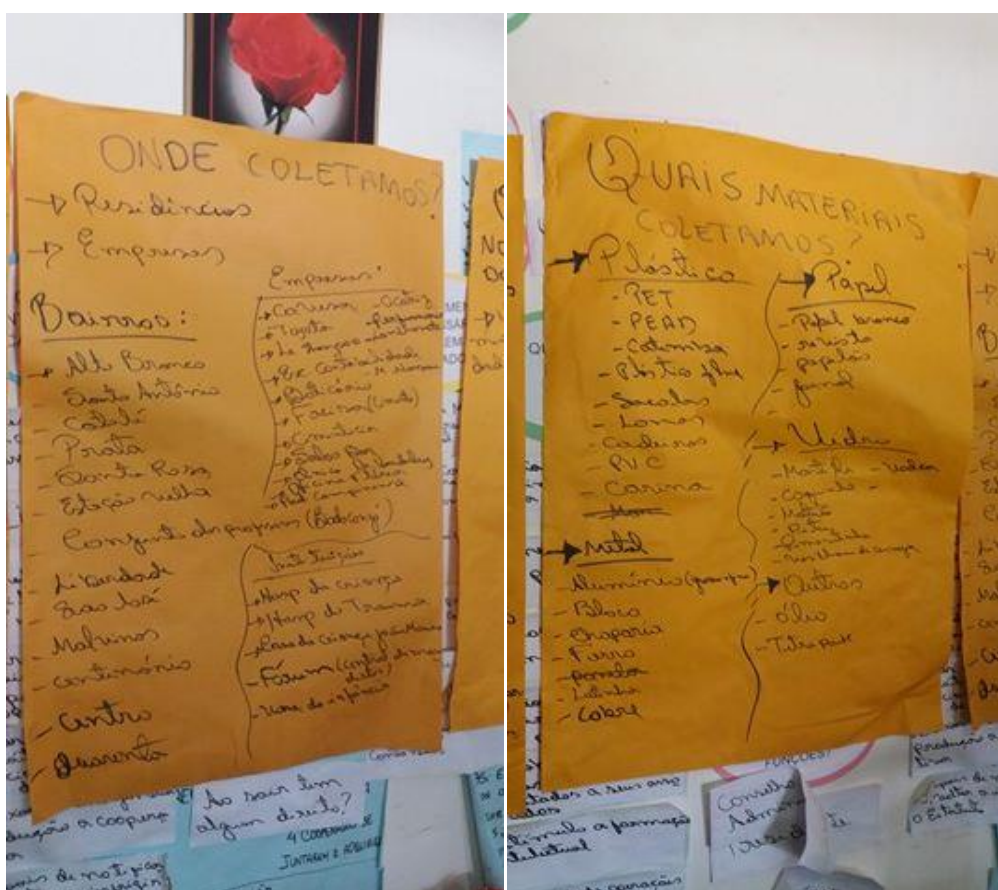
VELLOSO, Marta Pimenta; SANTOS, Elizabeth Moreira; ANJOS, Luiz Antônio. *Processo de trabalho e acidentes de trabalho em coletores de lixo domiciliar na cidade do Rio de Janeiro, Brasil*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro. Out-dez, 1997, p. 693.

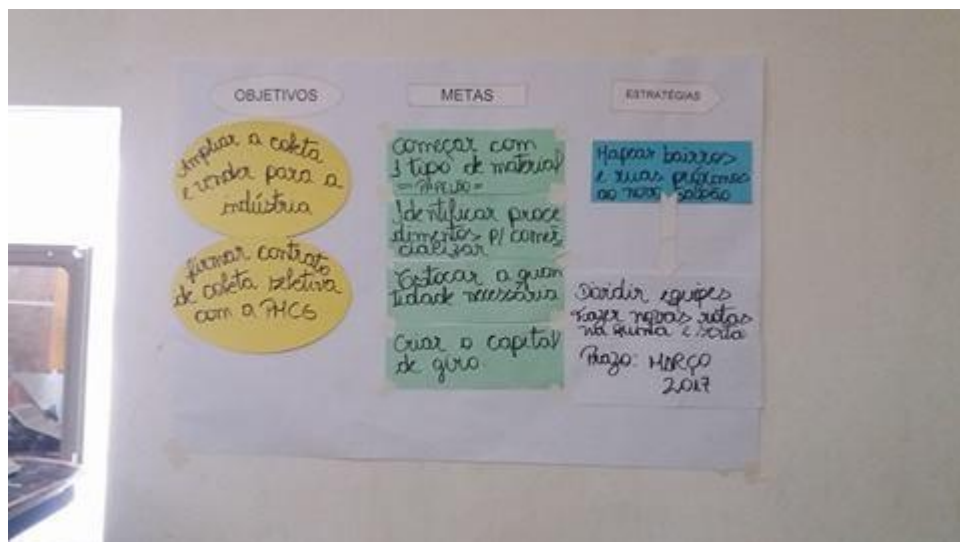
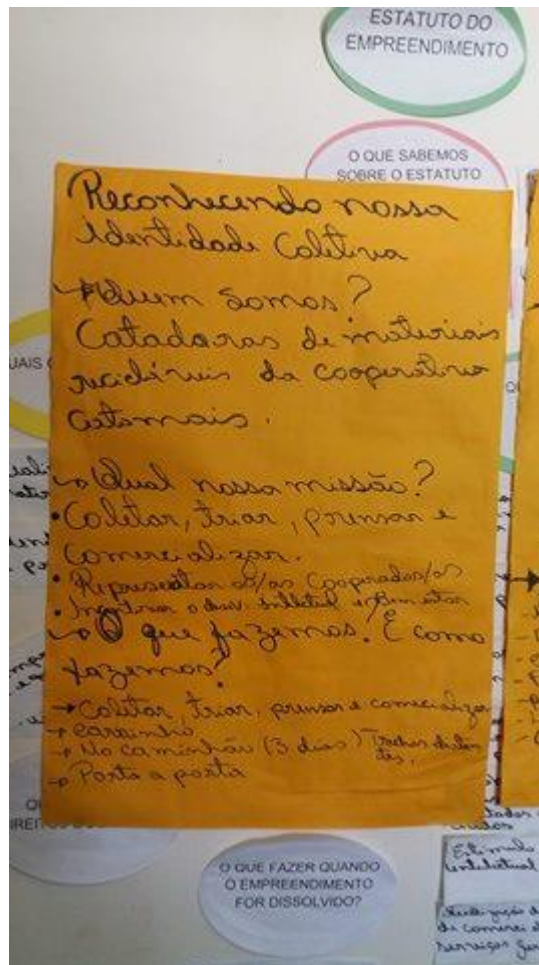
WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.198-215, 1991.

APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS

As fotos a seguir, assim como as que aparecem no segundo capítulo, foram feitas no dia das entrevistas às trabalhadoras das cooperativas e faz parte do acervo pessoal da pesquisadora. Ilustram parte do trabalho desenvolvido por aquelas mulheres diariamente.







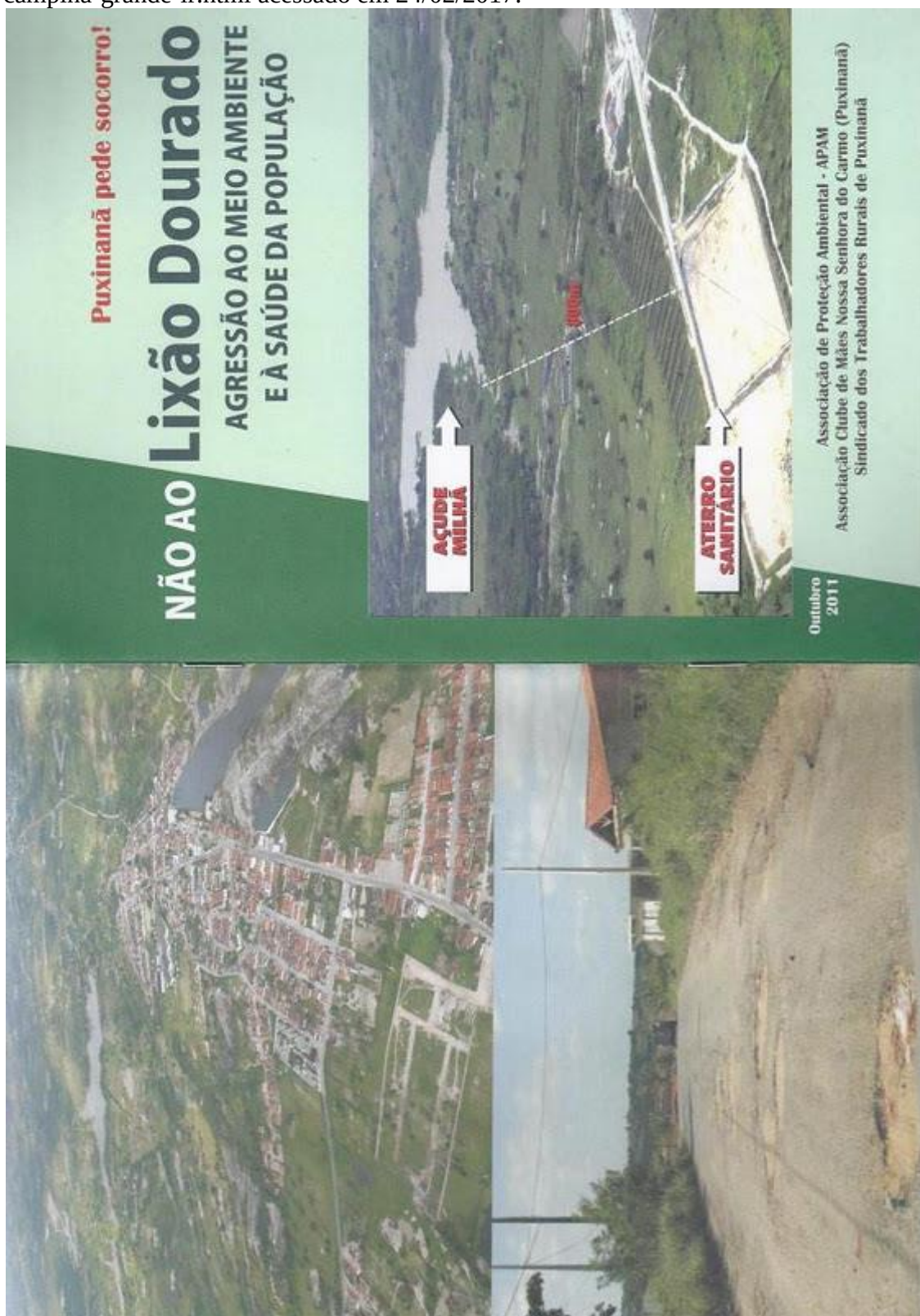




ANEXO A - CARTILHA

Cartilha “Não ao Lixão Dourado”

disponível em <https://martinsogaricgp.blogspot.com.br/2012/01/como-pode-o-lixao-de-campina-grande-ir.html> acessado em 24/02/2017.



Considerações

O bjetivando dar um maior subsídio na tomada de decisão referente a localização inadequada do aterro sanitário de Puxinanã-PB, apresentamos registro fotográfico com localização do aterro sanitário e toda rede de drenagem próximo ao açude. Informamos ainda, que o citado aterro está instalado na Bacia Hidrográfica do principal manancial, Açude Evaldo Gonçalves, conhecido como Açude da Milhã, onde o mesmo atende através de abastecimento d'água a toda população urbana do município.



Cota do aterro mais alta em relação ao reservatório (695 a 660 m)

Cota do reservatório mais baixa em relação ao aterro (630 m)

Acesso a Puxinanã

Não é só o perigo de envenenamento do Açude Milhã (Evaldo Gonçalves), manancial que abastece a comunidade. O acesso à nossa cidade se dá através da rodovia estadual PB-115, proveniente de São José da Mata, já esburacada pelo uso prolongado e sem suporte para tráfego de mais de 50 caminhões coletores de LIXO domiciliar e de feira livre, canto de rua, industrial e hospitalar.



E como o LIXO de Campina Grande pode vir para Puxinanã?

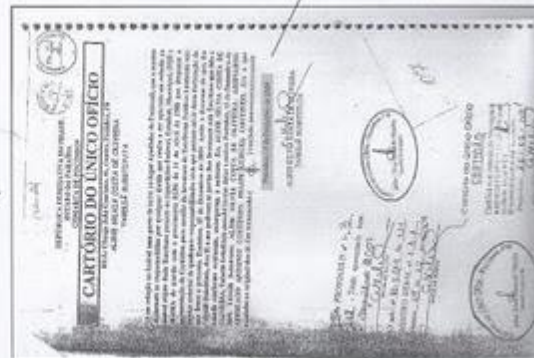
Tudo começou quando o prefeito de Puxinanã "vendeu" parte de sua fazenda denominada sítio açudinho para o seu filho no dia 15 de dezembro de 2009.

ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA
ABELARDO ANTONIO COUTINHO COMO
VENDEDOR E FELIPE GURGEL COUTINHO,
COMO COMPRADOR.

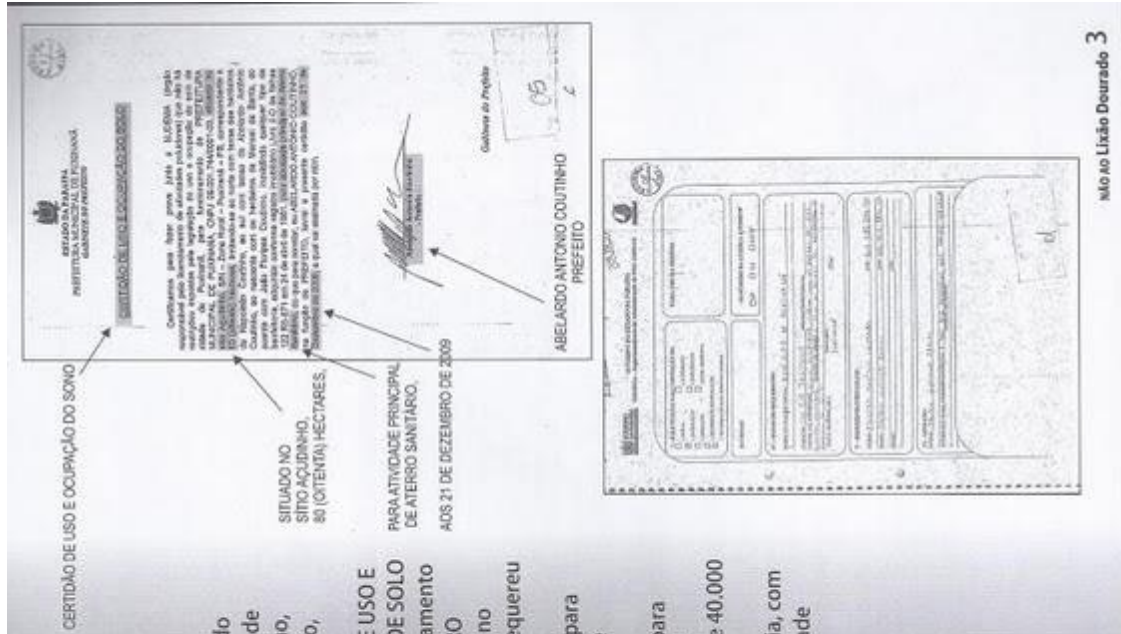
NO SÍTIO AÇUDINHO, MUNICÍPIO DE PUXINANÃ,
COMARCA DE POCINHOS, ESTADO DA PARAÍBA,
MEDINDO 80 (OITENTA) HECTARES



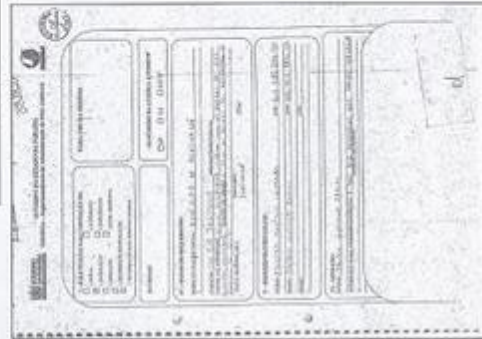
POCINHOS, 15 DE DEZEMBRO DE 2009



2 Não ao Lixo Dourado



Já no dia 21 do mesmo mês, de próprio punho, como prefeito, emitiu CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DE SOLO para funcionamento de um ATERRO SANITÁRIO e no mesmo dia requereu LICENÇA AMBIENTAL para instalação de ATERRO SANITÁRIO, para atender uma população de 40.000 habitantes. No mesmo dia, com uma velocidade nunca visto.



3 Não ao Lixo Dourado

[illegible]

01/01/2009

Maior rapidez ainda aconteceu na SUDEMA, o pedido foi aceito sem considerar que o município dava autorização para ele próprio implantar um empreendimento altamente impactante, em terreno de terceiro (o próprio filho do prefeito) sem autorização escrita, desapropriação ou outro instrumento que validasse o documento. Também não foi anexado a ART. (Anotação de Responsabilidade Técnica) de profissional competente para elaboração do projeto. Vale lembrar que a SUDEMA tem convênio com o CREA em que se compromete a não aceitar pedido de licença ambiental sem o acompanhamento deste documento. Assim aconteceu o improvável, o processo apareceu com nova capa, datado do dia 6/01/2010 sob o Nº 2010-000051/TEC/LI-0009 como solicitação de LICENÇA DE INSTALAÇÃO!



E tudo correu tão célere que levou apenas 12 dias úteis para analisar o projeto, incluindo aí visita técnica ao local, pois no dia 16 de janeiro o D. Oficial do Estado trazia a publicação que o projeto estava à disposição do público por um período de 45 dias (obrigatório) se pronunciar a respeito.

10.00 PESSOA - SÁBADO, 16 DE JANEIRO DE 2010

João Pessoa - Sábado, 16 de Janeiro de 2010



TORNA PÚBLICO
QUE RECEBERU DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PUDJUNÂNÁ O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL
RELATIVO AO PROJETO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA) E ANEXO O PROJETO EXECUTIVO E MAPAS, DO
PROJETO DO ATERRO SANITÁRIO.

5. **Conjunto ao Lixão Dourado**

Várias etapas obrigatórias foram canceladas, nunca se viu uma pessoa pedir Licença de Instalação, sem antes pedir a Licença Prévia (L.P.) pois de posse desta licença é que se pode contratar uma equipe de vários profissionais, incluindo aí Engenheiro Ambientalista, Geógrafo, Biólogo além de consulta à população local, ensaios técnicos em laboratórios idôneos entre outros. E pasmem! Diante de tanta irregularidade, decorridos os 45 dias regulamentares o COPAM, em 09/03/2010 em sua 481ª Reunião Ordinária aprovou EXTRA PAUTA a Licença de Instalação do Aterro Sanitário de Puxinanã, mesmo reconhecendo que o EIA/RIMA estava incompleto.

COPAM
Puxinanã, 11/03

O COPAM em sua 481ª Reunião Ordinária, realizada em 09/03/2010, após análise do processo, aprovou EXTRA PAUTA a Licença de Instalação do Aterro Sanitário de Puxinanã, mesmo reconhecendo que o EIA/RIMA estava incompleto.

Nota: data, resciso o presente processo à SEBENSA.

JOÃO PESSOA, 09/03/2010

Atestado Municipal Perante TITULO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

O COPAM EM SUA 481ª REUNIÃO ORDINÁRIA, APROVOU EXTRA PAUTA A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E DETERMINOU A DEVOLUÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO EIA/RIMA.

No dia 16 de março de 2010 a LICENÇA DE INSTALAÇÃO foi concedida, e o pedido que foi feito para 40.000 habitantes, pulou para 450.000, e tudo isso sem AUDIÊNCIA PÚBLICA...

LICENÇA DE INSTALAÇÃO - Nº 483/2010

1 - DADOS DO IMPRESSIONADO

Nome do Aterro Sanitário: **ATERRO SANITÁRIO DE PUXINANÃ**

Atividade: **ATERRO SANITÁRIO**

Local: **QUILÔMETRO 10,5 DA RUA DO ATERRO SANITÁRIO DE PUXINANÃ, MUNICÍPIO DE PUXINANÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 19° 11' S Longitude: 54° 11' W**

2 - DADOS DO IMPRESSIONADO

Nome: **JOÃO PESSOA**

CPF: **09.03.2010**

3 - CONDIÇÕES

OS CONDIÇÕES REFERENTES A ESTA LICENÇA ESTÃO DESCRITOS NO VERSO DESTA DOCUMENTO

VENCIMENTO: 16/03/2011

JOÃO PESSOA, 16 DE MARÇO DE 2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ

ATERRO SANITÁRIO

OS CONDIÇÕES REFERENTES A ESTA LICENÇA ESTÃO DESCRITOS NO VERSO DESTA DOCUMENTO

VENCIMENTO: 16/03/2011
JOÃO PESSOA, 16 DE MARÇO DE 2010

Verificando o RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PROJETO - 442/2010 compreendemos porque não houve análise de projeto, pois NÃO HA PROJETO! Pois em:

I. INTRODUÇÃO, lemos: "destinação final dos resíduos (lixo) dos componentes da área metropolitana do compartimento da Borborema que fazem parte do CONDIAMCB, cujos municípios são: ...Boa Vista; Soledade e ainda parte do município de Campina Grande".

Ora, CONDIAM é CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DA ÁREA METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA, projeto aprovado pela mesma SUDEMA em junho/2002, os municípios de Soledade e Boa Vista não constam em uma população de 40.000 habitantes e no item II seguinte...

DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS (LIXO)

DOS

COMPONENTES DA ÁREA METROPOLITANA DO COMPARTIMENTO DA BORBOREMA QUE FAZEM PARTE DO CONDIAMCB, CUJOS MUNICÍPIOS

BOA VISTA, SOLEDADE E AINDA PARTE DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.

8 não ao Lixão Dourado

II. INFORMAÇÃO SOBRE O EMPREENDIMENTO, encontramos: "O aterro sanitário vai beneficiar uma população estimada em 450.000 mil habitantes, e ocupará uma área de cerca de 70 hectares, distando 12 km do centro de Campina Grande e terá uma vida útil de 21 anos. A estimativa de geração de resíduos em média é de 1000 toneladas dia".

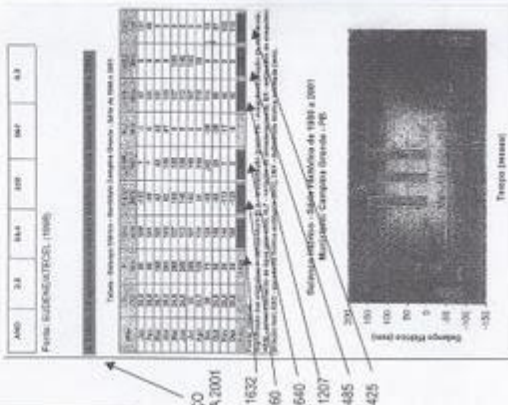
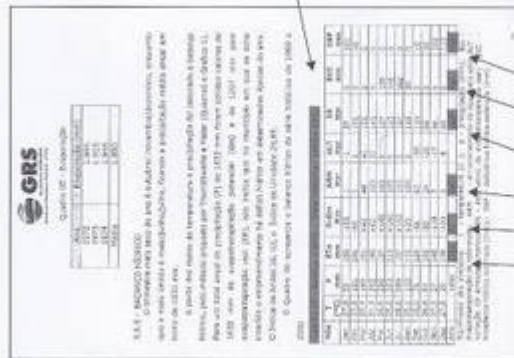
O ATERRO SANITÁRIO VAI BENEFICIAR UMA POPULAÇÃO ESTIMADA EM 450.000 MIL HABITANTES, E OCUPARÁ UMA ÁREA DE CERCA DE 70 HECTARES, DISTANDO 12 KM DO CENTRO DE CAMPINA GRANDE E TERÁ UMA VIDA ÚTIL DE 21 ANOS. A ESTIMATIVA DE GERAÇÃO DE RESÍDUOS EM MÉDIA É DE 1.000 TONELADAS/DIA.

Datado do dia 10 de março de 2010, ou seja, 1 dia após a aprovação no CODEPAM.

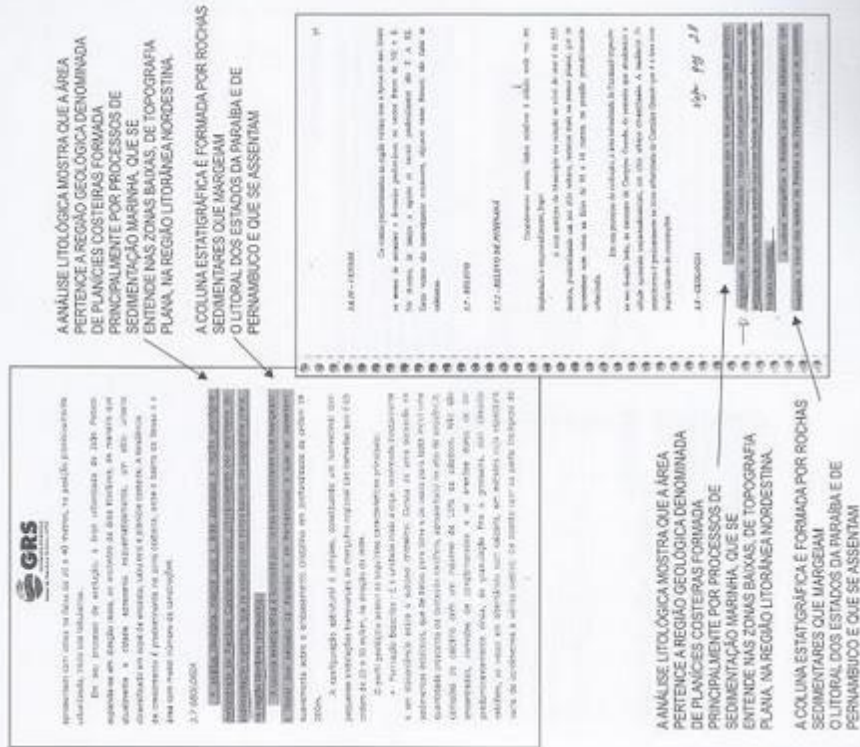
JOÃO PESSOA, 10 DE MARÇO DE 2010

9 não ao Lixão Dourado

Se pensar que foi apenas a redação tomada como base, vejamos os dados técnicos necessários ao dimensionamento. Começemos com o balanço hídrico, não tiveram nem o cuidado de apresentar os dados como sendo de anos mais recentes, foi tudo copiado do de João Pessoa, alterando apenas as temperaturas médias, mas os números que influem no dimensionamento são os mesmos.



Na Geologia, afirmam que Puxinanã está situado na região Litorânea Nordestina...



Até análise do solo de Puxinanã e exatamente igual à de João Pessoa

GRS

PROPOSTA DE RESULTADOS DE ENSAIOS DE LABORATÓRIO PARA A EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE LABORATÓRIO

Item	Profundidade	Temperatura	Umidade	Observações
01	30 cm	2,02%	92,02%	Temperatura e umidade dentro da faixa permitida para a execução dos ensaios de laboratório.
02	30 cm	0,01%	92,01%	Temperatura e umidade dentro da faixa permitida para a execução dos ensaios de laboratório.
03	30 cm	0,01%	92,01%	Temperatura e umidade dentro da faixa permitida para a execução dos ensaios de laboratório.
04	30 cm	0,01%	92,01%	Temperatura e umidade dentro da faixa permitida para a execução dos ensaios de laboratório.
05	30 cm	0,01%	92,01%	Temperatura e umidade dentro da faixa permitida para a execução dos ensaios de laboratório.
06	30 cm	0,01%	92,01%	Temperatura e umidade dentro da faixa permitida para a execução dos ensaios de laboratório.

O QUADRO 15 APRESENTA OS RESULTADOS ENCONTRADOS

ENSAIOS DE LABORATÓRIO PARA A EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE LABORATÓRIO, FORAM COLETADAS 16 AMOSTRAS COM PROFUNDIDADES VARIANDO DE 0,40 A 1,30 METROS, NA ÁREA ONDE SERÁ LOCALIZADO O ATERRRO, CONFORME PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO ANEXO 1. OS ENSAIOS REALIZADOS FORAM: GRANULOMETRIA COMPLETA, LIMITES DE ATTERBERG, GRAU DE COMPACTAÇÃO E PERMEABILIDADE. OS QUADROS EM ANEXO APRESENTAM OS RESULTADOS DOS ENSAIOS REALIZADOS. O QUADRO 16 APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DAS JAZIDAS. FORAM REALIZADOS ENSAIOS DE GRANULOMETRIA COMPLETA (SEDIMENTAÇÃO E PENEIRAMENTO) - NBR 7181, LIMITES DE LIQUIDEZ E PLASTICIDADE

ENSAIOS DE LABORATÓRIO PARA A EXECUÇÃO DOS ENSAIOS DE LABORATÓRIO, FORAM COLETADAS 16 AMOSTRAS COM PROFUNDIDADES VARIANDO DE 0,40 A 1,30 METROS, NA ÁREA ONDE SERÁ LOCALIZADO O ATERRRO, CONFORME PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO ANEXO 1. OS ENSAIOS REALIZADOS FORAM: GRANULOMETRIA COMPLETA, LIMITES DE ATTERBERG, GRAU DE COMPACTAÇÃO E PERMEABILIDADE. OS QUADROS EM ANEXO APRESENTAM OS RESULTADOS DOS ENSAIOS REALIZADOS. O QUADRO 16 APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DAS JAZIDAS. FORAM REALIZADOS ENSAIOS DE GRANULOMETRIA COMPLETA (SEDIMENTAÇÃO E PENEIRAMENTO) - NBR 7181, LIMITES DE LIQUIDEZ E PLASTICIDADE

14 São João Dourado

Possuindo dons proféticos, o polivalente projetista em 2002 sabia que em 2009 seria contratado para elaborar o projeto do aterro sanitário de Puxinanã, e como estivesse desocupado, às suas expensas caiu em campo para coletar dados e obter "por coincidência" este quadro em que as produções de lixo das seguintes cidades são exatamente iguais.

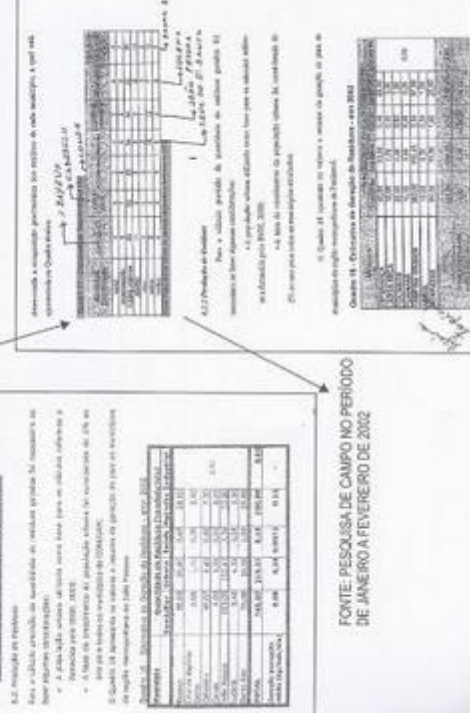
- Santa Rita
- Lucena
- João Pessoa
- Cruz do Espírito Santo
- Conde
- Cabedelo
- Bayeux
- São Sebastião de Lagoa de Roça
- Montadas
- Campina Grande
- Areal
- Pocinhos
- Lagoa Seca
- Esperança

GRS

QUADRO 17 - COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA (%)

FONTE: PESQUISA DE CAMPO NO PERÍODO DE JANEIRO A FEVEREIRO DE 2002

Item	Gravimétrica (%)
01	10,00
02	10,00
03	10,00
04	10,00
05	10,00
06	10,00



15 São João Dourado

O CREA da Paraíba alertado por competente denúncia, após análise concluiu:

- O signatário Clayton Rezende Nunes, não possui visto no CREA-PB
- A Gerente do Registro, afirma que não existe ART do Projeto Executivo do Aterro Sanitário de Puxinanã
- O Assessor Jurídico solicitou que os autos processuais fossem enviados à Câmara de Engenharia Civil para se proceder uma Análise Prévia, "pois há fortes indícios de ilícito ético".

- Procedida a Análise Prévia, diante de tanta EVIDÊNCIA DE PLÁGIO, o analista recomendou que o processo fosse apurado na Comissão de Ética.
- Na sessão do dia 4/7/2011 a comissão aprovou o parecer do analista.

Está aberto no CREA-PB o processo de apuração do ilícito ético.

IMP. SR. JOSÉ EDUARDO FEITOSA REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APAM.

COMUNICAMOS O ENTENDIMENTO MANITO PELA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL.

INFORMAMOS SOBRE A REMISSÃO DO PROCESSO A COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL, PARA QUE A MESMA PROCEDA COM A DEVIDA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, NO TOCANTE À DENÚNCIA FORMULADA PELA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APAM.

E, CONSIDERANDO QUE O REQUERENTE ANEXOOU OS SEQUENTES DOCUMENTOS: PROJETOS EXECUTIVOS DOS ATERROS SANITÁRIOS DE PUXINANÁ/PB E DE JOÃO PESSOA/PB, SENDO POSSÍVEL OBSERVAR CLARAMENTE O PLÁGIO,

CONSIDERANDO QUE APÓS INFORMAÇÕES DA GERENTE DE REGISTRO DESTA COMISSÃO QUE NÃO CONSTA ART DO PROJETO EXECUTIVO DO ATERRO SANITÁRIO,

CONSIDERANDO A ANÁLISE DO ASSUNTO PELO ASSESSOR JURÍDICO DESTA COMISSÃO, O MESMO SOLICITA QUE OS AUTOS PROCESSUAIS SEJAM ENVIADOS À CÂMARA DE ENGENHARIA CIVIL PARA QUE SE PROCEDA A ANÁLISE PRÉVIA,

DECIDIU APROVAR POR UNANIMIDADE O PARECER EXARADO PELO RELATOR, OU SEJA, PELO ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO À COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL DESTA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO E APURAÇÃO DOS FATOS.

A justiça da comarca de Pocinhos à qual Puxinanã está subordinada, mandou suspender a implantação do LIXÃO, entretanto uma juíza da 5ª vara da fazenda pública de João Pessoa, concedeu liminar em que determinou o imediato funcionamento do ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ...

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DA CAPITAL
FARIA DA FAZENDA PÚBLICA
FORUM CÍVEL - CENTRO - JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58013-830
FONE: (81) 3208-2918

OFFICIAL Nº 5289 - 1/623

Ofício nº 517/2011

A Sua Senhoria a Senhora
Superintendente da SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente
Av. Monsenhor Walfrido Leal, 181 - Tambá
Nossa

Senhora Superintendente,

Encaminho a Vossa Senhoria, **GRATIS**, o **efetivo e imediato cancelamento**, ou em sua ausência, **nos** **institutos** **substituto** **legal**, **cópia** **xerográfica** **da** **liminar** **concedida** **no** **sentido** **de** **determinar** **"o** **imediato** **funcionamento** **do** **Aterro** **Sanitário** **do** **Município** **de** **Pocinhos**, **devidamente** **autorizada** **contra** **se** **obter** **a** **imposição** **de** **conceder** **a** **licença** **de** **funcionamento**". Nos autos do Mandado de Segurança nº 200.2011.037922-0, impetrado pelo Município de Pocinhos contra a Superintendente da SUDEMA.

Atenciosamente,

Maria de Fátima Lúcia Rangel
Juiz de Direito

SUDENARAT
Protocolo nº 24.854
17 JUL 2011
GILBERTO



Fonte: Isnaldo Costa - Foto Aérea - Aç Milhã x Aterro

Aterro a 800 metros Aç Milhã e a 1,5 Km para a sede municipal.



Fonte: Isnaldo Costa - Foto Aérea - Vista Aterro x Aç Milhã x Sede Municipal

20 não ao Lixão Dourado



COLETA EM CAMINHÃO ABERTO



Munici desprotegida

Diante de tanta irregularidade, e como pode ser visto nas fotos acima você afirma que isto é um **ATERRO SANITÁRIO?**

ANEXO B - DOCUMENTOS

Documentos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, Prefeitura Municipal de Puxinanã e Superintendência de Administração do Meio Ambiente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO Nº. 01/2011

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ/PB, OBJETIVANDO GARANTIR A MELHORIA DA MALHA VIÁRIA ENTRE OS DOIS MUNICÍPIOS E GARANTIR DESTINAÇÃO FINAL PROVISÓRIA DE LIXO URBANO DE CAMPINA GRANDE/PB.

INTERVENIENTE:
CONSTRUTORA PLANÍCIE LTDA., PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ SONB N. 07.861.146/001-70, com sede na Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 3280, sala 204, Tambauzinho – João Pessoa – PB.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ/PB, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 09.001.744/0001-03, com sede à Av. 28 de janeiro, nº 24, centro, neste ato representado por seu Prefeito Constitucional Sr. ABELARDO ANTÔNIO COUTINHO, podendo ser encontrado no endereço supra, doravante denominada simplesmente de PROPONENTE, e do outro lado a a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, pessoa jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.991.812/0001-58, com sede à Av. Floriano Peixoto, nº 962, bairro Centro, Campina Grande – PB, representada por seu Excelentíssimo Prefeito Constitucional, o Sr. VENEZIANO VITAL DO RÉGO SEGUNDO NETO, inscrito no CPF sob o nº 713.463.764-68, podendo ser encontrado no endereço supra, neste ato denominada CONVENENTE, RESOLVEM os convenentes celebrarem o presente Convênio de Cooperação, objetivando, com fulcro no art. 24, XXVI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, nos termos das cláusulas e condições a seguir descritas e ainda,

Considerando que o CONVENENTE foi condenado nos autos da Ação Civil Pública de nº



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

2005.82.01.005118-8, ajuizada pelo IBAMA perante a 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campina Grande – PB, a apresentar um projeto de um aterro sanitário, para o depósito final dos resíduos oriundos do Município de Campina Grande;

Considerando que o CONVENIENTE não dispõe de recursos financeiros suficientes para a construção de um aterro sanitário próprio, tendo, no entanto, total interesse de resolver de uma vez por todas a problemática do aterro sanitário em sua sede;

Considerando a necessidade imperiosa da destinação imediata dos resíduos para a estrutura de um aterro sanitário mais próximo possível até a formatação do termo de referência para a contratação de um aterro sanitário para servir ao Município de Campina Grande;

Considerando, igualmente, a existência de aterro sanitário privado na cidade de Puxinanã, preenchendo as normas técnicas, devidamente contratado por aquele município por meio de processo licitatório e pronto para operar, estando, ainda, com capacidade ociosa, capaz de suportar o recebimento de resíduos de outros Municípios;

Considerando que o CONVENIENTE tem interesse no uso do referido Aterro Sanitário para depositar os resíduos coletados dentro de seu território, medida que se faz necessária ao cumprimento da decisão judicial supramencionada, razão pela qual o presente Convênio de Cooperação é celebrado com base no art. 24, XXVI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;

Considerando, por fim, que o PROPONENTE realizou a licitação Concorrência Pública nº 001/2010 e assinou Contrato com o INTERVENIENTE, sob a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo a promoção de mútuos esforços, a fim de viabilizar a recuperação da malha viária que liga os Municípios de Campina Grande e Puxinanã, além de garantir a destinação temporária dos resíduos do Município de Campina Grande/PB para o aterro sanitário utilizado pelo PROPONENTE, até a concretização legal do processo licitatório relativo ao aterro sanitário para Campina Grande.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I. DO PROPONENTE

Sem prejuízo de outras obrigações previstas em Lei, obriga-se o PROPONENTE, por meio do presente convênio, a:

- a) Obter e manter em vigor todas as autorizações e licenças necessárias ao funcionamento do aterro sanitário, em especial, as ambientais;
- b) Cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental, bem como as normas infra legais editadas pelo CONAMA, pela SUDEMA e pelo órgão ambiental do Município de Puxinanã/PB, relacionadas ao funcionamento do Aterro Sanitário;

II. DO INTERVENIENTE

- a) Emitir até o dia 10 (dez) de cada mês, um relatório contendo a quantidade de resíduos do CONVENIENTE, tratados e aterrados no Aterro Sanitário, durante o mês calendário imediatamente anterior.
- b) Abrir conta corrente específica para a movimentação dos recursos oriundos do presente Convênio.

III. DO CONVENIENTE

Sem prejuízo de outras obrigações previstas em Lei, obriga-se o CONVENIENTE, por meio do presente Convênio, a:

- a) Realizar melhorias na estrada que liga o Município de Campina Grande ao Município de Puxinanã, como forma de viabilizar o transporte ao Aterro Sanitário.
- b) Responsabilizar-se pelo transporte dos resíduos até o Aterro Sanitário;
- c) Adaptar-se às normas internas de funcionamento do Aterro Sanitário;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- I. O CONVENIENTE e o PROPONENTE acordam que o pagamento será feito ao INTERVENIENTE, através de conta corrente específica, conforme alínea "d", I da cláusula segunda, o montante de R\$ 32,98 (trinta e dois reais e noventa e oito centavos) por tonelada tratada e aterrada por este, mediante prévia medição na entrada do referido aterro, conforme Licitação supramencionada e Contrato firmado entre o PROPONENTE E INTERVENIENTE, devendo o valor ser atualizado a cada 12 (doze) meses, segundo Índice da Construção Civil (INCC).
- II. O repasse dar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento de cada um dos relatórios previstos na cláusula segunda, item I, alínea "c".

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de dez dias da data de sua publicação, podendo ser excepcionalmente prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I. O presente Convênio tem como objetivo secundário, iniciar tratativas para um possível modelo de consórcio público intermunicipal, podendo haver adesão de novos Municípios, por meio de termo aditivo, até que o Consórcio Público venha a se consubstanciar legalmente;
- II. Poderá o proponente subcontratar atividades relativas aos serviços de que trata o presente convênio, desde que através de prestador de serviço legalmente habilitado por meio de processo licitatório daquele município;



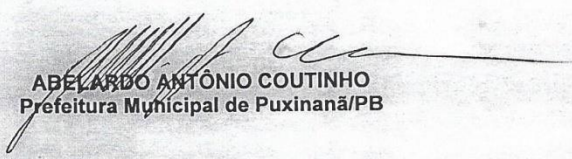
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ

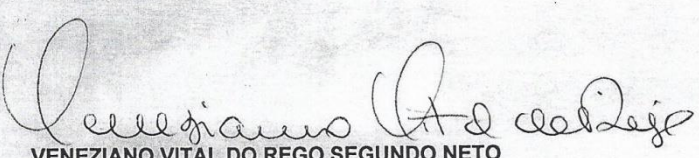


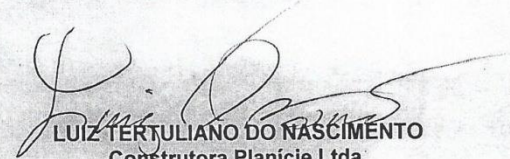
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

As partes elegem o foro de Campina Grande/PB para dirimir quaisquer conflitos do presente Convênio.

Campina Grande/ Puxinanã, 20 de Setembro de 2011.


ABELARDO ANTÔNIO COUTINHO
Prefeitura Municipal de Puxinanã/PB

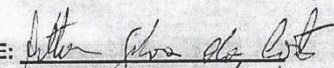

VENEZIANO VITAL DO REGO SEGUNDO NETO
Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB


LUIZ TERTULIANO DO NASCIMENTO
Construtora Planície Ltda.

TESTEMUNHAS:

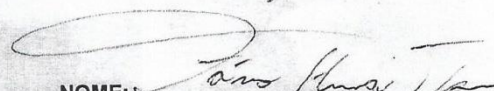
NOME:

CPF:


069.823.297-99

NOME:

CPF:


602.257.939-15



Governo do Estado da Paraíba
Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
Superintendência de Administração do Meio Ambiente



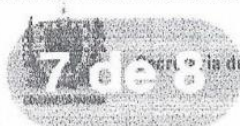
RELATÓRIO TÉCNICO DE INSPEÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO DE PUXINANÃ E MONITORAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA DO ENTORNO

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como referência a inspeção técnica realizada no dia 10 de Abril de 2012 no município de Puxinanã - PB pela Coordenadoria de Medições Ambientais (CMA) e pela a Fiscalização da SUDEMA.

OBSERVAÇÃO IN LOCO

A equipe técnica da SUDEMA observou que o cano coletor de chorume está constantemente cheio e devido a problemas de encanação o chorume não está entrando na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). O administrador do local não tem ideia de porque tal irregularidade está ocorrendo, de para onde está indo o chorume produzido, quanto tempo esse fato está ocorrendo e qual a vazão diária de chorume produzida pelo aterro. No intuito de observar se esse chorume está escoado para os corpos de águas superficiais, foram coletadas amostras e levadas para o laboratório da CMA para submetê-las a ensaios analíticos físico-químicos, Bacteriológicos e de Metais Pesados e em seguida comparar os valores com os que foram coletados no dia 29 de Novembro de 2011.



Governo do Estado da Paraíba
Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
Superintendência de Administração do Meio Ambiente



CONCLUSÃO

Verificando os certificados de análise, observamos que as variações quantitativas nos corpos de água superficiais monitorados pela CMA/DT/SUDEMA mesmo sendo significativas (no lago que fica na frente do aterro e que recebe sua água de drenagem pluvial), não justificaria o volume de chorume oriundo da degradação do lixo, pois o chorume tem cor escura e odor nauseante, originado de processos biológicos, químicos e físicos da decomposição dos resíduos sólidos, compostos por matérias orgânicas, inorgânicos e metais passados.

Assim conclui-se que o chorume está infiltrando no solo contaminando-o e oferecendo risco de contaminação a água do lençol freático, pois a administração não está mantendo adequadamente o sistema de tratamento, coleta e disposição final de seus efluentes.

Ademais, em relação aos dados já obtidos, em vista de alguns ainda estarem sob análise, constatamos que em apenas quatro meses a concentração de Ferro Dissolvido (mg/L Fe) aumentou em aproximadamente 160% (valores de dezembro - 0,42 e 0,06 - valores de abril - 1,08 e 0,13), a concentração de Níquel (mg /L Ni) aumentou em até 125% (valores de dezembro - 0,91 e 0,84 - valores de abril - 1,63 e 1,89) e a concentração de Cromo VI (mg /L Cr) aumentou em até 50% (valor de dezembro - 0,04 - valor de abril - 0,06).



Governo do Estado da Paraíba
Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
Superintendência de Administração do Meio Ambiente



CERTIFICADO DE ANÁLISE

Nº 015/2012

NATUREZA DO TRABALHO: Análise Físico-Química, Bacteriológica e de Metais Pesados

MATERIAL: Amostras coletadas nos Corpos Hídricos nas imediações do Aterro Sanitário do Puxinanã

INTERESSADO: COMISSÃO DE EIA/RIMA DA PARAIBA

RESULTADOS

Amostras Control:	8253047	8243047	8233047	Limites da Resolução CONAMA Classe II
Estação de Amostragem	Lagoa por trás da FTE	Lagoa na frente do Aterro	Água próximo ao Aterro	
Data da Coleta	10/04/2012	10/04/2012	10/04/2012	
Hora da Coleta	14:00	13:00	12:45	
Local da Amostra	Instalação	Instalação	Instalação	
Temperatura Ambiente (°C)	29	29	29	
Temperatura da Amostra (°C)	29	29	28	NE
Cor				20
Turbidez (UNT)			30	100
pH	7,14	7,02	6,65	5,0 a 9,0
Condutividade Elétrica (µS/cm)	9,55	25,000	6,77	NE
Sólidos Dissolvidos Totais (mg/L)	605	1853	501	NE
Salinidade (ppt)	0,1	0,2	0,1	0,5
Oxigênio Dissolvido	7,2	7,0	7,2	Mín. 5,0
DBO	Em análise	Em análise	Em análise	Máx. 5,0
Coliforme Termotolerantes	40	30	0	1.000
Nitrogênio Total (mg/L N)	Em análise	Em análise	Em análise	2,00
Ferro Dissolvido (mg/L Fe)		0,13		0,3
Manganês Total (mg/L Mn)	Em análise	Em análise	Em análise	0,050
Níquel (mg/L Ni)				0,025
Cromo VI (mg/L Cr)	0,04	0,04	0,04	0,05

NE = Não Especificado

Procedimento de amostragem: N° 015/2012

João Pessoa 11 de Abril de 2012

Av. Monsenhor Walfrido Leal, 381 - Tambá - João Pessoa - PB - CEP 58.020-540

8